

**ELIANA GASPARINI XERRI**

# **UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO**

**DE RIO GRANDE NO INÍCIO DO SÉC. XX**



**UMA INCURSÃO AO  
MOVIMENTO OPERÁRIO  
DE RIO GRANDE NO INÍCIO DO SÉC. XX  
Eliana Gasparini Xerri**



Eliana Gasparini Xerri

UMA INCURSÃO AO  
MOVIMENTO OPERÁRIO  
DE RIO GRANDE NO INÍCIO DO SÉC. XX

1ª edição

Editora Livrologia  
Chapecó-SC  
2019

## EDITORA LIVROLOGIA

Rua Vicente Cunha, 299  
Bairro Palmital - Chapecó-SC  
CEP: 89.815-405  
Telefone e Whatsapp:  
(49) 98802-4703  
franquia@livrologia.com.br  
www.livrologia.com.br

## CONSELHO EDITORIAL

Jorge Alejandro Santos - Argentina  
Francisco J. de L. Ramírez - México  
Ivo Dickmann - Brasil  
Ivanio Dickmann - Brasil  
Viviane Bagiotto Boton – Brasil  
Fernanda dos Santos Paulo - Brasil  
Thiago Ingrassia Pereira - Brasil

© 2019 - Editora Livrologia Ltda.

Edição: Editora Livrologia.  
Capa e projeto gráfico: Freepik.com  
Preparação e Revisão: Equipe Livrologia.  
Diagramação: Renan Miranda Fisher  
Impressão e acabamento: PrintStore.

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

X6u Xerri, Eliana Gasparini.  
Uma incursão ao movimento operário de Rio Grande no  
início do séc. XX. / Eliana Gasparini Xerri – Chapecó: Livrologia, 2019.

ISBN: 978-65-80329-17-5

1. Movimento trabalhista – Rio Grande do Sul – História – Séc. XX. 2.  
Movimentos sociais. I. Título.

CDD 331.8 – 23. ed.

---

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

Proibida a reprodução total ou parcial nos termos da lei.  
Impresso no Brasil.

## APRESENTAÇÃO

Quando fui aluno de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1970, tive um professor que nos dizia que se escrevêssemos um texto, e, numa leitura feita meio ano depois, o considerássemos de valor, deveria tratar-se, efetivamente, de um texto bom. Claro, essa regra possui exceções, pois há gente totalmente avessa a qualquer tipo de autocrítica. Mas, em termos gerais, a observação, certamente, possui um cerne de verdade.

Eliana Gasparini Xerri releu um texto seu de mais de 20 anos atrás, e resolveu publicá-lo, porque considera que ele possui valor. Pedeme para escrever uma apresentação ao livro. Cumpro esse pedido com grande satisfação, pois a releitura de sua dissertação de mestrado, defendida em 1996, lembrou-me de uma fase de minha própria vida intelectual, não só como autor de escritos sobre História, mas também como orientador, e que merece ser referida. Na segunda metade dos anos 1980, eu havia feito estudos sobre operários alemães no Rio Grande do Sul, em especial anarquistas, cujo resultado mais relevante havia sido a publicação, em 1989, das *Memórias de um imigrante anarquista* [Friedrich Kniestedt], obra que teve uma reedição significativamente ampliada, em 2013, na Alemanha. Além disso, numa coletânea que havia editado em 1987, juntamente com Abílio Afonso Baeta Neves – *A nova historiografia alemã* –, havia um capítulo de Klaus Tenfelde intitulado “A história dos trabalhadores entre história estrutural e história do cotidiano: pesquisas na

República Federal Alemã”, o qual me orientava na preocupação de não só estudar o “movimento operário”, mas também “os operários”.

E neste contexto, fui procurado por alguns estudantes de pós-graduação para ser orientador de seus trabalhos sobre operários e movimento operário. Espero que minha memória não falhe, e me leve a cometer alguma omissão imperdoável, mas lembro (em ordem alfabética) de Adhemar Lourenço da Silva Júnior, Isabel Aparecida Bilhão, Jorge Luiz Pastoriza Jardim e Stella Maris Araújo Borges que produziram, sob minha orientação, dissertações de mestrado de boa qualidade, dentro do panorama historiográfico daquele momento, sobre o tema citado, abrangendo, cronologicamente, o período da Primeira República, no Rio Grande do Sul. Isabel e Stella Maris publicaram seus trabalhos em formato de livro, não muito depois da conclusão. Adhemar e Jorge não publicaram as dissertações como tais, mas artigos e capítulos de livros, delas derivados.

Um quinto trabalho que integrou essa “safra” o leitor tem em suas mãos. Mesmo que Eliana tenha publicado alguns textos derivados de sua dissertação, coloca à disposição, aqui, o resultado integral da pesquisa. Ela trata de operários e movimento operário na cidade de Rio Grande, nos primeiros 30 anos da República. A cidade estava entre as três economicamente mais importantes do estado, naquele momento, com uma economia urbano-industrial crescente e uma população também em expansão. Com base em pesquisas praticamente exaustivas na imprensa local, complementadas por outras fontes, além da leitura de estudos pertinentes de âmbito gaúcho e nacional, então disponíveis, foi possível traçar um quadro das situações e das características comuns, mas também das diferenças. Assim, por exemplo, chamou a atenção da autora o fato de que se a greve de 1917 tivera repercussão e adesão inferiores àquelas verificadas em Porto Alegre e em outras partes do país, na de 1919

verificou-se, ao menos em parte, uma inversão. A procedência social e étnica do operariado local também apresentava peculiaridades: enquanto em Porto Alegre a presença de empresários e trabalhadores de origem alemã era significativa, a situação em relação aos primeiros não era muito diferente em Rio Grande, mas naquilo que tangia aos segundos, outras “etnias” – como a espanhola – predominavam.

Eliana não me informou se seu texto original será reformulado, ou sofrerá apenas correções de eventuais falhas técnicas e estilísticas. De qualquer forma, a frase final que se encontra no original é a seguinte: “Em determinadas passagens do estudo faltou análise mais aprofundada, dando ao trabalho aspecto simplista da realidade. Esse é um dos limites que reconheço. Mas, de forma alguma, o trabalho pretendeu esgotar o estudo do tema. Ao contrário, é um dos primeiros a estudar o assunto em Rio Grande, e deseja contribuir para novas abordagens do tema”.

Essa confissão de modéstia, por si só, diz muito sobre a capacidade de autocrítica da historiadora Eliana Gasparini Xerri, e, talvez, explique a demora de mais de 20 anos até decidir-se pela publicação. Claro, a ciência histórica avançou nesse período, mas a divulgação de marcos plantados ao longo do caminho percorrido é muito importante para sua compreensão e para uma avaliação.

Resta dizer para Eliana e para os leitores que me senti muito honrado pelo convite para escrever estas poucas considerações, que me obrigaram a rever um pouco do percurso da escrita da história no Rio Grande do Sul, da qual participei, ainda que em proporção muito modesta.

**René E. Gertz**

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>19</b>
<b>Rio Grande no Início do Século XX.....</b>	<b>19</b>
Aspectos gerais da cidade de Rio Grande.....	21
Industrialização em Rio Grande.....	32
O elemento operário e sua atuação.....	39
Tendências presentes no movimento operário.....	45
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>55</b>
<b>O Movimento Operário Anterior à Primeira Guerra Mundial .....</b>	<b>55</b>
O meio operário na imprensa.....	56
Movimento Operário .....	65
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>87</b>
<b>O Movimento Operário na Imprensa Durante a Primeira Guerra Mundial .....</b>	<b>87</b>

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

O dia a dia de uma greve em 1918.....	99
Os grevistas na imprensa .....	104
O ano de 1919.....	107
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>125</b>
Fontes.....	128
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

A cidade de Rio Grande, localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, viveu nas duas primeiras décadas do século XX momentos significativos no que tange à vida operária.

Era uma importante área econômica com complexo comercial e industrial de elevado porte para as condições da cidade e da época. Essa situação econômica, conjugada à existência do único porto marítimo do estado, favoreceu a reestruturação urbana e tornou a cidade atrativa para novos investidores e para o operariado.

Como um dos três principais centros industriais do estado, a cidade abrigou um movimento operário de vulto, que ainda não foi suficientemente estudado.

O movimento operário a nível nacional mereceu atenção maior dos estudiosos nas décadas de 1970 e 1980, quando se iniciou no país a chamada abertura política e se difundiram novas abordagens historiográficas que valorizavam temas até então não estudados, como os movimentos sociais. A partir dos trabalhos publicados naquele período abriram-se caminhos para novas abordagens a respeito do operariado brasileiro.

Trabalhos importantes publicados pelos historiadores, principalmente do centro do país, que pesquisaram e escreveram a respeito do que ocorreu com o operariado em São Paulo e no Rio de Janeiro e suas conclusões se transformaram, muitas vezes, em verdades válidas para a totalidade do movimento operário.

Como lembra Antonio David Cattani, hoje não há mais necessidade de nos referirmos exclusivamente aos acontecimentos de São Paulo e Rio de Janeiro. Pode-se falar em movimento operário pensando em muitas realidades estaduais e locais. A história regional deve enquadrar-se na nacional. O autor lembra também a falta de obras que considerem o operariado como propulsor do desenvolvimento, classificando-o, junto com outros, como um grupo minoritário, adendo das classes dominantes, dos grandes caudilhos, dos grandes empresários.<sup>1</sup>

Rejeitando as ideias de generalização é que esse trabalho foi feito, buscando mostrar que o operariado e o movimento operário de Rio Grande obedeceram a características nacionais, mas apresentaram simultaneamente peculiaridades locais, pois também no Rio Grande do Sul o movimento operário da capital, que mereceu maior número de estudos, acabou por ser tomado como típico para todo estado.

Na realidade Rio Grande apresentou algumas particularidades. Enquanto o operariado da capital se mobilizou com maior intensidade no ano de 1917, o rio-grandino teve no ano de 1919 a sua maior expressão.

As mobilizações operárias de Rio Grande foram reflexos de experiências passadas e presentes, que se voltavam a atender uma expectativa futura de melhores condições de vida e de trabalho. Essas ações

---

<sup>1</sup> CATTANI, Antonio D. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SMCultura-Palmarinca, 1991.

sociais estavam orientadas para atingir um fim, utilizando-se para isso de vários meios, dentre os quais a greve era o que melhores resultados alcançava<sup>2</sup>.

A motivação para o presente estudo nasceu do questionamento do porquê da não-existência de trabalhos a respeito do movimento operário em Rio Grande, uma vez que a cidade era importante área econômica do estado e os jornais publicavam notícias a respeito do operariado de lá.

Tendo em mente que no período a tendência anarquista era a que prevalecia no movimento operário, a vontade inicial foi a de estudar a ação dos anarquistas na cidade de Rio Grande. Ao tomar contato com as fontes percebemos, porém, dificuldade em estabelecer com precisão quais as ações operárias que seriam anarquistas. Decidimos então estudar o movimento operário de Rio Grande sem a preocupação de dividi-lo em anarquista e não-anarquista. Essa decisão foi tomada em função do reconhecimento do amálgama de tendências que faziam parte das mobilizações operárias. Em alguns momentos foi possível identificar a penetração das ideias anarquistas nas mobilizações operárias.

O limite temporal obedeceu ao critério de abranger as manifestações operárias da República Velha que denotavam a concomitância da organização operária com o avanço do processo de industrialização da cidade. Esse gerava modificações desde o aspecto urbano até a organização dos cidadãos rio-grandinos. Num primeiro momento o espaço temporal atingiria até o ano de 1922, mas com base nas

---

<sup>2</sup> Maiores informações podem ser obtidas em LOURENÇO, Adhemar Jr. "**Povo! Trabalhadores!": tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)**". Porto Alegre: UFRGS, 1994 (dissertação de mestrado).

pesquisas realizadas percebemos que o movimento operário sofreu certo refluxo, embora não tenha desaparecido, e que a mobilização de 1919 representou, de certa forma, o auge e a síntese das experiências anteriores, produzindo, além das conquistas para algumas categorias, ações que nos anos posteriores praticamente não se distinguiram das até então observadas.

A imprensa operária foi a principal fonte utilizada para obter as informações necessárias ao conhecimento da realidade em que viviam os operários.

A imprensa não-operária é assim designada por abranger três jornais por nós consultados que não possuíam características da imprensa operária, mas que veiculavam informações sobre o meio operário. Os jornais não-operários tornaram-se preciosas fontes de informações, pois como estavam voltados a um público maior não possuíam o compromisso doutrinador próprio dos jornais operários, além disso expressavam as opiniões dos grupos sociais a quem estavam vinculados.

Nesse sentido o jornal **Rio Grande**, por ser governista, se apoiava na ideia de que o operariado era o causador da desordem social e que as forças públicas e privadas eram as defensoras dos cidadãos e dos bens desses cidadãos. Por seu lado o jornal **Echo do Sul** defendia uma postura a favor dos operários e de acusação aos poderes constituídos. Já o terceiro jornal, **O Tempo**, se colocava a favor do operariado, mas foi capaz de criticá-lo quando suas atitudes prejudicavam a coletividade, sem fazer grandes acusações aos poderes municipais.

Essa imprensa também foi utilizada como meio para conhecermos as condições de vida, de trabalho, as ações dos operários.

A imprensa operária trazia poucas informações a respeito do movimento operário de Rio Grande. Foram poucos os exemplares encontrados e seu conteúdo trazia informações sobre o movimento operário nacional e até mesmo internacional, textos doutrinários e outras informações, mas sobretudo eram poucos os dados a respeito do movimento operário de Rio Grande.<sup>3</sup>

Os processos crime foram utilizados no sentido de ajudar a preencher algumas lacunas deixadas pela imprensa e tornaram-se demonstrativos dos conflitos vivenciados pelos operários em um cotidiano marcado pela insegurança e por dificuldades, onde alterações no tom de voz em uma conversa poderiam levar a lutas corporais e mortes. A partir dos processos que traziam em seu conteúdo pedidos de assistência judiciária pública, foi possível identificar o descomprometimento dos patrões em indenizar operários feridos e até vitimados em serviço. Os pedidos de habeas-corpus revelaram os motivos das prisões de operários e mesmo informações a respeito dos fatores desencadeadores das greves, uma vez que através da imprensa nem sempre isso era publicado.

As fontes foram instrumentos reveladores não apenas do movimento operário, mas também das condições de vida, o que favoreceu a remontagem parcial do meio operário. Segundo Max Weber a realidade é complexa e múltipla enquanto o conhecimento empírico-científico só consegue ser parcial.<sup>4</sup> Nesse sentido o presente estudo também só pode

---

<sup>3</sup> Uma análise dos jornais operários do Rio Grande do Sul pode ser encontrada em JARDIM, Jorge P. *Comunicação e militância - a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*.

<sup>4</sup> KOCKA, Jürgen. “Objeto, conceito e interesse”. IN: GERTZ, René E. (org.). *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 39-41.

pretender remontar parte da vida do operariado rio-grandino nas duas primeiras décadas desse século.

A parcialidade do conhecimento do meio operário de Rio Grande nas duas décadas iniciais deste século deve-se às dificuldades apresentadas pelas fontes a partir do silêncio político que as cerca, no sentido de que a imprensa não-operária muitas vezes dizia algo em nome dos operários sem deixar que esses expressassem suas verdades. O silêncio também foi imposto pelo desaparecimento de exemplares dos jornais operários, cujo vazio é lastimável.

A falta de resposta da Federação Nacional dos Estivadores aos questionamentos por nós feitos a respeito dos movimentos grevistas de Rio Grande, nos quais os estivadores tiveram importante participação, constituiu-se num dos limites do trabalho. Os mesmos questionamentos foram feitos ao Sindicato dos Estivadores de Rio Grande, que não pode auxiliar-nos por não ter preservado material anterior ao ano de 1931, data em que foi fundado.

O trabalho é apresentado em três capítulos. No primeiro é apresentada a cidade de Rio Grande no período, com dados informativos, uma vez que inexistem trabalhos a respeito da cidade no século XX. São informações que visam situar o leitor e ajudar a montar o cenário onde o operariado agiu e como ele vivia.

O segundo capítulo apresenta o meio operário de Rio Grande através das informações obtidas na imprensa e nos processos crime, deixando transparecer que suas ações visavam soluções para problemas que enfrentavam e que suas lideranças agiam em busca de um fim, não interessando muito os meios para atingi-lo, daí mesclarem greves, boicotes, piquetes, passeatas, *meetings*. O capítulo situa-se nos anos que antecederam ao primeiro conflito mundial, numa amostragem de que o

que ali ocorria não pode ser menosprezado pela historiografia e que serviu de experiência para o que ocorreria nos anos posteriores.

O terceiro e último refere-se aos anos da Primeira Guerra Mundial e a 1919, obedece aos interesses do segundo capítulo e apresenta 1919 como o ano revelador das manifestações operárias na cidade, em que a população vivenciou momentos de temor com o enfrentamento entre operários e forças policiais.

Esse trabalho tem por pretensão abrir caminhos para que novos estudos sejam feitos a respeito do meio operário de Rio Grande e contribuir para a compreensão da importância que os movimentos sociais tiveram também no interior do estado.

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

# CAPÍTULO I

## **Rio Grande no início do século XX**

A cidade de Rio Grande nas duas primeiras décadas desse século possuía características comuns aos centros industriais do período e específicas de uma cidade portuária do interior.

A população rio-grandina vivenciou as mutações ocorridas nos setores vitais da sociedade, iniciadas com a implantação da república e que se aprofundaram no período em estudo.

Nas duas primeiras décadas desse século apesar, de a economia ter como sustentação o setor primário, outros setores passaram a se desenvolver, dentre eles a indústria e o comércio. Com o surgimento da indústria a questão social passou a ser abordada de forma diferente, pois que novos problemas surgiram com a formação do proletariado industrial e urbano.

Enquanto a indústria no centro do país teve o seu surgimento relacionado ao setor cafeeiro, no Rio Grande do Sul ele esteve vinculado à acumulação de capital comercial do complexo colonial e à pecuária e se desenvolveu com maior intensidade a partir do século XIX com a imigração, principalmente alemã e italiana.<sup>5</sup>

O relacionamento da economia do Rio Grande do Sul com a do centro do país se estabeleceu na medida em que a primeira dependia das oscilações da segunda, uma vez que a economia gaúcha estava voltada a abastecer o mercado nacional.

Quanto à indústria rio-grandina, seu surgimento esteve vinculado ao capital advindo da pecuária. O charque, produzido na região sul do estado, principalmente em Pelotas e Rio Grande, abriu a estas cidades o mercado nacional para os produtos que passaram a ser ali industrializados.

Além de Rio Grande havia duas outras cidades consideradas industrializadas. Pelotas, que ao lado de Rio Grande também desfrutou, em anos anteriores, de importância econômica devido às charqueadas, e Porto Alegre, que se tornou a principal cidade industrial do estado na virada do século, contando para isso com posição estratégica que favorecia o comércio com o norte do estado, a posição também ajudou na acumulação do capital, advindo da região colonial<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Esta questão é discutida em: PETERSEN, Sílvia R. F. **Origens do 1º de Maio no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1988.

<sup>6</sup> LOURENÇO Jr., Adhemar. **"Povo! Trabalhadores! - Tumultos e Movimento Operário (estudo centrado em Porto Alegre 1917)**. Porto Alegre, UFRGS, 1994 (dissertação de mestrado).

## Aspectos gerais da cidade de Rio Grande

Rio Grande, nas duas primeiras décadas desse século, sofreu transformações significativas nas áreas econômica, social, política, cultural. Transformações comuns ao contexto de uma época em que a industrialização começa a se constituir, em que o período da primeira guerra mundial modifica o cenário mundial, em que os problemas relacionados à chamada questão social se manifestam com maior intensidade e em busca de soluções.

Nesse período as indústrias do centro do país, que contavam com posição geográfica favorável e tiveram o seu surgimento ligado ao capital cafeeiro, passaram a ser concorrentes da indústria do sul do estado, fazendo com que as mesmas perdessem mercados consumidores e também a condição de principal área industrializada do Rio Grande do Sul. Apesar desses fatores, o processo industrial da região teve forte influência sobre o desenvolvimento do estado e contou com um atuante movimento operário.

A história da cidade de Rio Grande referente ao início desse século tem merecido pouca atenção dos historiadores, bem como o movimento operário que ali se processou.

Encontram-se escritos em maior quantidade sobre os séculos XVIII e XIX. Quanto ao que há sobre o período a que este trabalho se refere podemos mencionar apenas algumas fontes.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> As obras consultadas foram: PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Rio Grande** traz informações desde 1737 até a década de 1940, constituí-se numa obra de informações sobre diversos setores da sociedade, com fotos, dados estatísticos, sem ser analítica, mas uma exposição de fatos e dados. Outra fonte consultada foi a Edição Comemorativa do jornal **Agora** de 1987, que não é obra histórica aos moldes acadêmicos, mas traz dados sobre a cidade no período em estudo. Foi utilizada também a monografia de Jovino G. Mansan

São fontes com informações esparsas, muitas delas repetidas em várias das obras e que mereceriam ser melhor estudadas. O que tentamos fazer é contribuir para uma maior compreensão da cidade, seus habitantes, principalmente o operariado, e sua atuação no período, mas não pretendemos escrever uma História de Rio Grande no início desse século.

O município de Rio Grande localiza-se na planície, no litoral sul, sendo sua configuração a de uma restinga costeira, possui como limites ao norte os municípios de Pelotas e Lagoa dos Patos; ao sul o município de Santa Vitória do Palmar; a leste o Oceano Atlântico e o Canal de Rio Grande e a oeste o município de Pelotas, Arroio Grande e Lagoa Mirim.

Foi elevado à categoria de cidade em 1835, sendo o município mais antigo do estado. Devido à sua localização geográfica, tendo como um dos limites o Oceano Atlântico, Rio Grande possui desde o século passado um porto marítimo, o único e mais importante do estado. Inúmeras transformações ali ocorreram visando a sua ampliação e melhor utilização. Em 1907 ocorreu a inauguração oficial das obras da barra e em 1912 foi iniciado o cais do Novo Porto.

---

intitulada **Industrialização e Marginalização na cidade do Rio Grande**. Ainda a dissertação de mestrado de Sílvia C. Agnes denominada **A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana: análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas, Rio Grande e Cidade do México**, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1990. A dissertação de mestrado de Hugo A. P. Neves intitulada **A importância do Porto de Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)** apresentada na Universidade Federal do Paraná, em 1980. Recentemente foi lançado o livro **A cidade do Rio Grande: Estudos Históricos** organizado por Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres, que fornece informações sobre temas vários desde os povos indígenas até décadas atuais, mas que não informa sobre o movimento operário. Encontram-se também entrevistas orais arquivadas no Centro de Documentação Histórica Professor Hugo A. P. Neves da Universidade de Rio Grande.

O porto constituía-se na forma de acesso à Europa e a outros países, além de ser a porta de entrada e saída de produtos e de pessoas, proporcionando assim o contato com o movimento operário do país e das demais nações.

Através do porto de Rio Grande entraram os estrangeiros que se tornaram mão-de-obra na indústria local juntamente com os trabalhadores nacionais. Muitos dos estrangeiros ali não permaneceram, eram principalmente alemães e italianos que seguiram para outras áreas do estado, fundando colônias agrícolas. “Mesmo assim, alguns imigrantes alemães e italianos permaneceram no Rio Grande, juntamente com os portugueses, teriam influência na economia local, tanto no setor comercial como no industrial.”<sup>8</sup>

Somente no ano de 1911 entraram pelo porto de Rio Grande 1.550 imigrantes<sup>9</sup>. Enquanto a capital do estado recebia principalmente imigrantes alemães e italianos, Rio Grande juntamente com Pelotas atraía predominantemente lusos e espanhóis.<sup>10</sup>

A participação do elemento imigrante não se restringiu à condição de proprietário rural, verifica-se que dos grandes industriais do período muitos eram estrangeiros.

Era relativamente comum grandes empresas, como a Rheingantz, trazerem técnicos europeus para operarem as máquinas, principalmente nos anos finais do século passado, atestando a presença

---

<sup>8</sup> NEVES, Hugo A. P. **A importância do Porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Curitiba, UFPR, 1980 (dissertação de mestrado).

<sup>9</sup> **Echo do Sul**, dias 12, 13, 14 de março de 1912.

<sup>10</sup> Neves, op. cit., p. 13.

dos trabalhadores estrangeiros. Deve-se destacar que nem todos eram técnicos.

Por constituir-se numa das três principais cidades industriais do estado, e portanto de importância econômica fundamental, as dificuldades enfrentadas na área urbana passaram a ser preocupação do poder público, pois esse tipo de transtorno poderia ocasionar tumultos e era sua função a manutenção da ordem.

Rio Grande enfrentava dificuldades comuns às cidades industrializadas do início do século, problemas referentes à higienização, iluminação, pavimentação, saneamento básico, educação, enfim questões relacionadas ao viver na cidade.

No jornal **Echo do Sul** veicularam-se notas a respeito dos problemas enfrentados pela população rio-grandina. Entre os dias 12,13,14 de março de 1912, às vésperas das eleições municipais, o jornal defendeu a ideia de que a cidade necessitava de governantes que dessem ouvidos aos interesses da coletividade, que fossem libertos das “escaramuças partidárias”. Apontava quais os interesses coletivos: “a cidade apresenta problemas prediais, é vítima de malgrados e epidemias, o comércio e a indústria não têm encontrado facilidades decorrentes de planos econômicos e nem de créditos. Não possui água, apesar de Rio Grande ser a vários anos uma cidade, não existe serviço de incêndio.”<sup>11</sup>

O mesmo jornal faz referência à necessidade de esgotos, “a cidade está imunda, sendo impossível às pessoas passarem por determinadas ruas da cidade sem levarem ao rosto um lenço tal é o cheiro horrível que sai das águas pútridas das sarjetas, uma vez que nestas são lançados dejetos com a

---

<sup>11</sup> **Echo do Sul**, março de 1912.

licença pública. O mais atemorizante é que existem casos de febre tifóide e a peste bubônica já avança na capital. Faz-se urgente esgotos.”<sup>12</sup>

As transformações pelas quais a cidade passava com o aumento populacional trouxeram preocupações, pois os operários que tomavam conta das áreas mais desprovidas de estruturas significavam duplo perigo: o das contaminações epidêmicas e o do desobedecimento da ordem estabelecida. As dificuldades de sobrevivência criavam entre o operariado uma espécie de identidade, comum não apenas ao meio operário mas entre os pobres em geral.

Em Rio Grande, a classe dominante compartilhou com sua congênera nacional o entusiasmo pela instalação de medidas higienizantes, através do governo federal. Como afirma Beatriz Anselmo Olinto<sup>13</sup>, foi com o fim da guerra que as fragilidades dos programas de higienização vieram à tona, principalmente com a chegada da influenza ou gripe espanhola, ao final de 1918. “Com a epidemia, a sociedade exporia as condições de vida das camadas pobres da população, que não teriam nem resistência orgânica, nem meios para sobreviver.”

Não tardaram atitudes filantrópicas partidas dos industriais e da classe dominante, procurando minimizar a situação. Quase concomitantemente um novo discurso fez-se presente, responsabilizando a mulher e a própria classe operária, por ser a que mais sofreu com a epidemia, pela manutenção e propagação da mesma. Ninguém quis responsabilizar-se pela falta de infraestrutura da cidade, ficando mais

---

<sup>12</sup> *Echo do Sul*, março de 1912.

<sup>13</sup> OLINTO, Beatriz A.. "A higiene das cidades & a Peste da Guerra: a Gripe Espanhola em Rio Grande e o colapso da modernidade". In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (eds.) **A cidade do Rio Grande: Estudos Históricos**. Rio Grande: URG\SMEC, 1995 p. 181-184.

cômodo responsabilizar aqueles que não dispunham de meios para defender-se.

Fazia-se urgente a resolução de alguns desses problemas, pois Rio Grande estava em processo de industrialização e atrair mais capitais era fator vital para a economia. Solismar Fraga Martins<sup>14</sup> afirma que os industriais demonstravam interesse em instalar ali seus estabelecimentos devido à estrutura portuária, mesmo que precária, pois era o único porto marítimo do estado.

Foi na segunda década do século que alguns dos problemas urbanos ganharam maior atenção do poder público e começaram a ser resolvidos. Em 1916 o intendente municipal Dr. Alfredo Soares do Nascimento conseguiu empréstimo do governo federal e destinou-o ao saneamento. Em junho de 1917 a cidade passou a receber água do primeiro posto de captação. Somente em 1920 começou a funcionar a Usina Central de Esgotos e parte da rede de água. A conclusão dessas obras ocorreu em 1922. Quanto à energia, em 1908 foi adquirida a Companhia Rio Grandense de Iluminação a Gaz que deixou de funcionar em 1919. Neste período atendia apenas às necessidades de consumo de reduzido número de casas. Em 1917 foi suprimida nas vias públicas a iluminação a gás. O corpo de bombeiros foi criado em 1913, com reduzido e antigo material e no ano seguinte a Intendência Municipal organizou a sua guarda.

Com tais medidas e com o comércio e indústria se desenvolvendo, Rio Grande apresentava-se como um município promissor. Como resultado desse quadro as pessoas com maior poder econômico passaram a morar na cidade, pois antes moravam nas ilhas,

---

<sup>14</sup> MARTINS, Solismar F.. "Planejamento urbano na cidade do Rio Grande: um pequeno histórico." In: *ibidem* p. 185.

como atesta o depoimento de Dona Aurora Abreu Dourado em entrevista concedida a Maria Luiza Bertulini Milane, arquivada no Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves da Fundação Universidade de Rio Grande. Pelo depoimento sabe-se que as pessoas tinham um certo preconceito em residir na cidade, pois a fundação de Rio Grande está relacionada à existência de um presídio. Somente quando se iniciaram as obras de aterramento e a instalação de fábricas é que passaram a morar na cidade.

Com a instalação das primeiras fábricas verificou-se o aumento no número de operários e como consequência a preocupação com a habitação tornou-se maior. O operariado de modo geral morava em precárias instalações, pagava aluguéis que além de caros eram escassos e normalmente suas casas localizavam-se longe dos ambientes de trabalho, dificultando o acesso dos mesmos e dependendo, não raras vezes, de transporte.

Em uma cidade onde o morar agravava a questão social, não faltaram iniciativas em torno do fato, como aluguéis particulares e casas construídas pelas empresas como fez a Rheingantz, pioneira nessa atitude no estado. Construindo casas para seus operários a empresa obtinha vantagens como: através dos aluguéis o dinheiro investido acabava retornando, em parte, à empresa; as casas eram construídas próximas ao local de trabalho, diminuindo o tempo de deslocamento de casa para a fábrica.

Outra empresa de grande porte que construiu casas para seus operários e um hotel para os técnicos, provavelmente para os estrangeiros, foi o Frigorífico Swift em 1918.

Atitudes como essas, partidas dos empresários, aliadas a outras como a instalação de aulas para os operários, criação de montepios, de

caixas de auxílio mútuo eram formas de cooptação e manutenção da mão-de-obra. Se por um lado o controle sobre os mesmos era facilitado com a proximidade das casas ao ambiente de trabalho, por outro a vida de muitos operários ficou melhor, pois que, para muitos, somente a partir dessas atitudes é que passaram a viver em condições melhores e nem por isso deixaram de tomar parte nas manifestações operárias em prol de melhores salários e condições de trabalho.

A construção dessas casas levava à formação de vilas operárias que representavam perigo aos industriais, uma vez que a aglomeração de trabalhadores favorecia a sua organização dentro e fora do ambiente de trabalho. Tornando-se centros irradiadores de manifestações e reivindicações, além de abrigarem operários refugiados, conhecidos como elementos indesejáveis pela sociedade.

A importância da cidade de Rio Grande não se restringe ao setor econômico. Devido a sua condição de cidade portuária, houve ali uma vida cultural significativa. Grupos teatrais ao chegarem ao porto, muitas vezes, permaneciam na cidade por alguns dias apresentando seus espetáculos. Graças à condição portuária, a chegada dos jornais estrangeiros e mesmo os nacionais era facilitada, não dependendo da capital do estado como entreposto.

A vida cultural não se restringia aos grupos sociais favorecidos economicamente. O operariado, através de suas associações, oferecia aos sócios e comunidade atividades como: peças de teatro, edição de jornais, festas, palestras, aulas para os associados e trabalhadores em geral.

A Sociedade União Operária de Rio Grande, fundada em dezembro de 1893 e que entrou em funcionamento oficial no ano seguinte, foi a primeira associação de trabalhadores a organizar, no estado, um

sistema de aulas. Seu ensino caracterizava-se por ser laico e atraía significativo número de trabalhadores, inclusive mulheres.<sup>15</sup>

A manutenção de atividades por parte das associações operárias passou por inúmeras dificuldades, próprias do mundo do trabalhador e do trabalho. Dificuldades financeiras, perseguições, proibições, boicotes e dificuldades para a sua organização. Mesmo assim, são significativas as manifestações num cenário nacional onde o operariado além de excluído, era considerado um cidadão de segunda ordem, sem proteção legal mas com inúmeras obrigações.

Através dos dados referentes à população é possível verificar o seu aumento, bem como o crescimento da cidade. Sabe-se que a partir do crescimento habitacional novas realidades surgem dentre elas, problemas infra-estruturais urbanos.

Ano	População Masculina	População Feminina	Total
1900	15.382	14.110	29.492
1920	27.121	26.486	53.607

Dados extraídos da obra **Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**.  
Porto Alegre: FEE, 1981

No período de vinte anos a população praticamente duplicou. Isso ocorreu devido à expansão do comércio, ao fato da cidade ser industrializada, às mudanças na área urbana, que se estenderam ao longo das duas primeiras décadas desse século, tornando-a mais atrativa tanto para investidores quanto para trabalhadores.

---

<sup>15</sup> CORRÊA, Norma E. **Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. Porto Alegre:UFRGS, 1987 (dissertação de mestrado).

Os dados atestam o grau de desenvolvimento econômico e urbano na região sul do estado, onde se localizavam as cidades mais industrializadas, além da capital.

É mister mencionar que a densidade demográfica em Rio Grande, segundo o censo de 1920, contido na obra de **Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** era de 15,15 habitantes por Km<sup>2</sup>, sendo a população predominantemente urbana com cerca de 43.000 habitantes, enquanto que a rural era estimada em torno de 8.000 habitantes. Esses dados estão arredondados uma vez que não correspondem exatamente aos da tabela anterior.

O número de habitantes que sabiam ler e escrever é um pouco maior do que o de analfabetos. Em 1920 sabiam ler e escrever 28.479 e não sabiam 25.128. O fato de quase a metade da população ser analfabeta demonstra a escassez de mão-de-obra especializada, daí algumas fábricas buscarem trabalhadores especializados do exterior.

Era oneroso trazer técnicos estrangeiros para operarem as máquinas e, ao mesmo tempo, havia relativa escassez de mão-de-obra. Esses dois aspectos, principalmente o segundo, ajudam a compreender porque as greves foram em sua maioria vitoriosas, mesmo havendo entre os trabalhadores analfabetos.

A política riograndina obedeceu à perspectiva positivista desenvolvida por Júlio de Castilhos, a exemplo do que ocorria no Rio Grande do Sul. Em geral os diversos representantes e seguidores dessa política defendiam a ideia de que “o bem público passa a ser identificado com a segurança do estado, que se encontra sempre acima dos direitos dos

indivíduos.”<sup>16</sup> Nesse contexto é que se entende a montagem de um aparato repressivo como a Brigada Militar e a formação dos corpos provisórios, que possuíam poder hierarquizado e cuja função do coronel era a de garantir o andamento da engrenagem política.

A política municipal de Rio Grande não se diferenciava do que ocorria entre os demais municípios e o governo estadual. Os intendentess municipais representavam o governo situacionista estadual, eram eleitos através de fraudulento sistema eleitoral. Quando havia uma frente oposicionista, era levada a desistir do pleito, como ocorreu em 1912, quando o concorrente da oposição, Sr. Coronel Augusto Álvaro de Carvalho, se afastou da candidatura, sendo eleito o candidato da situação.

Eram relativamente comuns os casos de perseguições políticas aos que se opunham ao governo instituído, como ocorreu em 1916. Neste ano o intendente municipal Alfredo do Nascimento é acusado de perseguir um federalista.

“Exaustos da campanha eleitoral apesar de se ter auxiliado de todos os empregados e mesmo das autoridade, o Sr. Alfredo Soares do Nascimento em desespero de causa, vendo cair a cada dia que passa a sua candidatura pelo repúdio de todos, valeu-se de censurável processo de perseguir aqueles, que, decididamente, não lhe dão o voto.

(...) Como se soubesse que o Sr. Cornélio Atilio de Magalhães pertencesse ao federalismo, o intendente do município mandou prendê-lo sábado último, às seis horas da tarde, por um sargento da polícia quando o Sr. Magalhães se dirigia para sua casa.

De fato o primeiro passou pelos maiores vexames, principalmente por parte do inspetor Djalma que lhe chegou a dizer: - Você sabe por que está preso? - Porque é maragato. (...). (ECHO DO SUL, 22/5/1916)

---

<sup>16</sup> FÉLIX, Loiva O. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

O prosseguimento da notícia dá conta de que havia desagrvos entre o intendente e alguns membros do partido situacionista, que pediram ao governo do estado um posicionamento frente às atitudes daquele.

Embora tal atitude fosse considerada normal para a época, não significa que contra ela ninguém se opusesse. É o caso dos redatores do jornal **Echo do Sul**, que escrevem sobre o pleito a realizar-se no ano de 1912: “Ponto estratégico para a economia do estado, oferece vantagens a intercâmbios comerciais. Rio Grande necessita de governantes não conservadores, libertos de Borges de Medeiros, que olhem para o seu futuro.”

Num período em que a troca de favores bem como a fraude eram constantes, a intendência municipal de Rio Grande foi palco do situacionismo estadual. Embora em anos anteriores tenha sido uma das cidades que se opuseram a Júlio de Castilhos, quando este, depois de manifestações populares e a tomada das cidades de Rio Grande e Bagé, pelos anti-castilhistas, e sem o apoio do exército, abandonou o palácio do governo a 12 de novembro de 1891, sendo substituído pelo triunvirato composto por General Manoel Luiz Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Logo, apesar da oposição de anos anteriores e da manifestação contrária de alguns, Rio Grande enquadrava-se no contexto político da época.

### **Industrialização em Rio Grande**

O parque industrial de Rio Grande era formado por fábricas que atuavam em diversos ramos. Sua anterioridade em relação à industrialização da capital do estado ajudou para que sua produção se

voltasse ao mercado nacional, enquanto aquela estava voltada ao mercado regional.

Explica-se dessa forma a concorrência que os produtos riograndinos sofriam dos que eram provenientes das indústrias do centro do país e dos importados, perdendo assim, gradualmente, posição para Porto Alegre<sup>17</sup>.

Quanto ao capital empregado nas indústrias de Rio Grande, encontra-se em primeiro lugar o nacional e em segundo o estrangeiro, este predominou nos setores portuários, representado pelo capital francês através da Companhia Francesa e na instalação do Frigorífico Swift de capital norte-americano.

Segundo o Recenseamento do Brasil realizado em 1.9.1920, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, a relação de estabelecimentos industriais e comerciais do município atingia o número de 57. As indústrias eram, em grande parte, de pequeno porte.

Heloísa J. Reichel afirma que em Rio Grande havia poucas e grandes indústrias que atuavam em áreas pouco diversificadas como: tecelagem, charutos, conservas alimentícias<sup>18</sup> e que enfrentaram desde cedo problemas relacionados com o capital e a matéria-prima. Com base nas ideias defendidas por Hugo P. Neves, percebe-se que as dificuldades realmente existiram; quanto às relativas à matéria-prima, o autor esclarece que as indústrias manufaturavam produtos regionais, com poucas

---

<sup>17</sup> FOOT, Francisco & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1982, p. 174.

<sup>18</sup> REICHEL, Heloísa J. "A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha". In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 262.

exceções, como a Ítalo-Brasileira que manufaturava algodão, matéria-prima escassa na região. As dificuldades estavam também na obtenção de máquinas.

Portanto, as indústrias de Rio Grande enfrentavam a concorrência dos produtos importados e do centro do país, melhor situados e com capital proveniente do setor cafeeiro, por motivos já citados e não pela escassez de matéria-prima.

A importância das cidades do interior do estado, como Rio Grande, atesta a necessidade de revisão do que já foi escrito sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, apoiada em dados obtidos recentemente. Dessa forma a ideia de que essa indústria era secundária poderá ser reformulada, desde que se leve em consideração as particularidades da nossa indústria, que se desenvolveu com base no capital proveniente das charqueadas e da área colonial, e que enfrentava dificuldades como a falta de mão-de-obra.

Algumas das instalações industriais e comerciais de Rio Grande remontam ao século passado, sendo que se dedicavam à produção e comercialização de produtos regionais. Dependiam do exterior para a obtenção de máquinas e de pessoal especializado para operá-las. Dentre as principais encontram-se:

Leal, Santos e Companhia abriu fábrica no município em 1889; manufaturava biscoitos, conservas, peixe, carne, caça e frutas. Era filial das fábricas portuguesas de Lisboa e Cascaes. Empregava na última década do século passado cerca de 80 operários, sendo o número aumentado em épocas de pescarias abundantes;

Companhia União Fabril, fundada em 1874 por Carlos Guilherme Rheingantz sob o título comercial de Rheingantz & Vater,

passando no ano seguinte a chamar-se Rheingantz, em 1890 foi convertida em sociedade anônima, com o título de Companhia União Fabril. Manufaturava lã e tecidos de algodão, comercializando com todo o país. Essa fábrica possuía 52 casas para moradia de operários, mantinha uma Sociedade de Socorros Mútuos, um armazém cooperativo, aulas de instrução primária para os filhos dos operários e um montepio. Empregava, no final do século XIX, cerca de 900 pessoas entre homens, mulheres e crianças, além de costureiras que trabalhavam fora e se empregavam no preparo de capotes para o fornecimento do exército;

Companhia de Conservas Rio Grandense, fundada em 1906 pelo Major Túlio Martins Freitas, manufaturava conservas de peixes, carne e doces. A fábrica confeccionava as latas e caixas necessárias ao acondicionamento dos produtos;

Fábrica de Conservas Malato e Almeida, fundada em 1913;

Poock e Companhia, fundada em 1891 por Gustavo Poock, fabricava charutos havaneses e nacionais. Em 1895 empregava 130 pessoas entre homens, mulheres e crianças. Parte do pessoal era formado por profissionais estrangeiros: alemães e cubanos;

Companhia de Fiação e Tecidos Rio Grande, fundada em 1894, começou suas atividades em 1896. Em 1921 a empresa foi transformada em sociedade anônima sob a denominação de Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira. Manufaturava tecidos de algodão;

Frigorífico Swift, as obras para sua instalação iniciaram em 1917 e seu funcionamento no ano seguinte. A origem de seu capital era norte-americano e empregava 1.500 pessoas. Sua produção estava voltada ao mercado externo;

Moinho Rio Grandense, fundado em 1894, ocupa-se da fabricação de farinhas especiais, rolão de trigo e farelo. Ocupava em 1895 cerca de 40 empregados;

Bromberg & Companhia, foi estabelecida em Rio Grande por Martins Bromberg. Importava ferragens, óleos, tintas, utensílios domésticos, arame, cimento, ferro bruto, carvão, breu, soda, máquinas para a indústria e para a lavoura, pólvora e outros;

Fraeb & Companhia, importava da Alemanha, Inglaterra e de outros países europeus, produtos diversos como tecidos, arame, cimento e exportava couro, lã, crinas, charque, chifres e sebo;

Correia Leite & Companhia, fundada em 1895 importava diversos produtos da Europa, Estados Unidos, Uruguai, Argentina e de vários portos brasileiros. Exportava principalmente charque e outros derivados da pecuária;

Otero, Gomes & Companhia, fundada em 1867, importava papel, folha de flandres, cimento, querosene, gasolina, breu, arame, sal, trigo, soda cáustica; e dos portos brasileiros açúcar, café. Exportava produtos da pecuária, erva-mate, fumo;

Geor Wachtel & Companhia, fundada em 1897 sob a firma de Paul Stoss & Companhia, em 1906 passou a denominação primeira. Transportava cargas em seus navios, quanto às exportações predominavam couro, ossos, lã e outros derivados da pecuária;

José da Silva Fresteiro & Companhia, fundada em 1878. Importava produtos diversos da Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Portugal e, exportava couro para a Europa e produtos do estado para portos do norte do país;

Campos Assumpção, fundada em 1889, mantinha comércio com vários países europeus e diversos estados brasileiros, bem como com o Uruguai e a Argentina. Ocupava-se da importação de vinhos, licores, cimento e folhas de zinco, açúcar e exportava madeiras;

Tollens & Costa, fundada em 1911, importava ferragens e máquinas dos Estados Unidos e Europa;

Eduardo J. Wigg & Companhia, eram agentes de várias empresas de navegação. Importava trigo e carvão desde a sua fundação em 1911;

J. Gianuca, fundada em 1900, exportava produtos do estado para portos nacionais;

Drogaria Franco-Brasileira, importava produtos químicos e farmacêuticos;

Álvaro Castro e Silva, fundada em 1903, importava ferragens, cutelaria, máquinas, tintas, óleos, vernizes e outros, vendendo os mesmos para Rio Grande e outros portos brasileiros;

Carl Engelhard, dedicava-se à exportação, fora fundada em 1911;

C. Albrecht & Companhia, fundada em 1896, importava tecidos europeus;

Thompsen & Companhia importava máquinas, querosene, óleos lubrificantes de países europeus, assim como terebentina dos Estados Unidos e do Paraná. Exportava produtos relacionados à pecuária;

Oscar Ritter, fundada em 1911, exportava e importava da Europa, açúcar de Pernambuco e café do Rio de Janeiro;

Afonso Favaret, fundada em 1905, dedicava-se à exportação, em grande escala, dos produtos do estado.<sup>19</sup>

Houve outras indústrias e casas comerciais. Algumas das mencionadas não tiveram duração até a década de 1920, outras foram fundadas no período.

Como se pode perceber, um número significativo das empresas dedicava-se à exportação e importação, esse dado apenas confirma a importância da cidade para o contexto estadual e nacional.

Entre as empresas recenseadas em 1920 encontra-se número maior de pequenas fábricas. Das 57 relacionadas, 33 atuavam no setor da alimentação e bebidas, 2 na área têxtil, 2 na fabricação de sabão, 2 de vassouras e escovas, 1 de calçados, 10 distribuíam-se na produção de mosaicos, ladrilhos, fundição e construção de máquinas, artefatos de flandres, de ferro zincado ou estanhado, louças de barro, 3 eram serrarias, 1 fabricava charutos, outra produzia fogões, 2 dedicavam-se à tornearia e artefatos em madeira.

Contra algumas dessas empresas é que aconteceram movimentos grevistas significativos como os de 1917,1918,1919.

Para maior compreensão da realidade operária em Rio Grande fez-se necessário tecer considerações a respeito do elemento operário, que obedeceu características comuns ao resto do país, mas também possuiu peculiaridades. É importante ter em mente quais as tendências que se fizeram sentir no movimento operário local, para no segundo capítulo abordar especificamente como ocorria em Rio Grande.

---

<sup>19</sup> Estas informações estão baseadas nos dados contidos no Recenseamento realizado pelo Ministério da Indústria e do comércio em 1º.9.1920, no **Almanaque Literário e Estatístico do RS de 1897** e na dissertação de mestrado de Hugo Pereira Neves.

### **O elemento operário e sua atuação**

Alguns dados gerais sobre o operariado integrado ao contexto dos primeiros anos desse século, e que são praticamente os mesmos para a realidade de todo o país, permitem melhor compreender a sua atuação.

A composição da classe operária abrangia elementos provenientes da época da escravidão, advindos da área rural e do setor urbano e foi, desde cedo, composto por mulheres e crianças, utilizadas principalmente nas indústrias têxteis, por receberem salários menores. As crianças eram, muitas vezes, recrutadas junto a orfanatos e casas de caridade e em algumas situações exerciam suas funções de forma gratuita em troca de alimentação. Em Rio Grande a Rheingantz fazia uso dessa mão-de-obra.

Ainda no período imperial, com o nascimento de algumas fábricas, era comum encontrar-se escravos trabalhando ao lado de operários nacionais. Os escravos e posteriormente os ex-escravos tiveram dificuldades para adaptar-se ao novo trabalho e não raras vezes negaram-se a trabalhar. Os segundos mesmo sendo provenientes da área urbana eram pouco numerosos e não habituados ao trabalho manufatureiro. Essa situação se modificou aos poucos, principalmente a partir dos anos finais do século passado, quando ao operariado nacional juntou-se o estrangeiro.<sup>20</sup>

Os integrantes do operariado no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, são inicialmente nacionais, somente a partir de 1890 é que se expande o movimento imigratório e com ele surgem os operários imigrantes, sobretudo europeus. Isso não significa que com a imigração o número de operários europeus tenha superado os nacionais. O que se

---

<sup>20</sup> FOOT & LEONARDI, op. cit., p. 109-116.

verifica é que a composição passou a contar com o elemento estrangeiro. Mesmo assim o número de nacionais continuou sendo maior, como ocorreu no Rio Grande do Sul.<sup>21</sup>

Juntamente com os operários nacionais, em sua maioria pouco familiarizados com a manufatura, pois provenientes de um ambiente agropecuário, tem-se os estrangeiros, fruto do empobrecimento das classes trabalhadoras europeias e, em alguns casos, frutos de perseguições.

Os imigrantes não vieram substituir a mão-de-obra nacional, mas sim prover de braços a economia industrial em expansão no país. Esses “trouxeram para o país outras referências históricas de ordens políticas, socioculturais e religiosas, que foram difundidas entre os operários brasileiros, na tentativa de gerar transformações nos comportamentos da classe operária, cuja identidade como classe ainda não havia sido definida.”<sup>22</sup>

Os operários imigrantes tiveram diversos motivos para vir para o Brasil. A crise europeia e o sonho de melhores condições de vida no novo país foram fatores determinantes. Muitos desejavam ganhar dinheiro suficiente para retornar à terra natal em condições melhores. Esse desejo teria, segundo Sheldon Maram, contribuído para que o movimento operário demorasse a se organizar. Uma vez que o interesse não estava em residir no Brasil e adaptar-se à nova situação, mas “com o intuito de fazer fortuna, investindo suas economias e adiando os prazeres imediatos como

---

<sup>21</sup> CARONE, Edgar. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 27-28.

<sup>22</sup> ZANDWAIS, Ana. **Formações discursivas da classe operária na Primeira República**. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (tese de doutoramento em Letras).

um meio de melhorar a sua situação econômica e retornar à terra natal para gozar um estilo de vida que lhes havia sido negado na Europa.”<sup>23</sup>

A sociedade brasileira estava disposta a recebê-los mesmo que não fossem qualificados, pois acreditava serem operosos e de confiança. Com o passar dos anos, mais precisamente nos agitados anos de 1917 a 1920, quando o movimento operário intensificou suas atividades, os operários estrangeiros passaram a ser alvo de perseguições dos poderes públicos e privados, acusados de serem agitadores, mentores de greves, perigosos enfim. Tais acusações eram acompanhadas por forte sentimento nacionalista instigado pelas classes dominantes, que acreditavam que o país deveria precaver-se contra elementos perigosos provenientes dos países beligerantes.

Mesmo sendo menor o número de operários estrangeiros, esses envolveram-se no movimento operário com maior intensidade do que os nacionais. Atuavam nos sindicatos e em termos de liderança, enquanto que os brasileiros eram mais moderados.<sup>24</sup>

A formação e organização do movimento operário deu-se a partir da contribuição dada pelos seus integrantes nacionais ou estrangeiros. As nacionalidades influenciaram à medida que em cada país as expectativas eram diferentes em relação ao movimento operário e na medida em que a industrialização se encontrava em níveis diferenciados.

---

<sup>23</sup> MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>24</sup> -Ibidem, p.23.

Lembra Sheldon Maram que “os conflitos entre brasileiros e imigrantes, e entre os próprios grupos etnicamente divididos, foram uma das principais limitações do movimento operário brasileiro.”<sup>25</sup>

Os imigrantes que vieram para o Brasil eram sobretudo provenientes da Itália, Espanha e Portugal, que eram países não industrializados nos moldes de outros do continente europeu, e possuíam expectativas diferentes quanto à vida no Brasil.

Em Rio Grande prevaleceram os imigrantes de origem portuguesa e espanhola, embora tenha havido italianos, franceses e outros, inclusive de origem latino-americana.

Edgar Carone, ao analisar o movimento operário nacional, afirma que os portugueses eram os piores para se contar em momentos de greve, enquanto os espanhóis e italianos eram persistentes, animados, sendo os italianos ainda mais atuantes. Explica-se dessa forma a forte mobilização operária em Rio Grande.

Muitos imigrantes optavam por não tomar parte no movimento operário por temer problemas que evitassem o retorno ao país de origem. Quanto aos brasileiros, o autor afirma que ora se entregavam à luta como heróis, ora se entregavam ao primeiro chamado patronal ou pressão policial.<sup>26</sup>

Se por um lado a diversidade de nacionalidades foi um aspecto negativo para o movimento operário devido as diferenças de idiomas, por outro foi positivo, pois proporcionou intercâmbio de experiências e

---

<sup>25</sup> *Ididem*, p.30.

<sup>26</sup> CARONE, *op. cit.*, p.25-75.

discussões em torno da realidade que era comum a todos e que buscavam melhorar.

Outras dificuldades existiram na organização do movimento operário além da diferenciação linguística, da falta de adaptação ao mundo da fábrica, das dificuldades de sobrevivência, do desejo de retornar à terra natal. O desprezo pelo trabalho manual também deve ser somado. O desprezo ao trabalho manual é proveniente do período escravocrata, onde o trabalho físico era considerado desqualificante, sentimento que permaneceu durante anos na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que se desprezava essa atividade, era propagada a visão de que o trabalho é dignificante, que apenas ele é capaz de tornar o homem, a mulher, a criança, livres da promiscuidade e de qualquer influência política de oposição. “A fábrica torna-se observatório das condições de trabalho e um laboratório de experiências com a capacidade e resistência do trabalhador”,<sup>27</sup> para tal deveria ser um lugar neutro. Essa dissonância no discurso das camadas sociais economicamente privilegiadas da sociedade serve para demonstrar o desejo de diferenciar-se dos que produziam, uma vez que eram proprietários e para neutralizar qualquer ação de oposição nas fábricas.

O operário era visto, pelos setores dominantes, como um agitador infiltrado dentro das fábricas, como um marginal, ao mesmo tempo em que era visto como um desprotegido que necessitava da proteção do patrão. Logo, se a ambiguidade existia na formação e

---

<sup>27</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. “Lógica e dissonância na Sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária”. *Revista Brasileira de História*. Vol.6 , nº11, set. 1985/fev.1986, p.9-37.

organização do movimento operário, ela se fazia presente também no entendimento que certos setores tinham a respeito do proletariado.

Essa visão dúbia sobre o proletariado, que procurava de todas as formas minimizar a sua atuação, não foi suficiente para evitar suas ações de protesto em Rio Grande e deixar os setores dominantes em alerta.

Tanto é fato que isso ocorreu, que esses setores passaram a se organizar a partir da experiência do movimento operário. A partir da organização deste, aqueles sentiram a necessidade de formar associações que os protegessem e que fossem capazes de fazer frente às reivindicações do operariado.

Em determinadas situações sua organização mostrou-se mais forte, impedindo vitórias e avanços do operariado. Contaram para isso com condições mais cômodas tanto a nível financeiro, quanto à comunicação e influência que possuíam junto ao poder público e a outros setores da sociedade.

A falta de representatividade e de comunicação tanto da classe operária quanto das classes com quem se defrontava foi outro fator negativo para a organização do operariado. Os canais de comunicação, quando se estabeleceram, eram efêmeros.

A comunicação entre os elementos formadores da sociedade industrial era dificultada ainda mais se levarmos em conta a falta de representatividade parlamentar do operariado. Não possuía esse direito por ser analfabeto, ou por ser estrangeiro. É verdade que em determinados momentos votou, mas dentro da expectativa e sob as ordens do patrão que possuía interesses a defender.

Como elementos que contribuíram de forma positiva para a organização do movimento operário tem-se: a existência da imprensa

operária na língua de origem do operariado, que foi fator determinante e contribuiu para o reconhecimento de interesses afins e da manutenção de sua identidade. Permitia ainda o contato com os acontecimentos a nível nacional e internacional.

O contato com o movimento operário europeu através da imprensa e dos operários vindos desse continente, permitiu a tomada de conhecimento das formas de organização que foram, de certa forma, mimetizadas no contexto brasileiro. Experiências vividas por trabalhadores estrangeiros foram aqui adaptadas, como a edição de jornais, revistas e a chamada militância individual. A última não correspondia à melhor forma de atuação, mas foi a que mais vingou e englobava escolas para crianças e adultos operários e acabou preenchendo o lugar de uma militância mais organizada e atuante.

A ameaça de perturbações da ordem vigente, que levou à organização dos setores dominantes da sociedade em face da atuação operária, era a indicação de que a época da paz, da harmonia, da beleza propagadas pela Belle Époque estava terminando. O novo tornava-se atemorizador envolto na expectativa do que o operariado atuante causaria.

### **Tendências presentes no movimento operário**

Os integrantes do movimento operário agiram mediante a sua desconfortável realidade e defenderam formas diferenciadas de organização e de atuação.

Dentre as formas de atuação do operariado encontram-se as ideias defendidas pelos socialistas e anarquistas que foram as que tiveram maior aceitação. Possuíam divergências de organização e atuação, mas ambas concordavam com a “necessidade de uma jornada universal de luta

o que evidencia a identidade de aspirações que unificam o movimento operário.”<sup>28</sup>

A formação e organização do movimento operário contou nos primeiros anos da República Velha com forte presença de ideias socialistas, chamadas por alguns de sociais-democratas. Essa orientação já se fazia sentir desde as décadas finais do século passado e, juntamente com as anarquistas predominaram no movimento operário do período.

O anarquismo teve maior aceitação porque negava o poder político-partidário, havia dessa forma identificação com os operários que não possuíam representatividade parlamentar e nem encontravam canais de comunicação para dialogar com os poderes constituídos. Sua aceitação se deu também porque as formas paternalistas comuns no período da escravidão não mais existiam e os operários sentiam-se desprotegidos ao mesmo tempo que estavam desobrigados à obediência. Logo, a ideia da ausência de autoridade e de uma sociedade livre exercia sobre o operariado certo fascínio.

A predominância das ideias anarquistas deve-se à imigração, principalmente italiana, lusa e espanhola. “A importância do anarquismo em países como a Itália, Portugal e Espanha - que forneciam ao Brasil o assalariado rural e urbano - foi decisiva para caracterizar a linha ideológica de maior significado na etapa inicial da formação do proletariado.”<sup>29</sup> Esses imigrantes haviam sofrido em seus países os efeitos do processo de industrialização sobre as formas produtivas do tipo artesanal.

---

<sup>28</sup> PETERSEN, op. cit., p.7.

<sup>29</sup> PETERSEN, op. cit., p. 16.

Embora não tenha se dirigido para a região sul do estado grande número de imigrantes franceses, foi a forma de organização operária daquele país que maior aceitação encontrou entre os operários.

Com a dissolução da Colônia Cecília do Paraná<sup>30</sup> teriam chegado ao Rio Grande do Sul os primeiros anarquistas. Suas atividades logo se fizeram sentir com a criação do jornal **A Luta** em Porto Alegre. As atividades desses colonos anarquistas de origem italiana não se restringiram a Porto Alegre. Seu líder, conhecido por Dr. Rossi, não se fixou na capital do estado, mas no interior, e jornais, periódicos começaram a surgir em várias cidades industrializadas, como em Rio Grande e Pelotas, além de Porto Alegre.

A presença do anarquismo se fez sentir de forma mais atuante a partir da fundação da União Operária Internacional em 1902. Essa entidade agrupava associações de ramos afins. Desde 1906, sob a influência do I Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, a direção do movimento operário gaúcho passou a seguir as ideias defendidas pelos anarquistas, que passaram a dirigir o movimento operário.

De importância fundamental para o movimento operário gaúcho foi a criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Essa iniciativa se deve aos socialistas, que procuraram, dessa forma, neutralizar a influência da União Operária Internacional.

A FORGS foi fundada em 1906 e possuía associações federadas em praticamente todo o estado. A penetração gradual das ideias

---

<sup>30</sup> Essa questão é discutida em: MÜLLER, Helena Isabel. **Flores aos Rebeldes que falharam (Giovanni Rossi e a utopia anarquista): Colônia Cecília**. São Paulo: FFLCH USP, 1989 (tese de doutoramento).

anarquistas no movimento operário, enfraqueceu os socialistas, até que em 1911 os anarquistas venceram as eleições para a direção da federação.<sup>31</sup>

Haja visto a confluência de ideias que atuaram quase que concomitantemente no movimento operário, não só gaúcho e, portanto, riograndino, mas a nível nacional, é necessário tecer algumas considerações a respeito dessas tendências.

Alguns autores usam os termos anarquismo e anarcossindicalismo como sinônimos, quando na realidade apresentam algumas diferenças.

Giuseppina Sferra em seu livro intitulado **Anarquismo e Anarcossindicalismo** nos auxilia de forma didática a constatar similitudes e diferenças. “Embora seja comum aos anarquistas a concepção próxima do capitalismo ante o poder crescente da classe trabalhadora e mediante a ação direta dos operários, há entre eles diferenças quanto à forma que essa ação irá tomar. Para os anarquistas, ela se realiza mediante o trabalho de educação política do proletariado; este, espontaneamente, fará a revolução. Para os anarcossindicalistas, a ação direta passa pela educação e organização, experimentando, preparando, medindo forças, para que os trabalhadores cheguem à greve geral revolucionária e expropriadora da burguesia.”<sup>32</sup>

Ter presente as diferenças entre as duas orientações auxilia para que não se continue a usar os termos aleatoriamente. É bem verdade que nem sempre é possível distingui-las na atuação do movimento operário,

---

<sup>31</sup> Ver detalhes em: PETERSEN, Sívia R. F. "O anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República". *Revista do IFCH da UFRGS*. Porto Alegre, vol. 5, 1991-1992.

<sup>32</sup> SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e Anarcossindicalismo**. São Paulo: Ática, 1987, p.17.

uma vez que há uma mescla quase constante de doutrinas. A dificuldade para se fazer tal distinção alicerça-se também no silenciamento das fontes.

Por outro lado, há autores que contestam a necessidade de diferenciação como o faz Adhemar Lourenço Júnior<sup>33</sup>. Concordamos com este autor quando diz que o importante é a atuação do operariado. Mas, preferimos diferenciá-los, a fim de melhor situar o leitor, uma vez que possuem posições diferenciadas sobre a ação que os operários devem assumir, embora ambos tenham como vertente as ideias anarquistas e contestem a ordem capitalista.

O anarquista é a pessoa que milita no anarquismo, vê em cada ser humano um colaborador em potencial, a doutrinar, essa é a sua principal obra. Vê no homem o elemento mais importante a desenvolver, cultivar, aperfeiçoar e preservar.

O anarquismo prega uma nova ordem social baseada na liberdade plena, na qual produção, consumo e educação devem satisfazer às necessidades do todo e de cada um. Propõe-se a substituir a organização classista, hierárquica, o poder central obrigatório pela associação voluntária, pelo livre acordo, espontaneamente firmado e eternamente dissolúvel. Defende a ação direta através da educação política do proletariado que através dela, espontaneamente, fará a revolução.

O movimento anarquista é constituído de grupos que agem em comum ou separadamente. Combate o capitalismo, o Estado, a Igreja, o militarismo, a autoridade constituída, entre outros, e almeja uma sociedade descentralizada, onde o homem tenha direitos e deveres iguais.

---

<sup>33</sup> LOURENÇO Jr., op.cit.

O anarcossindicalismo corresponde à corrente sindicalista do anarquismo, passa a ser conhecida a partir do Congresso de Haia (1872) e foi amplamente adotada no Brasil até a instauração dos sindicatos pelo Estado Novo. Caracteriza-se por ser ao mesmo tempo uma doutrina e um método de luta. “A ação direta passa pela educação e organização, experimentando, preparando, medindo forças, para que os trabalhadores cheguem à greve geral revolucionária e expropriadora da burguesia.”<sup>34</sup> Sua força está em agrupamentos como sindicatos, uniões, federações voluntárias.<sup>35</sup>

O anarquismo e suas correntes podem ser definidos pela negação, que é preciso negar para vencer: negar o estado e suas atribuições, negar a propriedade, negar a autoridade burguesa fundamentada na dominação de classe, negar as ordens eclesiásticas, o serviço militar.

O anarquismo não é doutrina destinada exclusivamente à classe operária. Se assim fosse, estaria traindo seu próprio pressuposto básico de construção de uma sociedade livre. Destina-se, portanto, a todos os que compõem a sociedade. Entre os operários teve aceitação maior por terem eles vivenciado situações mais difíceis e por estarem em contato com os militantes, tanto estrangeiros como nacionais.

Depois que vimos algumas características do anarquismo é importante relacionar alguns aspectos do socialismo.

Os representantes do socialismo, como a outra tendência de forte influência no movimento operário, defendiam a organização do

---

<sup>34</sup> SFERRA, op. cit, p. 17.

<sup>35</sup> Estas ideias estão baseadas nas obras de Giuseppina Sferra, citada, e no texto de RODRIGUES, Edgar “Trajetória do Anarquismo no Brasil”. In: **Remate de Males**. Nº 5, Campinas, s.e., 1985, p.23-33.

operariado através de um partido, isto é, que para obterem os direitos que a sociedade lhes negava, deveriam seguir a via legal: o parlamento. O objetivo principal era a conquista de leis que beneficiassem e protegessem os trabalhadores. Isso deveria ser conquistado sem maiores traumas ou agitações. Com a organização de um partido socialista os trabalhadores elegeriam verdadeiros representantes seus e gradativamente conquistariam a maioria dos órgãos legislativos.<sup>36</sup>

João Batista Marçal, jornalista e pesquisador do movimento operário gaúcho, com várias obras publicadas, divide a história do movimento operário em três períodos.

O primeiro deles corresponde ao Mutualista, que engloba as entidades de socorro mútuo. A primeira dessas entidades foi criada pelos italianos imigrantes em 1877, a partir dela outras surgiram, dedicavam-se principalmente ao assistencialismo e não se preocupavam com participação política partidária.

As organizações mutualistas foram as primeiras formas de organização do operariado também a nível nacional. São anteriores à década de setenta do século passado e não representaram uma criação nacional original, uma vez que, “na Europa o mutualismo constituiu-se numa das primeiras tendências organizadas pelo movimento operário internacional, diretamente impulsionada pelo projeto político do socialista utópico Proudhon.”<sup>37</sup> Nesse mesmo período ocorreu a organização das primeiras Ligas Operárias com o objetivo de resistir aos patrões.

---

<sup>36</sup> JARDIM, Jorge L. P. **Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Porto Alegre: PUCRS, 1990 (Dissertação de Mestrado), p. 47.

<sup>37</sup> MARÇAL, op. cit., p.118-121.

Tanto as associações mutualistas quanto as de resistência tiveram papel fundamental na organização do movimento operário, pois aglutinaram os operários em torno de suas necessidades básicas auxiliando na sua sobrevivência. É importante lembrar que essas formas de organização correspondem a um período em que a industrialização não ocupava lugar significativo na economia e nem a classe de operários era numerosa.

A Social Democracia corresponde ao segundo período, segundo Marçal. Graças à ela é que se deu a arregimentação e organização da classe operária no estado. Sua existência deveu-se aos imigrantes alemães. O período era de dificuldades em termos de direcionamento ideológico, pois que Bakunin e Marx haviam rompido e os operários estavam confusos. A social democracia fundou em Porto Alegre a Liga Operária Internacional, em 1895. Nesse contexto as ideias socialistas que eram propagadas entre os operários não encontravam grande respaldo, haja visto que o processo de industrialização estava iniciando.

Ao terceiro período corresponde o anarquismo. Passou a ocupar gradativamente o lugar da social democracia, que segundo o autor, traiu a classe operária.

A predominância do anarquismo no movimento operário gaúcho ocorreu no início deste século, embora haja notícias de que se fazia presente já no século passado. Naquele momento era a social democracia que orientava as primeiras manifestações operárias.

O anarquismo, embora enfraquecido, permanecerá exercendo influência no Rio Grande do Sul até meados da década de vinte. Sílvia R. F. Petersen relaciona algumas evidências da sua existência além da fase-auge - 1917/1920 - como a iniciativa da FORGS de realizar, em 1920, o II Congresso Operário Gaúcho. Nesse momento, mesmo enfraquecida, a

entidade contava com algumas associações federadas, em 1925 eram seis sindicatos. Outra amostra da sobrevivência do anarquismo no estado foi a realização do II Congresso Operário, e, através de notícias esparsas, há indícios de que teria havido um IV Congresso Operário Gaúcho em 1928, na cidade de Pelotas.<sup>38</sup>

A maior durabilidade da influência anarquista no Rio Grande do Sul constituiu uma peculiaridade e acabou por atrair a atenção de anarquistas de outros estados brasileiros, como dos integrantes do jornal **A Plebe** de São Paulo que, em 1928, desejavam transferir aquele órgão para o Rio Grande do Sul.

As ideias a respeito da periodização do movimento operário do Rio Grande do Sul são compartilhadas por outros autores que as usam para a periodização do movimento operário nacional.

Há autores que consideram as ideias defendidas pelos anarquistas como utópicas. Em sua tese de doutoramento Heloísa Mueller<sup>39</sup> dedica o primeiro capítulo à análise da utopia do anarquismo. A partir dessa leitura é possível constatar aproximações entre o anarquismo e a utopia na medida em que pensamos a utopia como uma ruptura com a história, como o violentar os limites da ordem existente que são, ao nosso ver, formas anárquicas de ver a realidade.

Não constitui objeto desse trabalho a utopia anarquista, mas por ser, não raras vezes, o anarquismo relacionado à negação, torna-se importante lembrar que pode ser conjugado com outras esferas do imaginário coletivo, sendo uma delas a utopia que pretende o

---

<sup>38</sup> Maiores informações podem ser encontradas em PETERSEN, **O Anarquismo no Rio Grande do Sul**.

<sup>39</sup> MÜLLER, op. cit.

rompimento, não a negação, buscando a realização do sonho coletivo de liberdade, solidariedade, respeito e dos demais desejos que para a maior parte da sociedade do início do século, eram impossíveis, mas que para os anarquistas eram desejos realizáveis, a partir do respeito ao individualismo e da luta coletiva sem interventores.

Essas ideias não obedeceram a um processo linear de atuação no movimento operário. Em vários momentos existiram e atuaram concomitantemente, formando um amálgama que dificultava a percepção de que tendência prevalecia. Demonstrando a fragilidade em que se encontrava a organização e atuação do operariado a nível estadual e nacional.

Com a abolição da escravatura, a proclamação da república e o maior incentivo dado à industrialização, se inicia um novo período para o movimento operário brasileiro. Nesse momento o socialismo, o anarquismo e suas várias tendências atuaram no movimento operário e não estiveram subordinados diretamente ao estado, o que lhes permitia maior liberdade de ação ao mesmo tempo que os deixava à mercê da ação dos poderes públicos e privados, desprotegidos, pois inexístiam leis que garantissem direitos e deveres.

É este o quadro que o capítulo seguinte aborda. Nele estão os anos iniciais desse século até o período compreendido pelas greves de 1917, 1918, 1919, que são abordadas no último capítulo.

## **CAPÍTULO II**

### **O Movimento Operário Anterior à Primeira Guerra Mundial**

A história do movimento operário em Rio Grande iniciou-se no século passado com a instalação das primeiras indústrias.

Por estar, o movimento operário, inter-relacionado com a questão econômica, é preciso ter presente o que essa área representava para a sua formação e organização. A indústria, como atividade econômica emergente, passou a exercer influência decisiva sobre a estrutura urbana, modificando o traçado das cidades, incorporando novos bairros, promovendo modificações infra estruturais, como vimos no capítulo anterior.

A influência da industrialização não se limitou à área urbanística, mas penetrou no cotidiano dos cidadãos e também afetou a questão operária.

O processo de industrialização de Rio Grande esteve relacionado a pequenas e grandes fábricas que trabalhavam produtos da região, em sua grande maioria, e voltavam-se a atender o mercado nacional. Foi favorecido pela existência do porto que facilitava a comercialização dos seus produtos com as demais regiões do país. A partir dessas indústrias ocorreu a diversificação nos modos de vida, nos costumes dos habitantes.

Se antes a vida girava em torno das atividades agropecuárias, se o comércio era reduzido e o porto ineficiente, com a implantação das oficinas e das fábricas, aos poucos, o cotidiano foi se transformando. Essas transformações podem ser observadas desde as áreas povoadas da cidade, até o uso de novos produtos no comércio, a necessidade de melhorias nas instalações urbanas e o surgimento e fortalecimento gradual de uma nova categoria social urbana, o operariado industrial, que juntamente com os demais diversificaram o cotidiano riograndino em várias ocasiões.

Nesse contexto de mudanças a participação da imprensa foi fundamental. Graças à existência do porto, Rio Grande era privilegiada quanto ao recebimento de notícias. Os jornais ali chegavam sem a necessidade de Porto Alegre servir como entreposto.

### **O meio operário na imprensa**

Rio Grande contou desde cedo com a existência da imprensa operária e não-operária, seus primeiros jornais datam do século passado,

como o jornal operário **28 de Julho** editado por João Evangelista de Lima Frazão, de caráter operário, cuja data é de 1885.<sup>40</sup>

A imprensa favoreceu a formação de novas ideias e promoveu transformações na cidade de Rio Grande. Não se limitava ao que se conhece como grande imprensa, por mim chamada de não-operária. Era diversificada, os nomes dos jornais atestam essa variedade e obedeciam a uma certa conformidade com o que traziam em seus conteúdos: **A Lucta, O Intransigente, O Bohemio, A Razão, O Artista, Echo Operário, Rio Grande**, para citar apenas alguns.

A importância da imprensa fundamenta-se no fato de esclarecer, informar, formar opiniões. Ainda mais se considerar o fato de que era o único meio de comunicação da época acessível à uma parcela significativa da população. Existiam livros, revistas, mas, devido ao preço, esses eram menos lidos. Havia ainda os folhetos avulsos, muito usados em épocas de paredes, de caráter provisório. O instrumento de comunicação mais difundido era então o jornal.

A existência da imprensa se relaciona ao grau de desenvolvimento urbano. À medida que a cidade cresce, aumenta a necessidade de comunicação, da mesma forma que a cidade se industrializa, surge a imprensa operária como instrumento de convergência e divergência de ideias, com o objetivo de agrupar operários em torno da realização de seus desejos.

---

<sup>40</sup> Maiores informações sobre os jornais operários podem ser encontradas no livro **Os Anarquistas no Rio Grande do Sul** de João Batista Marçal. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995 p. 197-207, e em JARDIM, op. cit.

Os jornais se dividiam em operários e não-operários, para melhor compreender sua importância e significação faz-se necessário comentá-los brevemente.

A imprensa operária tem o seu surgimento a partir da organização do movimento operário, como refere Jorge Jardim “a publicação de um jornal, mesmo que pequeno, requer pelo menos que alguns tenham adquirido consciência política em relação ao grupo social que defende.”<sup>41</sup>

Publicar jornais foi uma das primeiras iniciativas das associações operárias assim que se organizavam. Era imprescindível a existência de algum meio de comunicação entre os trabalhadores.

A ideia foi defendida desde o I Congresso Operário Brasileiro ocorrido em 1906 no Rio de Janeiro. Neste foi deliberada a criação do jornal **A Voz do Trabalhador**, que entrou em circulação apenas dois anos depois da realização do congresso. No II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, também no Rio de Janeiro, é reiterada a importância e a necessidade do jornal como órgão defensor da classe trabalhadora.<sup>42</sup> As associações operárias de Rio Grande também adotaram a imprensa como forma de comunicação e de arregimentação no meio operário.

A edição dos jornais independia da corrente ideológica seguida pelas classes laboriosas: socialista, libertários, anarcossindicalista e mais tarde os comunistas. Como refere Maria Nazareth Ferreira “a história da imprensa operária é a história do movimento operário.”<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> JARDIM, op. cit., p. 25.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>43</sup> FERREIRA, Maria N. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978, p.8.

Segundo Jorge Jardim, entre os anos de 1892 e 1923 foram listados 91 títulos de jornais operários no Rio Grande do Sul. É provável que tenha havido outros, uma vez que a falta de interesse na conservação da história do movimento operário e o medo de alguns militantes fizeram com que muitos jornais desaparecessem. Em Rio Grande eram publicados, entre outros, **O Echo Operário**, **O Intrépido**, **A Luta**, **O Proletário**.

A duração de muitos desses jornais foi breve devido à falta de recursos para mantê-los, à perseguição e a outros problemas que impediram a circulação por mais tempo. Mesmo assim constituem-se em importantes fontes de informação sobre o operariado e suas formas de atuação.

A imprensa operária de Rio Grande trazia poucas informações a respeito do movimento operário da cidade, essa é uma característica de praticamente toda a imprensa operária nacional. Possuía variedade de assuntos, dentre eles textos de formação teórica editados em capítulos, peças teatrais, também em capítulos, avisos, a pedidos, notícias sobre acontecimentos ocorridos na Europa.

O jornal **Echo Operário**, que começou a circular em Rio Grande no ano de 1896, trazia a seguinte estrutura no dia 1º de maio de 1901: na primeira página estava a indicação do grupo a que pertencia - Órgão do Partido Socialista -, frases conclamando à união dos trabalhadores e um texto alusivo à data. Na segunda há textos sobre o patriotismo e a relação entre burguesia e proletariado. Na seguinte encontra-se um texto de formação doutrinária “A sociedade sem governo”, ainda “Socialismo e ciência positiva por Henrique Ferri”. A quarta e última página traz texto sobre o direito ao repouso, o patriotismo e dá boas vindas ao jornal **A Razão**, consta ainda uma sessão destinada à bibliografia, coluna dos assinantes e nome dos agentes do jornal nas cidades vizinhas.

Não há informações sobre o movimento operário local. Por outro lado fica nítida a preocupação com a formação doutrinária do operariado, esclarecendo-o sobre seus direitos, lembrando o significado do 1º de Maio. O uso do texto referente a Henrique Ferri atesta o intercâmbio com o movimento operário internacional. A preocupação com a formação educacional está demonstrada principalmente na sessão bibliográfica.

Em situações específicas os jornais operários traziam informações sobre o movimento operário da cidade, como ocorreu na edição de número 58 do **Echo Operário**, de 28 de setembro de 1897. Sob o título “Só a pau!”, noticiava que um diretor de fábrica beijou uma operária contra a vontade da mesma e lamenta que esta não tenha atirado um chinelo no “patife”. Na coluna três há referência à greve na Ítalo-Brasileira devido aos baixos salários, que correspondiam apenas à metade do que lhes havia sido prometido quando contratados. Na última página veicula a notícia de que a greve terminara, pois foram oferecidas algumas vantagens. Chama a atenção o fato de publicarem ao final da notícia sobre a greve que é melhor os operários voltarem ao trabalho, pois que não estão preparados para greves.

Caracterizam-se os jornais operários pelo tom propagandístico e doutrinário de suas páginas, onde havia espaço para o chamamento dos operários à união e à necessidade de serem bem informados, como mostra o texto retirado do jornal **A Luta** de 16 de fevereiro de 1901, ano 1, nº 2:

“Publicação quinzenal, órgão do Clube Caixeiral, diretor João C. de Freitas.

Foi com grande entusiasmo que os nossos dignos companheiros receberam esse periódico que está destinado a ser o lábaro da causa sacrossanta de nossa liberdade, coagida pela mal compreendida ganância de muitos senhores patrões, escravizando os caixeiros até que, indefesos, usurpam as horas destinadas à diversão e ao estudo do espírito acabrunhado pelos agrures dos trabalhos da semana.

Mas para os nossos companheiros serem dignos da proteção do clube caixeiral e da defesa da **A Luta** é preciso que tenham em mira, sobre tudo, o cumprimento de seus deveres a obediência, a honestidade e o amor aos estudos e ao trabalho(...)

Observe-se o valor dado aos estudos e ao cumprimento dos deveres, preservando a imagem positiva da classe dos caixeiros.

Temas relacionados ao Dia do Trabalho eram comuns com a proximidade da data. O jornal **O Intrépido** de 1º de Maio de 1910 editou texto explicativo sobre a data, o seu significado e a grandiosidade dos trabalhadores no contexto mundial. Mais uma vez se conclama à união dos trabalhadores para juntos vencerem os desafios:

“O que somos

Somos o progresso, somos a glória, somos tudo quanto é belo e sublime; somos livres e independentes, porque tudo devemos às nossas mãos e à nossa inteligência. Somos a força porque somos o mundo e o número vence.

Ouvimos repetir tudo isto e muito mais, milhares de vezes durante uma existência, por aqueles que de nós precisam.(...)

Mas se tudo isso é verdade, porque não ocupamos o nosso lugar na sociedade? A vanguarda nos pertence! Somos o trabalho, e o trabalho é a fonte inesgotável de riqueza. Somos o progresso porque engrandecemos e glorificamos. (...)

O texto segue prenunciando o conflito que se dará caso não sejam melhoradas as condições de vida e de trabalho dos operários. “Um dia virá talvez, que cansados de sofrer, e, se apesar de trabalharmos, não tivermos com o que comprar um pedaço de pão para nossos velhos pais ou para nossos filhos, então sedentos de sangue e de raiva, porque nos oprimem, correremos em tropel, desenfreados como lobos esfomeados, matando e destruindo tudo para, como os nihilistas, reformar a sociedade pelo extermínio.”

Segue o texto pedindo a união entre os trabalhadores e não o ódio contra os ricos e o governo “se somos o braço que executa, sejamos a cabeça que pensa (...) A união faz a força!”

O texto é conclamativo à união, mas não especifica a situação do operariado rio-grandino. O que traz são informações generalizadas, que se adaptam à realidade, não apenas dos operários de Rio Grande, mas do operariado em geral.

Alguns jornais operários da cidade usavam gravuras na primeira página a fim de melhor elucidar o que defendiam. Eram, normalmente, figuras femininas que representavam a liberdade. Em alguns casos ilustravam os seus desejos com gravuras como o sol, um trabalhador, uma estrela. Essa prática não era comum a todos os jornais operários uma vez que ocupava espaço que poderia ser utilizado por notícias.

Os jornais destinados aos operários tinham também como função a educação. No jornal **O Proletário** de 28 de janeiro de 1906, sob o título “Na União Operária”, Agostina Guizzardi escreveu sobre a homenagem que ali fora prestada a um marinheiro, chamando a atenção para o fato que ela considera como submisso e indigno. O fato foi o uso da bandeira portuguesa, devido a nacionalidade do homenageado, e da bandeira brasileira. Ensina Agostina que a luta proletária é cosmopolita. Se por um lado a autora procurou demonstrar o seu repúdio ao ato, por outro ajudou no esclarecimento da causa operária.

Os jornais operários eram vítimas de perseguições constantes. Isso motivou a pequena durabilidade da maioria dos mesmos. Também publicavam perseguições sofridas aos operários.

No **O Proletário** de 28 de janeiro de 1906 foi veiculada a notícia de que um determinado patrão fez ameaças aos redatores daquele órgão, por terem chamado o indivíduo de pouco escrupuloso.

Outros padrões proibiram os seus empregados de assinarem **A Luta**. A reação desse jornal foi a de comunicar aos operários que poderiam pegar o jornal avulso junto ao clube que os representava.

No dia 19 de maio de 1913 o jornal **Echo do Sul** publicou a declaração dos sócios da Sociedade União dos Trabalhadores da Estiva em favor de Francisco Gonçalves e Antonio de Oliveira Gomes, acusados de terem explorado os estivadores e de serem desordeiros.

Nem sempre a perseguição aos operários era perceptível. Em algumas situações era sutil e transparecia na busca constante, pelos operários, de emprego em outras cidades e mesmo em outros países. Essa busca representava as péssimas condições de vida em que viviam e era acompanhado pela imprensa operária:

“A 22 do corrente partiu para Buenos Aires o nosso querido companheiro e ativo operário Benedito Matheus. Foi em busca de trabalho para o sustento de sua numerosa família, na eterna emigração do trabalhador a quem muitos querem dar uma pátria para amar e defender, esquecendo as contínuas peregrinações de que está sempre sujeito quem vive exclusivamente do trabalho.”

(**O Proletário**, 28/1/1906)

A notícia não menciona questões políticas. Muitas vezes, a perseguição era resultado da carestia, que separava os operários prejudicando a maior integração ao movimento operário. É fato porém que Benedito deveria ser militante do movimento operário para ter sido notícia naquele órgão.

O fato de a maioria da população ser analfabeta, principalmente a pertencente aos grupos menos favorecidos, e dentre eles o operariado,

não constituía entrave para o conhecimento do que se passava no meio operário, pois as notícias eram lidas por alguém do grupo e os demais as ouviam, nem o fato de haver estrangeiros, pois eram editados jornais nas línguas de origem do operariado.

Obedecendo a certa padronização: poucas páginas, veiculação de notícias internacionais, de textos doutrinários, circulação periódica, publicidade praticamente nula, perseguição, empastelamento, os jornais operários possuem grande valor como documento vivo e como resultado da ação coletiva dos trabalhadores. Eram os porta-vozes das necessidades, das lutas, dos desejos que cercavam o cotidiano dos operários. Informavam e ajudavam a formar o movimento operário e hoje nos permitem visualizar como viviam e agiam.

A imprensa não-operária também constitui imprescindível fonte de informações e de análise da realidade operária na República Velha, sendo um indicador do que pensavam os grupos que não eram operários a respeito das ações desses.

Através dessa imprensa foi-nos possível colher dados a respeito do movimento operário em quantidade maior do que através da imprensa operária. Isso se deve ao fato de estar voltada ao público em geral e por não ter passado pelas dificuldades próprias da imprensa operária acima expostas.

É através dela que se percebe o significado do trabalho na sociedade, como elemento dignificador e até mesmo purificador do homem, transmitindo a ideia de que o homem que não trabalha não é digno e pode ser facilmente associado à ideia de desordeiro e perigoso.

O jornal **Rio Grande**, por exemplo, veiculou homenagem ao Dia do Trabalho, ressaltando o seu significado:

“Comemorar o trabalho significa comemorar a paz, a ordem em abundância. É ele que mantém a harmonia na sociedade, é por ele que as nações se engrandecem.

A natureza oferece ao homem os seus dons preciosos, o trabalho transforma adaptando-os aos seus múltiplos usos da vida, às diversas necessidades e comodidades da civilização.

Sem se submeter à lei do trabalho o homem não passaria do estado selvagem, vivendo ao acaso e sem rumo certo, aguilhoado pelas mais duras necessidades, sem abrigo para o corpo, sem alimento que não a colheita dos frutos, sem raízes, na maior das dependências sob o rigor da maior das tiranias e da necessidade (...).”

(Rio Grande, 30/4/1917)

O trabalho é tratado como o instrumento capaz de tornar o homem mais feliz, numa visão de que através do trabalho não passaria necessidades e estaria ajudando a manter a ordem e promover o desenvolvimento. No entanto, os operários, embora soubessem do valor de seus ofícios sabiam também que o trabalho por eles exercido era mal remunerado e não lhes garantia uma vida sem privações. Havia um distanciamento entre o que o discurso veiculava e o seu cotidiano.

### **Movimento Operário**

O movimento operário deve ser entendido como um conjunto de ações desenvolvidas pelos trabalhadores, em nosso caso, urbanos, que englobam atitudes conjuntas e/ou solitárias. Essas ações podem ser: greves, boicotes, panfletagem, confrontos orais e físicos, enfim, são atitudes contestadoras à realidade por eles vivenciada.

As greves podem ser consideradas a maior expressão do movimento operário, onde se solidarizam em busca de soluções para as suas reivindicações.

As classes dominantes e os grupos operários de Rio Grande possuíam entendimentos diferenciados quanto à significação das greves.

As primeiras as entendiam como alterações da ordem que deveriam ser neutralizadas e combatidas, pois eram atitudes provenientes de mentes indesejáveis e representavam ameaças e perigos para a manutenção da realidade que propagavam ser ordeira e próspera.

Para os operários era a forma de luta mais eficaz que possuíam. Mas havia entre o operariado visões diferentes a respeito do significado do que a greve representava, dependendo da tendência que o grupo seguia. Para os socialistas a greve possuía um caráter reformista revolucionário, era um instrumento com que o partido poderia contar na defesa de seus interesses junto ao governo. Já para os anarcossindicalistas, grupo predominante na época, a greve constituía-se na ação direta e na negação da participação político-partidária, possuindo a função de desenvolver a solidariedade e ação coletiva no grupo.

Na cidade de Rio Grande o processo de industrialização, que superou durante anos o da capital, foi acompanhado desde cedo por mobilizações operárias. Assim como as primeiras indústrias remontam ao século passado, também as primeiras associações operárias foram criadas naquele período e suas ações eram acompanhadas pelos órgãos de imprensa local que as publicavam.

Período em que a conciliação entre patrões e operários em greve era feita em nível particular, quando os poderes públicos intervinham, normalmente essa mediação se dava em favor dos interesses patronais. Mas ocorriam também a favor dos trabalhadores como em 1917, quando o governo estadual encampou a Viação Férrea, terminando a greve dos operários com vitórias para a categoria.

Com a existência do Código Penal desde 1890 e a inexistência de leis que assegurassem garantias ao operariado, os poderes público e privado possuíam maior segurança em seus atos e maiores possibilidades

de ação, pois que um acabava por proteger os interesses do outro. Essa aliança, digamos assim, se traduziu em medidas de proteção ao poder de cada um e na manutenção da ordem necessária ao progresso por eles almejado.

Essa ordem era conseguida, não raras vezes, através do uso da força policial, como ocorreu em Rio Grande durante as mobilizações operárias, uma vez que o Código Penal definiu o uso da força no dispositivo do estabelecimento da ordem e da segurança pública e cujas ações eram publicadas na imprensa como forma de intimidar as mobilizações operárias.

O Código Penal refletia a preocupação das elites com a questão social. As formas encontradas para resolver os problemas a ela relacionadas revelaram a inadequação dos setores dominantes com a nascente industrialização e os problemas sociais dela resultantes.

O uso de meios repressivos e da falta de comunicação entre os setores emergentes da sociedade e os grupos dominantes atestam que ainda se faziam presentes formas relacionais próprias do período da escravidão.

O maior interesse do governo era o de enquadrar a sociedade dentro dos mecanismos e dos dispositivos de controle a partir da lei e da ordem. O Código Penal definiu os crimes que seriam julgados como atentatórios à ordem social e política: “(...)as conspirações contra a República, os crimes de sedição e outros atos nocivos à segurança nacional. Criminalizava os atos de insubordinação, proibia reuniões clandestinas e as aglomerações de pessoas em lugares públicos e recintos fechados, quando classificados como suspeitos ou atentatórios à ordem pública e à

segurança da República. Interditava a formação de *sociedades-secretas*, podendo prender cidadãos que dela participassem.(...)”<sup>44</sup>

Não faltaram artigos referentes ao operariado e suas manifestações, como o artigo 125, que previa pena de prisão de um a três anos aos que por meio de panfletos, boletins ou outros escritos, distribuídos a mais de 15 pessoas, incitassem às práticas de conspiração, sedição ou resistência às autoridades. Sabe-se que uma das formas organizadas pelo movimento operário foi justamente a distribuição de panfletos, boletins, incitando os colegas, muitas vezes, a greves e outras formas de manifestações. Logo estavam diretamente enquadrados nesse artigo.

Outros artigos se referiam especificamente ao controle do operariado, como o 205 e 206.<sup>45</sup>

Evidente está que a vigilância sobre o operariado se fazia de todas as formas e com a prescrição legal, sendo facultado à polícia o acesso aos lugares que julgasse servirem de abrigo aos “perigosos” elementos da sociedade.

É mister observar que enquanto havia leis de controle instituídas pelo Código Penal, inexistiam leis que assegurassem às classes menos favorecidas garantias de sobrevivência, leis que as protegessem contra abusos e explorações. Essa contradição está em conformidade com o contexto positivista, pois que o estado assumiu o papel de mediador nos conflitos sociais.

---

<sup>44</sup> ALVES, Paulo. “A República e a construção da ordem”. In: **Rev. História-UNESP**. São Paulo (nº especial), 1989 p. 1-24.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 8.

É como parte integrante desse cenário que os cidadãos rio-grandinos se depararam com movimentos operários, contra os quais a República precaveu-se desde cedo, buscando neutralizar a ação e influência de elementos atentatórios à ordem social.

Alguns desses indivíduos indesejáveis eram imigrantes, portadores de ideias nefastas que poderiam seduzir o “bom” operário. Fazia-se necessário neutralizar esses indivíduos e criou-se, em 1907, a Lei de Expulsão dos Estrangeiros.

A imprensa de Rio Grande publicava, não apenas as ações promovidas pelo movimento operário, mas também as prisões de elementos que o compunham. No entanto, nem sempre acompanhava o desenrolar dos fatos, o que dificulta o conhecimento dos acontecimentos por inteiro, esse conhecimento fica prejudicado também porque nem sempre se efetuavam processos judiciais contra os presos, pois se dava simplesmente o ato da prisão e a soltura em breve. São poucas, portanto, as informações a respeito dos operários presos e as causas de sua detenção, algumas vezes é possível tomar conhecimento através dos pedidos de habeas-courpus.

Nesse contexto os operários criam as primeiras associações operárias com o intuito de fazerem frente às pressões e atingir soluções que melhorassem as suas condições de vida e de trabalho.

Em 1893 foi criada a União Operária de Rio Grande, que foi instalada oficialmente em 1º de maio de 1894, oportunidade em que a data dedicada ao trabalho foi comemorada pela primeira vez na cidade.

A entidade fundamentou suas ideias no socialismo, defendia a ideia de um partido político dos trabalhadores e a eleição de representantes operários para as câmaras parlamentares.

Dentre as pessoas que mais se destacaram na entidade está Antonio Guedes Coutinho, editor do jornal **Echo do Sul**.

A União Operária de Rio Grande fundou no ano de 1895 um sistema de aulas para atender aos operários e seus filhos. Também organizou um montepio de auxílio, uma cooperativa e um atelier onde as esposas e filhas dos operários tinham a oportunidade de aprender a costurar, para em casa trabalhar e contribuir dessa forma com o orçamento familiar.

A criação do atelier pode ser relacionado à existência de indústrias têxteis na cidade. A fundação da Rheingantz data de 1874 e da União Fabril de 1894. Haveria dessa forma maior facilidade na obtenção de mão-de-obra e na colocação da mão-de-obra feminina, pois que já estaria familiarizada com o serviço.

Por outro lado, a existência do atelier nos remete à reflexão de que o doméstico era o ambiente feminino, o público estava reservado ao homem e cada um exercia domínio sobre o seu ambiente.

Essas duas observações, embora pareçam contraditórias, atestam a realidade do período, que por um lado buscava preservar a moral feminina ao ambiente doméstico e ao mesmo tempo prover de braços a indústria, ainda mais se fossem operosos a um custo menor do que o masculino. É importante lembrar que a moral feminina reservada ao doméstico enquadrava-se melhor à realidade das mulheres que pertenciam a classes sociais mais favorecidas.

Com o passar dos anos e com a maior organização do operariado novas associações surgiram, sendo algumas agregadas à União Operária. No ano de 1917, por exemplo, o presidente da diretoria, Adalberto Xavier,

apresentou no relatório as seguintes classes federadas: carpinteiros, pedreiros, alfaiates, gráficos e operários da Viação Férrea.

No mesmo relatório o presidente lamenta a desorganização e abandono das classes, com exceção da dos gráficos. A organização das categorias ocorria, geralmente, apenas nos períodos de maior mobilização do operariado.

Ainda está por se escrever a história da União Operária de Rio Grande. Existem alguns escritos esparsos e documentação significativa arquivada no Centro de Documentação Histórica Professor Hugo P. Neves da Fundação Universidade de Rio Grande, onde se encontra o acervo da entidade. Não é objeto de análise desse trabalho a história da mesma, mas como é uma entidade representativa do operariado é importante descrevê-la brevemente.

As fontes bibliográficas constantes no acervo englobam livros de assuntos variados. Muitos são de origem estrangeira: franceses, italianos, espanhóis, outros são nacionais. Mais uma vez se evidencia o intercâmbio no meio operário. Os livros não se referem apenas ao socialismo. Há livros escritos por militantes de outras tendências operárias, como a anarquista, um exemplo é o livro de Maria Lacerda de Moura **Lições de Pedagogia**. Há livros de formação ideológica, de conhecimentos gerais, manuais, guias, almanaques, dicionários, livros religiosos, revistas.

Dentre as fontes, os relatórios destacam-se pela riqueza de informações a respeito da organização da entidade. Constam anotações sobre frequências nas reuniões da diretoria, o movimento da biblioteca, frequência dos alunos, relações com outras entidades, donativos, atividades sociais como quermesses, patrimônio social, grupo previdenciário, grupo dramático e listas de auxílio.

A União Operária era uma entidade reconhecida e respeitada na cidade. Notícias a seu respeito, bem como atividades por ela desenvolvidas eram divulgadas também pela imprensa não-operária. Dentre as atividades desenvolvidas pelas associações operárias de Rio Grande, a educação merecia destaque.

As associações operárias dedicavam importância fundamental à educação, pois que se preocupavam com a formação de uma sociedade igualitária, a partir da imprensa foi-nos possível tomar conhecimento do valor dado a essa atividade.

Socialistas e anarquistas divergiam quanto ao encaminhamento dado à organização do movimento operário, mas concordavam que através da educação seria possível libertar o homem da exploração capitalista. Ambos se empenharam desde cedo em estabelecer em suas associações sistemas de aulas diurnas e noturnas, grupos dramáticos, bibliotecas, palestras, jornais.

Para os anarquistas a educação está vinculada à concepção de revolução social e ao processo de consolidação da ordem social libertária que pretendiam instaurar. A revolução social só poderia ocorrer a partir da mudança de mentalidade das pessoas, mudança essa possível, em grande parte, através da educação.

A concepção anarquista de educação se alicerçou nas ideias defendidas por Paul Robin que era na realidade um socialista inconformado com a educação confessional e oficial de seu tempo e, posteriormente, nas ideias de Francisco Ferrer, cuja ideia de educação ficou conhecida por educação racionalista e inspirou as escolas modernas no Brasil. Seu princípio estava na igualdade e solidariedade para não criar novas desigualdades.

Em síntese, os dois defendiam a educação laica, ensino racional, a co-educação social e sexual. A escola racionalista se opunha aos exames, concursos e classificações comuns nas escolas tradicionais.<sup>46</sup>

Embora não tenha encontrado referências específicas de como os socialistas tratavam a questão educacional, acredito não ser diversa da dos anarquistas. Para essa afirmação concorre o exemplo dado pela União Operária de Rio Grande, que possuía sistema de aulas diurnas e noturnas para atender aos operários e seus familiares.

Como atividade cultural e educacional o teatro assumia papel de destaque nas associações operárias de Rio Grande. O teatro era uma das formas mais eficazes de comunicação e de fácil entendimento. Era representado e frequentado pelos mais diversos grupos da sociedade.

Os dramaturgos objetivavam educar e ao mesmo tempo divertir. Propagavam ideias, ajudavam a formar operários mais cientes da situação em que viviam, arregimentavam colaboradores. Nas peças operárias era frequente a representação do revolucionário em busca de justiça social, causando admiração e servindo de exemplo para o público. A classe dominante era personificada por elementos de aspecto doentio, mesquinho, enquanto as ideias socialistas e libertárias o eram por personagens fortes, solidárias, justas, conscientes como no drama **O Trabalho** de Joaquim Alves Torres.<sup>47</sup>

Outras atividades desenvolvidas pelas associações eram a realização de palestras, as quais tinham como oradores elementos da cidade e de outras localidades, num atestado do intercâmbio cultural e

---

<sup>46</sup> LUIZZETTO, Flávio. **Utopias Anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>47</sup> Breve biografia sobre Joaquim Alves Torres está em MARÇAL, **Os Anarquistas...**, p. 29-30.

organizacional do movimento operário. Era frequente a ida de militantes operários de Pelotas à Rio Grande para palestrar.

As atividades culturais além de contribuírem para a formação dos operários, se constituíam em formas de lazer, sendo ao mesmo tempo atrativos para que os operários comparecessem à entidade.

Em grande parte, as entidades surgidas no final do século passado e início desse possuíam caráter assistencialista. Somente com a ascensão do anarquismo junto ao operariado surgiram associações de resistência, que repudiavam as primeiras por não questionarem a exploração e a divisão do trabalho e porque os operários contribuíam financeiramente para a obtenção de um direito que lhes era devido pelos empregadores. Apesar do surgimento das associações de resistência, as primeiras continuaram a existir.

Como já foi mencionado, a imprensa teve importância fundamental no contexto operário. Através dela eram veiculados artigos a favor ou contra o movimento operário, mesmo que para isso fosse necessário publicar o que ocorria no exterior.

No jornal **Echo do Sul**, de 26 de maio de 1906, foi publicada matéria que procurava alertar sobre o envolvimento com teorias e elementos ligados ao movimento operário

Um anarquista

Um anarquista de fama, autor de várias obras, Laurente Tailard, renunciou publicamente o culto de ideias criminosas e inconfessáveis, ao exercício de bombas ameaçadoras e assassinas.

Confessou publicamente seus erros, batendo no peito e fazendo ato de contrição (...). Arrependo-me, abandono meus amigos, companheiros que na grande maioria são curtos de inteligência.

A notícia associava atos terrorista com anarquistas. O confesso chama seus companheiros de inconscientes. A partir disso se pode perceber a intenção de chamar o operariado para a consciência, ou seja, o não envolvimento com tais ideias.

Por outro lado, a imprensa operária era um dos meios encontrados para a divulgação das ideias, das denúncias do meio operário. Como ocorreu no jornal **O Proletário** de 28 de janeiro de 1906.

Sob o título “A justiça” o autor não identificado tece comparações entre o que os militantes operários julgam ser a justiça: o homem instruído, bondoso, independente e, o que a sociedade impõe como tal: “o homem sujeito ao tribunal piolhoso, são as promulgações de um código, são os decretos nocivos de um intendente(...)”.

O mesmo jornal traz o chamamento para a falta de consciência do operariado:

Infelizmente o nosso jornal não pode ser independente porque reina no povo trabalhador a maior apatia, a inconsciência mais criminosa.

Ele depende unicamente da boa vontade da classe que defende, e mesmo assim, ou talvez por isso mesmo, luta sempre com mil dificuldades.

É uma vergonha dizê-lo porém somos forçados, vendo muitíssimos de nossos companheiros de trabalho passar exclusivamente na taverna, as poucas horas que a tirania capitalista deixa-lhes para o descanso.

Trabalhadores, acordai dessa letargia embrutecedora que tanto vos avilta sede mais conscientes, e lembrai-vos sempre que sois homens como os demais.

O texto alude aos vícios a que os trabalhadores estavam sujeitos e que eram combatidos pelo movimento operário, como o álcool. Nos jornais era relativamente comum a publicação de textos que combatiam os vícios. Os bailes, como forma de ocupar as horas de lazer, não eram bem

aceitos por algumas tendências, enquanto que outras viam na realização dos mesmos um atrativo à entidade.

A greve era, no entanto, o instrumento de luta através do qual obtinham melhores resultados.

Entre os anos de 1905 e 1908 o movimento operário viveu uma de suas fases de ascensão.

Em 1907 a imprensa noticiava a greve dos estivadores de Rio Grande, ocorrida no mês de setembro, com a adesão dos estivadores do porto e de fora da barra. A categoria contava com certa vantagem com relação às demais, pois para ser estivador havia a necessidade de força e porte físico que nem todos possuíam, ficando difícil, muitas vezes, a substituição dos grevistas.<sup>48</sup>

A principal reivindicação dos grevistas era aumento salarial para sete mil réis pelo dia de trabalho e de nove mil à noite. Os estivadores pediam aumento de mil réis para cada turno.

As companhias de navegação, inicialmente, não concordaram com as exigências, ocasionando a paralisação dos serviços no litoral. Após quatro dias da paralisação, iniciada a 1º de setembro, algumas atenderam às solicitações dos operários. Mantiveram-se fora da negociação o Loyd Brasileiro e outra companhia, que passaram a contratar pessoal do interior para fazer os serviços dos grevistas, prejudicando a greve.

O intendente municipal percorreu os locais tomados pelos grevistas e determinou que uma patrulha da guarda municipal os vigiasse.

---

<sup>48</sup> GITHAY, Maria. **Ventos do Mar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

No quinto dia da greve a imprensa noticiou que o clima de passividade estava se alterando com a agressão de grevistas contra um operário que se encontrava trabalhando. Como resultado foram presos três dos agressores. A partir do ocorrido uma força de vinte praças passou a ocupar o cais do porto a fim de garantir o embarque de mercadorias das fábricas Ítalo-Brasileira e Leal Santos.

O sexto dia de greve representou mudanças na condução dos serviços dos navios, em alguns deles, o serviço estava sendo feito pelo pessoal de bordo, dando mostras do enfraquecimento gradual da greve, uma vez que a ausência dos grevistas estava sendo preenchida.

A preocupação com desordens fez vir de Pelotas mais reforço policial. Dessa mesma cidade nove estivadores se dirigiram a Rio Grande para fazer causa comum com os grevistas, retornando no dia seguinte.

Para o dia nove estava programado um comício que não se realizou, mesmo tendo autorização do poder público municipal.

No décimo dia da greve, parte dos operários haviam retomado seus serviços percebendo os antigos salários.

As notícias dos dez dias da greve contêm elementos demonstrativos de como ela era percebida pela população. Um dos sintomas presentes era a grande preocupação com a ordem que resultou no reforço policial e prisão de grevistas. Outro foi a garantia de embarque dos produtos das fábricas locais. Da conjunção desses dois elementos tem-se o uso da força na preservação dos interesses privados.

A tendência seguida pelos grevistas não é perceptível. Sabe-se, no entanto, que os estivadores de Santos e Rio de Janeiro identificavam-se com as ideias anarquistas. Em Rio Grande, é provável que a categoria tenha

seguido algumas orientações anarquistas, pois havia intercâmbio com os estivadores daquelas cidades.

No entanto, a ação dos grevistas de Rio Grande era reflexo de suas necessidades e de experiências anteriores, sem que houvesse uma preocupação em seguir fielmente uma tendência.

A inexistência de um jornal da categoria dos estivadores favorece o desconhecimento de parte de suas lutas.

O Sindicato dos Estivadores de Rio Grande foi fundado em 1931, não foi preservado documento algum anterior a essa data. Isso se deve ao fato de muitas diretorias queimarem os documentos referentes a sua gestão, como medida de precaução, evitando atos repressivos e, também, ao desinteresse na preservação da memória do grupo.<sup>49</sup> Isso prejudicou o conhecimento das greves que tiveram a categoria como integrantes ativos e mesmo como promotores.

O jornal **A Voz do Trabalhador** da Confederação Operária Brasileira, do dia 1º de maio de 1913, publicou o esforço que a “bem orientada” Sociedade União dos Trabalhadores da Estiva de Rio Grande estava fazendo junto a outras associações para a fundação de uma federação local. Essa notícia indica que a entidade riograndina seguia os preceitos anarquistas, uma vez que a Confederação Operária Brasileira o fazia, seguindo a resolução do I Congresso Operário Brasileiro de 1906, que foi ratificada no II Congresso Operário Brasileiro de 1913.

Foram duas as entidades de Rio Grande que aderiram à resolução: União Gráfica e União dos Estivadores.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Essas informações foram obtidas junto ao secretário do Sindicato dos Estivadores de Rio Grande, em outubro de 1994.

<sup>50</sup> RODRIGUES. **Alvorada Operária** p. 120-158.

Os anos compreendidos entre 1908 e 1912 são considerados de refluxo das mobilizações operárias. A partir de 1912 verifica-se uma retomada das atividades como consequência do agravamento do déficit da economia nacional.

Nesse ano os alfaiates se declararam em greve, como noticiou o jornal **Echo do Sul** de 2 de maio

“(…) exigem eles que o dia de trabalho seja compreendido entre sete horas da manhã e às sete horas da noite, com duas horas para refeição, e que lhes paguem as roupas nos seguintes preços(…)

Os grevistas reivindicam a jornada diária de dez horas e aumento salarial. Na imprensa operária e nos jornais não- operários consultados, com exceção do **Echo do Sul**, não há referência a essa greve. Mas segundo Sílvia Petersen, os grevistas foram vitoriosos.<sup>51</sup> A autora menciona apenas o aumento salarial como fator que desencadeou a greve, quando o jornal acrescenta a diminuição da jornada de trabalho.

O **Echo do Sul** do mesmo dia traz a informação da existência de outra associação operária, o Centro Operário. Devido à escassez de dados não foi possível identificar qual tendência prevalecia na entidade e quais categorias a integravam.

O Centro Operário possuía sistema de aulas noturnas, proporcionava conferências aos seus membros, como a que teve como ministrante Waldomiro Padilha, que discorreu sobre a importância da educação e era membro da União Operária.

De 21 a 27 de fevereiro de 1912 o pessoal de bordo dos vapores João Colombo e da chata Caí, pertencente ao Loyd Brasileiro, paralisaram

---

<sup>51</sup> PETERSEN, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul". In: GONZAGA, Sérgio & DACANAL, José H. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993 p. 292.

seus serviços por questões salariais. Os grevistas foram vitoriosos. Além do aumento salarial obtiveram a absolvição dos serviços de carga e descarga dos vapores, que passou a ser feito pelos estivadores. O acordo para o final da greve se deu entre as companhias de navegação e os grevistas, atestando o que ocorria no período: resoluções a nível privado e de caráter provisório, facultando aos empregadores a continuidade do acordo, pela inexistência de leis que os obrigassem a cumpri-lo.

Quanto ao ano de 1913 há desencontro nas informações obtidas. Segundo o jornal **A Voz do Trabalhador**, teria havido greve dos marítimos de Rio Grande no mês de março. Os jornais por nós consultados referem-se à greve no mês de maio e Sílvia R. F. Petersen dá conta da greve no ano de 1913 sem especificar o mês. Esse fato comprova a necessidade de constantes estudos e revisões do que se tem escrito a respeito do movimento operário.

Através da imprensa e dos processos judiciais é possível conhecer outra realidade que se integrava ao dia-a-dia dos operários, a violência. Era relativamente comum ocorrerem brigas em mercados, bares, ambientes domésticos e fábricas.

Essa violência, que na maioria das vezes não assumia proporções maiores, era motivada por ofensas orais, embriaguez e acima de tudo pelo contexto de insegurança e miséria em que viviam.

Era manifestada também entre os demais grupos sociais, mas quando envolvia operários ganhava espaço nas páginas da imprensa. O jornal **Echo do Sul** vinculou, no dia 16 de maio de 1913, a notícia

“Armas proibidas

O Sr. Dr. Carlos Afonso Chagas, delegado de polícia, começou ontem a pôr em prática severas medidas de repressão ao uso de armas proibidas que aqui se fazia escandalosamente.(...)

Só em poder de um trabalhador foi encontrado um verdadeiro arsenal, pois que trazia, além de outras armas uma pistola e uma caixa contendo cerca de cem balas.

A notícia não alerta apenas para o uso indevido de armas, mas cita que um trabalhador é portador de um arsenal, logo, alguns são perigosos elementos.

Ocorriam casos em que uma simples ofensa evoluía para uma briga e dessa resultasse a morte de um dos envolvidos, como ficou relatado na sentença criminal que segue

Execução de sentença criminal/1902

Denúncia

Promotoria da Comarca de Rio Grande

Denúncia a Aurélio Farias Esteves, com 42 anos de idade, casado, espanhol, operário, pelo fato criminoso que passa a expor.

No dia 25 do corrente mês, à rua Rheingantz nesta cidade, dentro da arca da fábrica de tecidos União Fabril, achando-se o denunciante a conversar com seu companheiro de trabalho, o finado Ladislau Buzinschy, aconteceu que depois de uma ligeira alteração entre ambos, mais em tom de gracejo que de ofensa, o mesmo denunciante arrancou de uma faca que consigo trazia, feriu com ela a Ladislau, produzindo neste gravíssimo ferimento na parede externa e esquerda do abdômem, do qual resultou a morte do paciente dois dias depois do crime. (...)

Várias pessoas assistiram o crime, tendo sido o denunciado preso em flagrante por operários da fábrica e entregue a policiais que lavraram o auto competente.<sup>52</sup>

Ofensas pessoais de caráter moral eram desencadeadoras de atos violentos

---

<sup>52</sup> Processo Crime nº 8, Maço 1A (1899-1939), Rio Grande.

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

Processo Crime nº 242

Rio Grande 1921

João Batista de Oliveira, com 17 anos, agrediu com faca a Adalberto Colonia, depois que soube que este havia se deitado com sua amasia.

Como é solteiro foi solicitado um curador.

O processo citado traz elementos que compõem a vida de alguns cidadãos rio-grandinos, como a iniciação da vida conjugal fora dos parâmetros considerados legais pela sociedade. A ofensa traduzida pela traição produzia a necessidade de vingar a moral ofendida.

A violência penetrava o mundo operário também através da questão étnica. Segundo alguns historiadores, essa questão foi um dos entraves para a formação e organização do movimento operário.

O Processo Crime de 4 de maio de 1904<sup>16</sup> dá mostras da existência do preconceito étnico, quando denúncia contra Octaviano Máximo Tonini, com 21 anos, italiano, casado e operário, pelo fato de ter agredido com uma navalha a Pedro da Silva Martins. Ocorreu que:

“(...) estando em seu serviço de tear, na fábrica Rheingantz, onde trabalha Pedro da Silva Martins, aconteceu que houve um desarranjo no mesmo tear e como chamasse em seu auxílio Sílvio Monari, por este lhe ter dito que fosse chamar um negro, e respondendo Pedro da Silva Martins que por negro ninguém devia ser tratado e sim por seu próprio nome, Sílvio Monari com ameaças cuspiu-lhe no rosto, e eis senão quando o denunciado, empregado também da fábrica Rheingantz e cunhado de Sílvio Monari, agrediu Pedro da Silva Martins (...)”

O fato envolveu dois operários de origem italiana e um brasileiro, negro, sendo que esse saiu ferido. Havia, portanto, discriminação étnica entre membros da mesma categoria social e isso associado ao clima de insegurança e de competição entre os operários favorecia desentendimentos.

A inexistência de leis sociais que garantissem direitos aos operários e a sua condição financeira precária, faziam com que buscassem auxílio da justiça pública quando precisavam requerer direitos, como o auxílio a acidentes de trabalho, que era negado pela maioria dos patrões.

Dona Francisca Duro Chaves, através do Processo Crime de 30 de setembro de 1924 impetrou ação indenizatória a favor de seu filho de 18 anos, vítima de acidente quando trabalhava para a companhia Francesa, em 19 de dezembro de 1914. Como a suplicante não possuía recursos para esse fim, pede o benefício da assistência judiciária.

Esse processo apresenta particularidades, como o fato de a suplicante ser a mãe do acidentado e não a vítima, e o pedido para a obtenção do benefício da assistência judiciária ocorrer dez anos após ter ocorrido o acidente.

Em 31 de agosto o operário Manoel Saravides, da Companhia Swift do Brasil, suplicou à assistência judiciária a fim de promover as necessárias diligências em prol de seus direitos, por não ter sido indenizado após ter sido atacado por infecção causado por ferimentos na seção de charque da empresa.

Os processos arrolados, referentes a acidentes de trabalho são reveladores das condições em que os operários trabalhavam.

Os pedidos de indenização revelam a impunidade de patrões que obtinham vantagens com a inexistência de leis trabalhistas, pois além de não serem obrigados a indenizar operários acidentados e/ou familiares de operários mortos em serviço, precisavam apenas substituí-los.

Os pedidos de benefício da assistência judiciária atestam as dificuldades que o operariado enfrentava, necessitando de assistência

pública para mover ações a favor de direitos que não lhes eram garantidos em lei.

O operariado era visto como incapaz de agir por conta própria como os estivadores e os pedreiros acusados de terem se deixado influenciar por ideias indesejadas. Essa forma de agredir os operários era muito usada por setores da sociedade temerosos de terem seu poder diminuído com a organização dos trabalhadores. Buscando dessa forma silenciar o operariado, neutralizando suas ações.

Ainda no ano de 1913, a Sociedade União dos Trabalhadores da Estiva foi invadida, tendo sido realizado corpo de delito na entidade. Segundo publicou o jornal **Echo do Sul** de 24 de junho, a versão dada pela polícia é que tudo não passava de simulação, pois, no seu entender, os tiros haviam sido disparados de dentro para fora da sede e que o estandarte estava esgarçado pelo tempo e não perfurado por tiros. Por outro lado, os operários acusavam a polícia de ter invadido a sede da entidade, em consequência disso foram reclamar maior atenção e pedir auxílio ao chefe de polícia e ao presidente do estado, que lhes chamou a atenção para que não atentassem contra o dispositivo legal que garante a liberdade de trabalho.

Os estivadores ao buscarem a proteção do poder público estadual encontraram como resposta atitude própria dos integrantes do positivismo. O presidente do estado os recebeu, aconselhou e prometeu que agiria no sentido de encontrar a verdadeira versão dos fatos.

Para a população rio-grandina a polícia deu a versão de que os estivadores eram simuladores, isso acrescido à imagem de desordeiros e que na entidade havia elementos indesejosos, criava uma imagem negativa para a categoria.

As greves não se davam apenas por questões salariais ou pela diminuição da jornada de trabalho.

Em 1913 os operários da Viação Férrea se opuseram à resolução da diretoria da empresa de reduzir a semana para cinco dias de trabalho, o que ocasionaria a diminuição dos salários. Não foi possível acompanhar o desenrolar do movimento e nem seu final, pois que a imprensa não acompanhou os fatos.

O contexto compreendido pelos anos de 1912 e 1913, que antecederam ao primeiro conflito mundial foram marcados pelo crescimento das dificuldades de sobrevivência do operariado, que tornava-se mais contestador.

Nesse período a Federação Operária do Rio Grande do Sul, a quem associações operárias rio-grandinas estavam federadas, seguia os preceitos anarquistas. Mesmo que algumas sociedades operárias de Rio Grande seguissem a tendência socialista, não podemos esquecer que havia um amálgamo de ideias agindo no movimento operário.

As greves se multiplicaram nesse período, atingindo categorias várias e acabaram por servir de exemplo aos movimentos de operários que abalaram a sociedade rio-grandina e nacional nos anos do conflito mundial e imediatamente posteriores a ele.

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

## CAPÍTULO III

### **O Movimento Operário na Imprensa Durante a Primeira Guerra Mundial**

À época do primeiro conflito mundial havia em Rio Grande várias entidades operárias, dentre as quais se destacava a Sociedade União Operária de Rio Grande, sobre a qual já fizemos breve relato. Como entidades representativas existiam: Centro Operário, Sociedade dos Trabalhadores de Prancha, Sociedade dos Oficiais Pintores, Sociedade União Gráfica, Sociedade dos Carpinteiros, Sociedade União Protetora dos Trabalhadores da Alfândega, Sociedade Recreio Operário, Sociedade dos Trabalhadores da Estiva, União Geral dos Trabalhadores.

Nesse período, em meio a um cotidiano marcado por mobilizações operárias de um lado e de outro por ações repressivas, surge

em Rio Grande a Sociedade União Protetora do Trabalho, em junho de 1913. Tinha por finalidade dar fim ao clima de hostilidade existente entre os trabalhadores da estiva e os patrões. O jornal **Echo do Sul** assim se referiu ao ato de sua fundação

“Livres de quem os explore, a bem dos interesses diametralmente opostos ao bem da classe, os estivadores terão alcançado seus fins.

Mesmo porque a sociedade nascente lhes abrirá uma ampla estrada de paz e concórdia, solidariedade e amor fraternal, elementos primordiais para a conquista desafogada do pão, pelo trabalho honesto.”

(**Echo do Sul**, 25/06/1913)

Como forma de manter o operariado sob vigilância, as companhias de navegação assumiram uma postura paternalista, ao fazerem parte da fundação da sociedade, propondo ação conjunta aos operários na busca de melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, exerciam controle sobre a influência de ideias, por elas consideradas nefastas. Quanto ao interesse de neutralizar tais ideias, fica claro o temor que causavam, bem como a ideia de que o operariado era incapaz de agir sozinho, necessitando de alguém que o regesse.

A fundação de uma sociedade com tais características demonstra mais uma vez o temor, dos poderes constituídos, em depararem-se com um movimento operário forte.

Os anos do primeiro conflito corresponderam aos de maior mobilização do operariado. Ao mesmo tempo que fortaleceu as ideias de luta e as ações do proletariado, marcou o fortalecimento dos poderes públicos e da sua reação frente aos movimentos sociais. Nesse período os governantes se mostraram intransigentes com as mobilizações operárias a nível nacional, estadual e municipal. No que diz respeito a Rio Grande

verificou-se o acirramento da força policial sobre as mobilizações operárias.

A carestia muito contribuiu para que a mobilização operária fosse maior nesse período e fez com que os operários se organizassem e procurassem solucionar os problemas, ao menos os mais imediatos.<sup>53</sup> Os problemas diziam respeito à questão salarial, jornadas de trabalho, falta de estrutura urbana.

Como foi mencionado inicialmente, foi durante os anos de conflito que a população urbana de Rio Grande passou a reivindicar melhorias infra estruturais que evitassem os efeitos de doenças e epidemias, essas manifestações foram comuns também a Rio Grande.

Houve nos anos finais do conflito o agravamento das condições sociais como reflexo do aumento do custo de vida e da manutenção dos baixos salários.

Foi a partir de 1916 que as manifestações operárias na cidade se tornaram mais intensas.

O agravamento da situação não se deveu exclusivamente aos resultados da guerra, mas esse fator foi importante. Os trabalhadores vindos dos países nela envolvidos passaram a tomar como pátria o Brasil e não mais o país de origem, esse fator acabou por contribuir para o envolvimento com o movimento operário.

O envolvimento maior com o movimento operário se deve também à propagação das ideias socialistas, anarquistas,

---

<sup>53</sup> Como lembra Sheldon Maram, o trabalhador estrangeiro assume nova postura abandonando o sonho de retornar à terra natal numa posição econômica e social melhor e, muitos passam a adotar o Brasil como pátria. MARAM, op. cit.

anarcossindicalistas que proporcionaram aos operários uma visão nova sobre as suas necessidades e formas de luta. Esse contato foi favorecido pelos acontecimentos de 1917 na Rússia, que significavam, de certa forma, a vitória do proletariado, estimulando-o. Contribuíram também as notícias de outros estados brasileiros e de outros países, dando conta da organização crescente do operariado.

Com a contribuição desses e de outros elementos, o operariado de Rio Grande mobilizou-se.

O ano de 1914 não apresentou manifestações operárias de grande vulto. Segundo Sílvia R. F. Petersen, as greves daquele ano se circunscreveram a Porto Alegre e Alegrete. Teria havido uma greve de tipógrafos que a autora não localizou em que cidade ocorreu.<sup>54</sup>

O jornal **A Voz do Trabalhador** dá conta de uma greve ocorrida em Rio Grande deflagrada pelos carpinteiros

“Recebemos um telegrama desta cidade, comunicando-nos a greve dos carpinteiros, denunciando que a ida de companheiros prejudica a greve em atividade e pedindo-nos que evitemos o embarque de companheiros para aquela cidade.

Não podemos dar mais informações sobre o assunto, pois o telegrama era bastante lacônico.

Entretanto, é bom que o operariado se acautele quando lhe façam boas propostas para irem trabalhar no interior.

Essas boas propostas levam sempre um fim oculto e pouco digno.”

(**A Voz do Trabalhador**, 1/1/1914)

A partir da notícia se percebe a migração dos operários em busca de trabalho e o intercâmbio de notícias. Nesse caso há o pedido para que

---

<sup>54</sup> PETERSEN, "Os conflitos coletivos..." p. 305

os operários não se dirijam a Rio Grande para trabalhar, pois que isso atrapalharia a greve.

Por um lado, a mobilidade dos operários da construção, carpinteiros, pedreiros, etc., favorecia o intercâmbio de experiências no meio operário, pois que essa categoria se manifestou constantemente em busca de seus direitos, mas por outro prejudicava a ação contínua desses elementos dentro dos movimentos operários.

A greve foi motivada pela tentativa dos patrões de romperem o acordo, feito anos antes, que estabelecia as oito horas de trabalho diárias. Os operários entenderam que “mais vale o bem-estar e a liberdade do que o ouro infame e que, a queda das oito horas viria redundar no servilismo e no aviltamento da classe trabalhadora”.<sup>55</sup> Os grevistas conseguiram manter o acordo anterior

Quanto ao ano de 1915 não encontramos registro de greve, nem nos jornais operários, nem nos não-operários. Também não localizamos nos processos crimes, por nós consultados.

O jornal **Rio Grande**, de 13 de janeiro de 1917, publicou uma relação de greves que teriam ocorrido nos anos de 1915 e 1916 no Rio Grande do Sul.

Em 1915 teriam sido oito as greves envolvendo 1.108 operários. No ano de 1916 foram treze e contaram com a participação de 1.560 operários que pertenciam às seguintes categorias: mineiros, canteiros, tecelões, marceneiros, mensageiros, calceteiros, serventes, linotipistas, meeiros.

---

<sup>55</sup> *A Voz do Trabalhador*, 1/1/1914.

Segundo a notícia, das treze declarações de greve, os operários venceram totalmente seis, parcialmente quatro e três fracassaram. Os motivos que as ocasionaram foram: duas em solidariedade a operários demitidos, sete por aumento salarial, duas por maus tratos, uma pela manutenção dos salários e uma pedindo descanso semanal.

Uma das greves ocorreu em Rio Grande, o jornal não especifica qual, dez foram em Porto Alegre, uma em São Jerônimo e uma delas o jornal não localiza e nem informa de onde retirou tal informação.

O pequeno número de greves nos dois anos não significa que as condições de vida e de trabalho do operariado tenham melhorado. Mas pode-se relacionar o fato ao crescimento econômico gerado pela guerra, onde o Brasil teve suas exportações aumentadas e passou a comercializar mais com os Estados Unidos do que com a Inglaterra e Alemanha.

Como foi exposto, as greves eram provocadas principalmente por questões salariais e jornada de trabalho. No ano de 1916, ocorreu uma greve por solidariedade a um mensageiro menor de idade.

Em um meio onde as dificuldades eram muitas, a solidariedade era comum

“Mensageiros em parede

Sendo chamado a atenção pelo Sr. Antonio Guimarães, gerente do estabelecimento, o menino Manoel Daltros, de 16 anos, empregado na mensageira comercial na rua Marechal Floriano nº 145, não deu ouvidos à censura e foi por isso, pelo Sr. Guimarães esbofetado e atirado à rua.

O pequeno zangou-se com a valentia e revolucionou os companheiros que se declararam em greve.

O gerente da mensageira levou então queixa à polícia que para ali destacou uma praça afim de evitar qualquer possível desordem.

(Echo do Sul, 20/6/1916)

A agressão sofrida pelo menor motivou a greve, tal fato aliado a outros como os baixos salários e a jornada de trabalho superior a oito horas diárias geraram o descontentamento do operariado.

A notícia evidencia o poder do gerente sobre o mensageiro que contou com a garantia da polícia, bem como o uso do trabalho de menores.

Outro dado interessante é a ideia de que o menor revolucionou, ou seja, greve era considerado ato revolucionário, daí a necessidade de proteger a sociedade contra tais atitudes.

A imprensa não acompanhou o desenrolar da greve, portanto não se sabe qual foi o resultado da mesma.

O ano de 1917 foi marcado por mobilizações operárias que se processaram em várias cidades do Rio Grande do Sul e do país, como a greve dos operários da Viação Férrea que se estendeu ao Paraná. Tinha como reivindicação o aumento salarial, a diminuição das horas de trabalho e a semana inglesa.

Além de paralisarem o serviço, os operários promoveram piquetes que impediram a saída e a chegada de trens. Promoveram sabotagens, como a que ocorreu na estação de Rio Grande, onde um grevista provocou o descarrilamento de um dos carros do trem que saiu sob os protestos dos grevistas.

Tais atitudes provocavam a reação imediata da força pública que tomava os locais onde os grevistas se encontravam. As ações dos operários eram sempre vigiadas e provocavam temor entre os poderes público e privado. Isso fica patente pela quantidade expressiva de publicações a respeito da passividade dos grevistas, como se a coletividade estivesse sempre a espera de atitudes violentas por parte dos operários.

O fim da greve da Viação Férrea se deu de forma gradual. No dia 8 de agosto os grevistas de Rio Grande receberam um telegrama com o nome dos “traidores do movimento”, ou seja, colegas que abdicaram da greve, enfraquecendo-a. Ainda nesse dia, os trens circulavam sem a presença de praças da polícia.

No dia 9 de agosto, foram publicados os rendimentos anuais da Viação Férrea buscando questionar a atitude da mesma em não atender às reivindicações dos seus operários. Mesmo assim a greve estava por terminar.<sup>56</sup>

Com o agravamento da crise provocada pela guerra e o acirramento das mobilizações operárias, a imprensa não-operária chamava a atenção das camadas sociais mais favorecidas economicamente para as necessidades dos grupos menos favorecidos.

O jornal **Echo do Sul** de 9 de agosto veiculou em suas páginas um longo texto que abordava o tema sob o prisma de proteção ao operariado e de acusação ao governo. O texto intitulava-se “Olhemos para o proletariado, é dele o trecho que segue

“O gesto do proletariado é segundo o que precisamos, um grito de desespero a quem não podem ser surdas as classes abastadas.

Os erros dos governos impatrióticos e perdulários da república, agravados com as consequências da guerra europeia, estabelecendo desequilíbrio na fortuna pública, arrastando particulares às portas da ruína.

Como resultante dessa anormalidade a vida tornou-se entre nós desesperadamente difícil, não havendo entre os governantes, quem tenha força para enfrentar os problemas da crise.

(...) Levados à culminância do poder pela imprevidência do povo, longe de se interessarem pela sorte do proletariado, trataram de

---

<sup>56</sup> Essas informações estão no jornal **Echo do Sul** dos dias 8 e 9 de agosto de 1917.

colocar-se ao abrigo das necessidades, assaltando o tesouro nacional e enriquecendo o patrimônio dos parentes.”

O autor do texto, identificado como Fanfarribas, faz relação entre o mau uso do dinheiro público e a carestia, culpando os “homens do regime” e o “egoísmo dos sórdidos exploradores desalmados, favorecidos pelo monopólio comercial e pelo protecionismo adotado nas nossas tarifas alfandegárias, asfixiando as populações em proveito da bolsa dos nababos.”

Na continuidade do texto, o autor reprovava as iniciativas do governo municipal, por pretender instalar na cidade uma rede de esgotos. Entedia que o momento não era apropriado, pois oneraria ainda mais o custo de vida do proletariado, que passaria a pagar aluguéis mais altos, uma vez que seriam providos de rede de esgotos.

A situação de miséria agravada pela carestia foi, não raras vezes, associada à República, isto é, tanto o discurso produzido pelos setores mais abastados, quanto o produzido pelos integrantes do movimento operário acusavam a República pela difícil situação. Em artigo publicado no jornal **Echo do Sul** de 3 de agosto de 1917, encontra-se “a república de 1889 foi apenas promulgada em nome, mas de fato foram entronizados todos os vícios e defeitos das piores e mais depressivas monarquias.”

O mês de agosto daquele ano marcou a história do movimento operário. Os jornais não mais precisavam publicar o que ocorria com o operariado de São Paulo e Rio de Janeiro, a vizinha Pelotas acabou por tomar o espaço daqueles.

Em Pelotas teve início no dia 9 de agosto uma greve, deflagrada pelos verdureiros que desejavam a baixa dos impostos e as mesmas regalias de que desfrutavam os açougueiros estabelecidos em vários pontos da

cidade e os verdureiros ambulantes que vendiam seus gêneros sem ordens determinadas.<sup>57</sup>

A greve passou, gradativamente, a contar com a adesão de outras categorias, como: estivadores, motorneiros, condutores de bondes elétricos, caixeiros, alfaiates, pessoal da cozinha do Hotel Aliança, gráficos, empregados da fábrica de café, de adubos do bairro Areal, empregados da fábrica Lang, operários da fábrica Fiação de Tecidos, e outras. A cada categoria que se declarava em greve ou solidária a essa, os cidadãos de Pelotas percebiam que o confronto entre grevistas e força pública era inevitável.

Não podemos esquecer que o contexto exigia prudência por parte dos grevistas, a inexistência de canais de comunicação entre os envolvidos acabou por desencadear a repressão sobre os trabalhadores.

Naquele momento a maioria das associações operárias do estado estavam federadas à FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul) que obedecia aos preceitos anarquistas, reiterados no Congresso Operário Brasileiro de 1913.

Nos jornais consultados não foram encontradas notícias a respeito de outras greves no ano de 1917, em Rio Grande. As consequências da greve dos operários da Viação Férrea de Rio Grande obedeceram ao acordo efetivado entre os grevistas e o presidente do estado, Borges de Medeiros.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Sobre a greve de Pelotas ver o jornal *A Opinião Pública* do mês de agosto de 1917.

<sup>58</sup> Mais detalhes sobre a greve da Viação Férrea no Rio Grande do Sul podem ser encontrados em PETERSEN, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)", In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio. *RS: Economia & Política* p. 307-319.

A partir do processo nº 63 de 1918, do 2º Cartório Cível e Crime, foi possível localizar a greve ocorrida entre os operários das obras de construção do Frigorífico Swift no novo porto durante o mês de dezembro do ano de 1917.

Trata o referido processo de denúncia contra José de Moraes, Germano Gomes, Aluizio Carneiro Calçada, Manoel Silva, Manoel Fernandes Serra, todos de nacionalidade portuguesa, maiores de idade, por terem no dia 19 de dezembro de 1917, mais ou menos às 18 horas, agredido aos colegas Miguel Seraphin de Araújo e Benvento Antonio da Silva, sob o motivo de estarem em greve. Como os portugueses estavam em greve não aceitaram que os brasileiros não os acompanhassem no movimento.

A greve foi motivada por questões salariais. A direção da empresa não poderia atender às reivindicações sem antes contactar com os diretores da empresa na sede, nos Estados Unidos. Frente a isso, alguns operários declararam-se em greve e outros optaram por esperar a resposta dos dirigentes norte-americanos.

A mobilização operária foi maior nos anos de 1918 e 1919. Onde fatos até então não vivenciados pelos cidadãos rio-grandinos, os surpreenderam e até atemorizaram. Enquanto que no país e no estado as greves foram mais significativas no ano de 1917, em Rio Grande elas o foram nos anos seguintes.

Há indícios do porquê desses fatos. Pode-se apontar como um deles o aumento das exportações brasileiras no setor alimentício, que ocasionou aumento de preço desses produtos no mercado nacional. Como em Rio Grande havia várias fábricas ligadas a esse setor, os operários, que também foram atingidos com essas mudanças, sentiam os efeitos da carestia.

Outros fatores nos foram indicados pela imprensa consultada. Era comum a mobilidade dos operários e dos líderes do movimento operário, além disso o sistema de comunicação entre as entidades operárias era bastante eficaz para o período, com isso operários que participaram de movimentos grevistas em outras localidades nos anos anteriores, estiveram em Rio Grande e acabaram por participar das greves de 1918 e 1919. Essa afirmação é feita com base nas publicações da imprensa de que haviam elementos estranhos agindo entre o operariado:

(...) A Companhia não acha pois justificação alguma às exigências do seu operariado, o qual estava entretanto inclinado a harmonizar-se quando repentinamente desviou a questão para a adoção do dia de oito horas com o salário atual correspondente a dez horas. Supôs, por isso, a Companhia que o pessoal obedeceu a influências estranhas, nessa nova exigência, que julgaram o momento oportuno para agir e exaltar o ânimo do operariado local. (...)"

(ECHO DO SUL, 8/5/1919)

Afirmações como essa foram comuns nos três jornais consultado o que evidencia a presença desses elementos na cidade.

Outro indício que nos leva a entender a mobilização operária maior em 1918 e 1919 é o aumento no número de operários na cidade nos últimos anos. Com a instalação do Frigorífico Swift, por exemplo, numerosos operários ali se instalaram. Portadores de desejos e de ideias de melhoria nas condições de vida, ao confrontarem esses anseios às dificuldades por eles enfrentadas geraram-se as condições para mobilizações operárias que encontravam em motivos até considerados secundários, como o do transporte, razões para deflagração de greves.

Do amálgama desses fatores: agravamento da carestia, aumento da população operária e influência de ideias propagadas por operários estranhos ao movimento operário rio-grandino, conjugados à intensificação das ações das forças policiais, que possuíam conhecimento

prévio das mobilizações operárias, se percebe porque os operários se mobilizaram com maior intensidade naquele período.

Em julho de 1918, na sede da União Operária de Rio Grande, houve a realização de uma reunião com comissões operárias de Pelotas e Porto Alegre, tendo como um dos temas discutidos a carestia da vida e a situação em que vivia a classe operária. Meses depois, esse tema desencadeou uma das mais marcantes greves.

No dia 19 de julho o jornal **Echo do Sul** publicou artigo que solicitava à união dos operários que se mantivessem em ordem para dessa forma conquistarem tudo aquilo que lhes era negado.

### **O dia a dia de uma greve em 1918**

A primeiro de outubro a população rio-grandina despertou com a notícia de que os trabalhadores da Companhia Francesa do porto, que eram encarregados da carga e descarga dos armazéns, haviam se declarado em greve na tarde do dia anterior.

Reivindicavam a diminuição das horas de trabalho, de dez para oito, e o aumento de 25% dos salários, desejavam receber por dia e não mais por hora.

A greve alastrou-se rapidamente, com a adesão de outras categorias, como o pessoal dos bondes elétricos, oficinas e Usina Elétrica.

Rio Grande vivia uma situação anormal com o não funcionamento dos bondes, sem energia elétrica e com os trabalhos no porto parados. A falta de energia elétrica deixou a cidade sem iluminação na noite anterior, desagradando à população e motivando sentimentos contrários aos grevistas. Para o segundo dia da greve os grevistas providenciaram a iluminação da cidade.

O policiamento da cidade era aumentado à medida que novas categorias declaravam-se em greve. O reforço policial contava com praças das cidades vizinhas.

A repressão ao movimento grevista iniciou no dia 3, quando praças da brigada militar invadiram a sede da União Operária, impedindo a realização de uma reunião marcada para as 14 horas. Os operários reagiram enviando um telegrama ao presidente do estado: “Ao Dr. Borges de Medeiros: Dr. Presidente do Estado, Porto Alegre. Início greve, Dr. Nascimento apoia inteiramente conforme órgão oficial, agora sede invadida brigada arbitrariamente, ânimos exaltados, pedimos providências, continuar greve pacífica. União Geral dos Trabalhadores.”

O telegrama expõe o descontentamento dos grevistas com a atitude tomada pelo intendente municipal, ao mesmo tempo que alerta ao presidente do estado quanto aos ânimos exaltados.

Era relativamente comum os operários se dirigirem ao presidente do estado quando se sentiam prejudicados e/ou necessitavam de auxílio. Isso se enquadra no contexto positivista da época, onde o governo estadual acabava por mediar situações conflituosas e deve-se também ao fato de Borges de Medeiros ter se posicionado a favor dos grevistas no ano anterior, quando da realização da greve da Viação Férrea.

O apoio esperado pelos grevistas não foi conseguido, pois tanto o governo estadual, bem como as forças públicas já conheciam vários dos líderes do movimento operário e assim tornava-se mais fácil neutralizar a atitude dos mesmos. Quanto à atitude do presidente do estado frente à greve, foi a de que o intendente municipal deveria agir de forma a sufocá-la.

No dia 4 apenas parte dos carroceiros e trabalhadores dos esgotos se encontravam trabalhando. Os estabelecimentos públicos e casas comerciais passaram a ser guarnecidos por forças estaduais e federais. As embarcações passaram a descarregar os produtos no porto de Pelotas, pois no de Rio Grande todos os serviços estavam paralisados.

Os grevistas fizeram circular dois boletins entre a população. Expressavam o que aspiravam e como entendiam aquele momento. O primeiro deles é datado de 3 de outubro e o segundo de 4 do mesmo mês.

“Trabalhadores e Camaradas!

Em face da exploração que nós os trabalhadores do porto éramos vítimas em consequência das demasiadas horas de trabalho, que nos faziam trabalhar, desde o dia 1º nos achamos em greve.

Entretanto não somos nós somente que sofremos com as consequências da situação presente, que torna a vida mais difícil do que nunca. Todos vós trabalhadores, sois explorados vilmente. Todos vós sois vítimas e, como vós a miséria e não raro a fome, é preciso pôr termo a esse estado de coisas.

É necessário que todos abandonéis o trabalho, tornando-vos solidários conosco na luta e nos benefícios que dela pode vir.

É necessário pois que a greve se torne geral. Que ninguém mais trabalhe enquanto não forem satisfeitas as nossas aspirações, que são também as vossas.

O que se pede são as oito horas de trabalho e de 10 a 25% de aumento na razão inversa dos ordenados.

Ficam convidados os padeiros, tecelões, carroceiros e sapateiros, todos enfim que têm o nome de operários, para comparecerem na nossa sede hoje, 3.10 à noite, e amanhã, 4.10 às 9 horas da manhã.

Prevenimos ao operariado que a sede é qualquer ponto aonde se reunirem as coletividades, desde que não possa ser na sede da União Geral dos Trabalhadores.

A greve geral camaradas!

Viva a greve geral!

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

Viva as oito horas!

A comissão.”

No panfleto do dia 4 foi publicado o desagravo dos operários com a invasão arbitrária da polícia à sede da União Geral dos Trabalhadores. Os operários pediam a união dos operários em torno das causas que levaram à greve e a libertação dos colegas presos. Pediam ainda que lhes fosse restituído o direito de reunião. Como frases finais o panfleto trazia: “A greve continua firme. Os arreganhos da polícia e da brigada não nos afugentam. Mostremos que não somos covardes, temos dignidade e energia. Viva a greve!”

Como medida para pôr fim à greve a Companhia Francesa resolveu pagar os seus operários, mesmo os que estavam em greve. Ao mesmo tempo em que solicitou, junto aos escritórios da empresa em Paris, aumento gradativo para os salários, uma vez que os produtos consumidos pelos operários haviam aumentado assustadoramente.

No dia 5 a greve se encaminhava para o fim, dependendo para a total volta ao trabalho a soltura dos dois operários presos e a reabertura da sede da União Geral dos Trabalhadores.

Os operários presos eram Florentino Lima de Barros e Arthur Espírito Santo, a favor deles foi impetrado um pedido de habeas-corpus no dia 5 de outubro. Estavam presos desde o dia 2, sob ordem do delegado de polícia.

A partir do pedido de habeas-corpus foi possível tomar conhecimento das razões da prisão. “(...) Os trabalhadores da Companhia Francesa, no dia 1º deste mês, declararam-se em greve pacífica, tendo a União Geral dos Trabalhadores efetuado várias reuniões nesse sentido, com a assistência do representante do Dr. intendente municipal (...).

Acontece, porém, que, anteontem às 11 horas foram chamados à presença da autoridade policial Florentino Lima de Barros e Arthur Espírito Santo. Acudindo ao convite, compareceram à delegacia, recebendo nessa ocasião voz de prisão sem que lhes fosse declarado o motivo da mesma. (...)”

O delegado de polícia respondeu esclarecendo que os dois foram presos “por serem os promotores da greve com caráter agressivo e com o fim de praticarem depredações, o que de fato conseguiram fazer de surpresa no primeiro dia da greve, não tendo continuado nos seus fins sinistros devido a medidas acauteladoras tomadas pelas autoridades competentes.”<sup>59</sup> Segundo o delegado, a conservação dos mesmos na prisão era necessária, pois professavam ideias terroristas.

As ideias consideradas terroristas estão no panfleto entregue pelos grevistas, cuja escrita era em vermelho

“União Geral dos Trabalhadores

Trabalhadores!

Povo!

Como é de domínio público, as classes agremiadas nessa União Geral dos Trabalhadores, declararam-se em greve, e tem se mantido em atitude pacífica.

Pede-se um pouco mais de descanso e mais um pedaço de pão. Reuniram-se os trabalhadores pacificamente em sua sede em sessões públicas, onde até as autoridades assistiram os debates e os discursos dos grevistas.

Entretanto, apesar desta atitude pacífica, a nossa sede foi arbitrariamente invadida, as reuniões proibidas, isso contra todas as leis do país, contra a Constituição dessa decantada República democrática.

---

<sup>59</sup> Processo Cível Crime Rio Grande nº 134, Maço D, anos 1904-1922.

## UMA INCURSÃO AO MOVIMENTO OPERÁRIO

Assim, aqueles que se dizem mantenedores da ordem, investem contra as leis, expulsando de sua sede os trabalhadores que souberam conduzir-se com critério, por não julgarem conveniente a reação.

Contra essa violência inqualificável protestamos energicamente, e reclamamos em nome da razão e da justiça o nosso sagrado direito de reunião e a liberdade de greve que a Constituição nos garante.

Pedimos, pois, ao operariado em geral que em sinal de protesto contra tais violências, amanhã se declare em greve geral, apoiando com esse ato enérgico as nossas aspirações justíssimas.

Irmão da luta e do sofrimento, à greve geral.

Que ninguém trabalhe enquanto não nos seja restituído o direito de reunião e a liberdade dos companheiros que se acham presos.

A greve continua firme. Os arreganhos da polícia e da brigada não nos afetam.

Mostremos que não somos covardes. Tenhamos dignidade e energia.

VIVA A GREVE!

A comissão”

O jornal **Echo do Sul** do dia 7 de outubro de 1918 publicava a soltura dos dois operários e o fim da greve com o retorno dos operários ao serviço.

Como consequência da greve, no dia 19 do mesmo mês, os padeiros fundaram o seu sindicato.

### Os grevistas na imprensa

Enquanto o jornal **Echo do Sul** se posicionou de forma simpática ao movimento grevista e responsabilizou as autoridades municipais pela falta de energia elétrica no primeiro dia da greve, o jornal **Rio Grande**, situacionista, responsabilizou os grevistas

“(…) Mas assim como apreciamos o caráter pacífico dos acontecimentos, para provar que não estamos incondicionalmente ao lado dos grevistas, usamos as palavras da mais enérgica censura para

a prática injustificável da violência que deixou a cidade em completas trevas durante uma noite inteira. Sem que circunstância alguma nos parecesse capaz de amparar o ato vandálico...

Não aplaudimos e jamais aplaudiremos ação alguma, que mesmo amparada por causas merecedoras de simpatias, leve os seus autores a se afastarem dos limites da ordem dentro da qual se deve manter os que reclamam justiça.

Os grevistas transpuseram os limites dentro dos quais podiam justificar as suas reclamações, enveredando pelo caminho da violência e procurando com ameaças dantescas, que a autoridade se sente no dever indeclinável com a máxima energia, chamar para sua causa elementos ordeiros de classes que se conservam inativas (...).”

Enquanto o jornal governista se colocava inteiramente a favor das autoridades e condenava a ação dos grevistas, o **Echo do Sul** se posicionava de forma diversa.

O **Rio Grande** publicava que os grevistas percorriam a cidade amedrontando os colegas que não haviam aderido à greve e que a prisão dos dois operários se deu para prevenir a população de atos violentos, nesse sentido ocorreu também o fechamento da sede da União Geral dos Trabalhadores.

O jornal veiculou a ideia de que os operários eram manipulados e usados por pessoas que queriam tirar proveito, “até nossas fábricas onde o operariado local é ordeiro, trabalhador e credor do respeito devido a uma classe tão digna e merecedora de apoio moral a que faz jus, procurando arrastá-la na onda da anarquia (...), estão ocultos os exploradores dos sentimentos da boa-fé.”<sup>60</sup>

No texto transparece uma ideia presente em praticamente todo o país, de que o operariado por si só não seria capaz de promover greves, que

---

<sup>60</sup> Jornal **Rio Grande**, 4/10/1918.

tal ação era motivada por elementos estranhos ao meio operário, elementos nocivos à ordem social. Por outro lado, a frequência de afirmações de que pessoas estranhas ao meio operário local estavam agindo entre eles, nos leva a crer que isso era verdade e auxilia no entendimento das ações operárias terem sido mais significativas naquele período.

A versão dada para a anarquia é igualada à confusão e não como a busca de uma sociedade libertária, almejada pelos representantes do anarquismo.

O jornal **O Tempo**, apesar de ter criticado a ação dos grevistas por terem concitado os operários a aderirem à greve e por ter ficado a cidade sem iluminação devido à mobilização, não se posicionou a favor das autoridades locais, omitindo opinião sobre as mesmas.

Logo, dos três jornais consultados, o **Echo do Sul** se coloca a favor dos operários, o **Rio Grande** de caráter governista se posiciona contra os mesmos e a favor das autoridades municipais ao mesmo tempo em que descrê da ação voluntária do operariado e o jornal **O Tempo** se coloca como simpático à causa operária acusando a força policial pelos acontecimentos ao mesmo tempo que critica as ações dos operários que prejudicavam a população.

A partir das informações veiculadas nos três jornais é possível perceber o momento tumultuoso que a população rio-grandina vivia.

O ano imediatamente posterior ao término do primeiro conflito mundial foi palco para manifestações operárias que a partir da segunda década do século diminuíram de intensidade.

## O ano de 1919

Era 1919 quando ocorreu a manifestação operária que marcou as duas primeiras décadas desse século.

O motivo que desencadeou a greve foi a troca do meio de transporte utilizado pela Companhia Francesa para levar os operários. Os operários se declararam em greve em dois de maio.

A Companhia Francesa concedia, até então, transporte diário para os trabalhadores do Novo Porto, feito por bondes em três horários e ao custo de três mil réis ao mês, por pessoa. Devido ao grande número de operários, a empresa substituiu os bondes por trens de carga destoldados.

Justamente quando os operários faziam a primeira viagem de trem, caiu grossa chuva e os mesmos chegaram molhados ao local de trabalho, abandonando-o e se dirigindo à sede da União Geral dos Trabalhadores para pedir apoio e encaminhar ofício à diretoria da empresa solicitando a reconsideração da medida.

Como não obtiveram resposta ao ofício, os operários procuraram a direção da Companhia Francesa e essa lhes informou que não havia bondes suficientes para o transporte dos operários.

Resolveram permanecer em greve e incluir na pauta de reivindicações a diminuição das horas de trabalho sem restrições nos vencimentos.

Os jornais pesquisados foram unânimes em tecer elogios à diretoria da empresa. Publicaram que a Companhia Francesa transportava seus operários sem que lhes fosse obrigatória a prestação de tal serviço, que passou a usar os trens por terem maior capacidade e que estava providenciando para que as duas chatas destoldadas fossem cobertas. Os

bondes ofereciam lugar para 700 pessoas e o número de operários transportados era de 2.500, a capacidade ofertada pelos trens era maior.

Quando os grevistas acrescentaram as reivindicações de diminuição das horas de trabalho, o movimento passou a contar com a simpatia apenas de dois dos jornais. O acréscimo dessa reivindicação estimulou o jornal **Rio Grande** a escrever no dia 15 de maio, contra os grevistas

“Fácil é perceber a causa dessa brusca mudança, em primeiro lugar os promotores do movimento não queriam perder o pretexto achado para execução desses planos criminosos, e por isso trataram de embaralhar as coisas desviando a atenção dos trabalhadores da questão dos transportes, de fácil solução.

E em segundo lugar, viram eles, que, aquela questão era de simples interesse dos trabalhadores do porto, ao passo que, a de oito horas poderia interessar aos trabalhadores em geral aumentando-lhes o campo de exploração.”

(**Rio Grande**, 15/5/1919)

Ao se referir à sede da União Geral dos Trabalhadores, o mesmo jornal a chama de “casa suspeita”. O jornal posiciona-se claramente contra a greve, usando termos pejorativos e agressivos ao se referir ao movimento, ao mesmo tempo em que defende a ação das autoridades. Publicava que os exploradores da boa vontade dos ordeiros trabalhadores locais, tiveram o cuidado de “não mostrar suas cabeças”, agindo por trás do operariado como covardes, utilizando-se da “modesta mulher do trabalho, que foi dócil instrumento da miserável exploração, graças à ingenuidade e inteira ignorância dos nossos operários no que respeita as graves questões políticas e sociais que presentemente se debatem no mundo.”<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> **Rio Grande**, 16/5/1919.

Neste trecho, o autor do texto, que não se identifica, deixou transparecer a visão de que a mulher era um instrumento, portanto incapaz de pensar e de agir sozinha. Ainda, que os operários são ingênuos e ignorantes sobre determinados assuntos, num total desprezo à sua capacidade.

Por outro lado, os operários mostravam suas habilidades em outros setores, estabelecendo um programa para a greve, que obedecia ao seguinte:

“1º a greve será dirigida por um comitê central que identificará e intensificará a mesma;

2º o comitê tratará da jornada de oito horas de trabalho sem diminuição dos salários atuais;

3º o horário para todos os trabalhadores em greve será o seguinte: das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30;

4º toda a vez que os patrões necessitarem que os operários trabalhem mais de 8 horas, pagarão 50% de extraordinário;

5º todos os trabalhadores que antecederem das 7:30 e se excederem das 17:30, serão considerados com direitos a vencimentos extraordinários;

6º a União Geral dos Trabalhadores nomeará delegados em todas as sessões que julgar conveniente a fim de fiscalizar as condições acima prescritas;

7º a greve só poderá ser solucionada mediante a negociações entabuladas, pessoalmente ou por escritas, com o comitê central da União Geral dos Trabalhadores.”

(Echo do Sul, Rio Grande, O Tempo maio de 1919)

Diariamente novas categorias aderiam ao movimento grevista, pois as reivindicações diziam respeito aos operários em geral.

O jornal **Rio Grande** publicava, no dia 8 de maio, que era desnecessário os grevistas pedirem as oito horas de trabalho diárias, pois

tal medida seria adotada a nível federal e que o acréscimo de tal reivindicação “prejudicou no conceito geral a seriedade do movimento paredista.”

Através das informações publicadas no **Echo do Sul**, de 6 de maio, constata-se a razão pela qual foi acrescida a questão das oito horas de trabalho. Entendiam os operários que, como passaram a ser transportados por trens de carga e que estes não passavam pelos mesmos pontos que os bondes, precisavam locomover-se por distâncias maiores, perdendo mais tempo e cansando-se mais, daí pedirem a diminuição das horas de trabalho. Estavam descontentes também pelo fato de a medida ter atingido apenas aos trabalhadores da Companhia Francesa que trabalhavam no Novo Porto, sendo que a empresa continuava a oferecer os bondes para os operários do Frigorífico Swift.

Mesmo sendo transportados por bondes ao Frigorífico Swift, os operários aderiram à greve no dia 6 de maio. Nesse mesmo dia os estivadores fizeram causa comum ao movimento reivindicando aumento salarial e oito horas de trabalho.

A sede da União Geral dos Trabalhadores passou a ser um dos lugares mais frequentados naqueles dias. Reuniam-se inúmeros trabalhadores para tratarem de assuntos referentes à greve, como o programa que foi enviado aos diretores do Frigorífico Swift. O programa estabelecia oito horas de trabalho diárias, que todos os operários que trabalhassem mais que oito horas ganhariam mais 50% sobre seus ordenados, que a Companhia ficaria obrigada a admitir os operários grevistas que tivessem se portado dentro da ordem, que os atuais salários deveriam ser mantidos com a diminuição das horas trabalhadas e que a solução para o término da greve se daria entre os membros do comitê grevista e a direção da empresa.

À medida que novas categorias aderiam à greve as autoridades municipais reforçavam as forças policiais com praças de outras localidades.

Mesmo sendo importante a adesão de mais operários para o sucesso da greve, o comitê central dispensou o apoio do pessoal da Usina Elétrica, para que a população não fosse prejudicada.

No dia 7 de maio os operários da Ítalo-Brasileira, das oficinas mecânicas do senhor M. José Fernandes e os funcionários da Viação Férrea aderiram ao movimento.

Nessa mesma ocasião os serviços telegráficos foram censurados, limitando a ação e a liberdade da União Geral dos Trabalhadores, que ficou impedida de comunicar-se com as associações operárias de outras cidades. Numa clara demonstração de repressão à greve.

A censura na comunicação não foi a única forma de repressão, essa se deu sobre as manifestações operárias, como a que ocorreu em frente à fábrica União Fabril e Rheingantz.

Quando um operário fazia a entrega de boletins alusivos à greve, um policial o abordou, arrebatando-lhe os mesmos, insultando-o e ameaçando-o de prisão.

Um grupo de operários estava dando vivas às oito horas de trabalho em frente à Rheingantz, quando o delegado de polícia, acompanhado de vários praças, prendeu a um operário, enquanto um praça deu um tiro.

Como ação de repressão à greve a sede da União Geral dos Trabalhadores foi invadida por policiais armados que ameaçaram aos que ali se encontravam.

No dia 7, um grupo de grevistas fazia piquete em frente à fábrica União Fabril com o intuito de conseguir adesão dos seus colegas, quando foram agredidos por praças da polícia, “erguendo um operário presente, um viva às oito horas de trabalho, tanto bastou para que um numeroso esquadrão da polícia que ali se achava, naturalmente com a obrigação de manter a ordem, fizesse uma carga contra os indefesos, como dissemos acima, dentre os quais se achavam numerosas mulheres.” (**Echo do Sul**, 8/5/1919)

Sobre o fato, o jornal **Rio Grande** menciona que os policiais foram agredidos pelos grevistas e elogia a atitude da força pública. “Ainda ontem quando agredidos a pedradas (...), ainda assim foi elogiável a sua tolerância que a muitos pode parecer censurável. Não tendo querido até agora usar de meios violentos, embora as ordens superiores que tem para tal, a eles recorrerá a força da polícia e brigada, para reprimir com energia todo o excesso de parte dos grevistas.”

A posição do **O Tempo** é diferente, “a polícia enveredou ontem pelo mal caminho”, lembrando que os operários têm mantido atitudes pacíficas “ganhando de tal maneira numerosas adesões pessoais à sua causa.” O jornal fez uma previsão do que aconteceria se os operários resolvessem revidar com a mesma violência que a eles era praticada, pedia calma aos envolvidos no conflito.

O jornal **Rio Grande** apoiava a atitude da polícia e procurava alertar o operariado para não se deixar influenciar por ideias nocivas, trazidas por elementos desordeiros. Assim publicou no dia 8 de maio: “Os nossos operários que nos leiam com atenção, que reflitam calmamente, conscienciosamente, que resolvam entre si, sem se deixar levar pela lúbia interesseira de terceiros, pelo entusiasmo de certos exploradores e adventícios, que serão os primeiros a abandoná-los na hora do perigo.”

O jornal descrê na capacidade dos operários de agirem a partir de suas próprias ideias.

Enquanto os demais jornais publicavam a adesão de outras categorias ao movimento paredista, o **Rio Grande** publicava que a greve tinha sua intensidade diminuída, numa tentativa de desencorajar os operários e evitar o crescimento do movimento grevista.

Quando se dirigiam às fábricas União Fabril e Rheingantz para pedirem a adesão dos colegas à greve, um grupo de grevistas foi agredido pela polícia.

Nesse dia se incorporaram ao movimento o pessoal dos esgotos, motorneiros, condutores de bondes, operários da Cervejaria Schmit, parte dos operários da fábrica Leal Santos, os operários da fábrica de Charutos Pooock, enquanto a Companhia Swift mantinha em seus estabelecimentos cerca de 400 operários trabalhando, a quem fornecia alimentação.

A situação se agravava a todo momento, o que fez com que a polícia mandasse fechar os restaurantes e botequins às 22 horas, a título de evitar tumultos.

A população, de forma geral, se posicionava a favor dos grevistas e criticava a ação da força policial.

Pela manhã daquele dia 8 de maio, os grevistas fizeram piquetes em frente à União Fabril e foram agredidos por um cabo da brigada militar. À tarde, um grupo de operários e operárias esteve em frente à fábrica de Charutos Pooock concitando os operários daquele estabelecimento a aderirem à greve, o que foi conseguido com o fechamento dos portões da fábrica. Também no início daquela tarde um grupo de grevistas se dirigiu à frente da União Fabril com o mesmo objetivo, quando foram agredidos por um esquadrão da brigada militar.

A União Geral dos Trabalhadores convocou, através de boletins distribuídos profusamente, todas as classes trabalhadoras para uma reunião popular que se realizaria às 15:00 daquele dia, na Praça General Teles.

O que se desencadeou a caminho da praça foram atitudes conflituosas.

Saíram de frente da União Geral dos Trabalhadores em direção a Praça General Teles, cerca de três mil operários, contando com várias mulheres e crianças que faziam a vanguarda do préstito. Uma operária carregava a bandeira da sociedade. O cortejo seguia sem excessos, erguendo de quando em vez vivas à greve e às oito horas de trabalho.

Ao passarem em frente à Praça Tamandaré deu-se o conflito com a polícia que os acompanhava a certa distância.

Segundo notícias publicadas nos jornais **Echo do Sul** e **O Tempo**, o sargento ordenou que fosse dado toque de corneta para que os policiais se aproximassem e intimassem os grevistas a se dispersarem. Como esses não atenderam à ordem “o esquadrão fez tremenda carga sobre os populares, dos quais os mais acoissados foram as mulheres que marchavam à frente. Não contentes com isso, os soldados da brigada descarregaram as armas sobre a multidão esbalderando impiedosamente a torto e a direito. (...) Homens, mulheres e crianças corriam desesperados em todas as direções acoissados pelos estouros dos implacáveis milicos.”<sup>62</sup>

O jornal assume posição favorável aos grevistas, evidenciando através das palavras ofensivas à polícia a sua indignação.

---

<sup>62</sup> **Echo do Sul**, 8/5/1919.

Continua a narrar os fatos com claro posicionamento a favor dos operários

“Os estabelecimentos comerciais e as casas particulares das circunvizinhanças foram invadidas pelos populares em fuga e, tiveram que fechar as suas portas.

Outros abrigaram-se atrás das árvores existentes na praça. Ainda outros empoleiraram-se em cima das mesmas a fim de escapar a sanha policial.

Duas moças e alguns rapazes na precipitação da fuga, atiraram-se no lago que circunda aquele logradouro público.

Ao mesmo tempo o sargento da brigada arrebatava das mãos de uma senhorita o estandarte da União Geral dos Trabalhadores (...).

Houve uma menina que atordoada para escapar, saiu debaixo da barriga de um cavalo montado por um praça da brigada militar.”

(Echo do Sul, 8/5/1919)

Numeroso grupo de operários ao retirar-se da praça se dirigiu para a sede da União Geral dos Trabalhadores. Outros fatos lamentáveis tiveram a sede como palco.

Os grevistas foram avisados de que forças da brigada militar e da polícia administrativa se dirigiam para o local. “Diante dessa insólita agressão e na eminência de verem o edifício de sua sociedade atacado pela força pública, os grevistas resolveram reagir à bala, disparando contra aquela alguns tiros de revólver.”<sup>63</sup> Aos disparos feitos pelos operários a polícia reagiu, ficando a vizinhança atemorizada.

Do confronto resultou um morto e vários feridos, que foram atendidos na Assistência Pública. O morto foi o pedreiro Delfim José de Castro, casado, pai de duas filhas e com 47 anos de idade.

---

<sup>63</sup> Echo do Sul, 9/5/1919.

Os jornais foram unânimes em afirmar que ele não estava participando da greve e passava despreocupadamente pelo local quando foi atingido e vitimado.

Dentre os feridos mencionam o nome de dez operários, sendo que havia outros, e o de um praça.

Após o tiroteio a sede da União Geral dos Trabalhadores teve suas portas lacradas pela polícia, que se manteve em guarda durante aquela noite.

No dia seguinte, por ordem de um general, inspetor da região militar de Rio Grande, foi fechada a sede da Sociedade dos Marinheiros e Remadores e passaram a ser guarnecidos os edifícios públicos federais, o Novo Porto, as estações da Viação Férrea e a Usina Elétrica.

Em solidariedade aos grevistas e em repúdio aos fatos do dia anterior, aderiram ao movimento grevista os funcionários das oficinas prediais da cidade.

A versão para os fatos dada pelo jornal **Rio Grande** foi a seguinte

“Vinha grande o número de grevistas à Praça General Teles, em atitude hostil para a realização de um meeting, quando as autoridades no intuito de evitar o comício, dado a sua intenção pretensiosa, intimaram aqueles a se dispersar (...)”

(**Rio Grande**, 9/5/1919)

Continua afirmando que as autoridades foram recebidas à bala, e que embora as praças tenham arrebatado o estandarte da União Geral dos Trabalhadores, não fez uso das armas e que agiu, nos dois acontecimentos, com tolerância exacerbada. Elogiava os operários que não aderiram à greve, dizendo que eram pessoas que não se deixavam levar pela balela de terceiros.

No dia 9 de maio o **Rio Grande** publicou o panfleto distribuído pela União Geral dos Trabalhadores convidando para o comício do dia anterior

“Convida-se a todas as classes trabalhadoras da cidade de Rio Grande para comparecerem hoje, às 14 horas, duas da tarde, na sede da União Geral dos Trabalhadores, e desta seguirá um préstito à praça General João Teles, para protestarmos contra as infâmias da polícia.

Pela União Geral dos Trabalhadores

A comissão”

Como as sedes das associações operárias estavam fechadas por ordem militar, o advogado Carlos Machado requereu junto ao juiz uma ordem de habeas-corpus para que as sedes fossem reabertas a fim de os operários poderem reunir-se em locais convenientes para tratarem de assuntos de seus interesses. O juiz não deferiu o pedido, mandando o advogado pedir informações ao delegado de polícia.

Devido ao clima de intranquilidade em que se encontravam os cidadãos riograndinos, a fábrica União Fabril fez publicar nota nos jornais locais esclarecendo o que entendiam seus diretores ter ocorrido nos dias 7 e 8 em frente à empresa.

Na nota esclarecem que seus operários, na maioria mulheres e crianças, estavam sendo intimados pela atitude ameaçadora da multidão de operários estranhos, e por isso desistiram de entrar na fábrica.

Defendem a ideia de que os operários eram ordeiros e que foram levados a abandonar o serviço e não teriam aderido à greve. Por outro lado, afirmam que se não comparecessem ao serviço fecharia suas portas por tempo indeterminado, uma vez que vinha operando com dificuldades. Prometiam, aos que se apresentassem ao serviço, o pagamento de uma

diária de metade de seus salários até que recomencessem a trabalhar com normalidade.

Fica evidenciado que os operários da União Fabril aderiram à greve e não apenas abandonaram o serviço. Se isso tivesse ocorrido, a fábrica não estaria oferecendo vantagens aos que fossem trabalhar.

No dia 9 de maio o jornal **Rio Grande** veiculou a notícia de que as fábricas União Fabril, Tecelagem Ítalo-Brasileira e Charutos Pooch fecharam as suas portas por tempo indeterminado, pois seus operários estavam sofrendo coações dos grevistas e não porque não havia pessoal para trabalhar. O fizeram para proteger seus funcionários de elementos nocivos que iludiam os trabalhadores locais e os exploravam.

Na noite de 9 de maio um grupo de trabalhadores inutilizou uma válvula de água que abastecia a Companhia Swift, pretendendo interromper o trabalho naquele estabelecimento, fato não ocorrido, pois o reservatório da empresa forneceu água suficiente para a realização dos trabalhos.

A tensão se estabelecera em Rio Grande e se fazia acompanhar por rivalidades entre operários e policiais.

O jornal **Echo do Sul**, em 10 de maio, publicou que policiais perseguiram grevistas em bares e praças públicas, ameaçando-os e intimando-os a se retirarem.

Declara ainda que a polícia foi a causadora dos acontecimentos do dia 8, que “derramou o sangue precioso de numerosos operários inocentes e inofensivos”<sup>64</sup>, que foi a responsável pelo pisoteamento, a pata

---

<sup>64</sup> **Echo do Sul**, 10/5/1919.

de cavalo, de centenas de mulheres indefesas, chamando os policiais de “beleguins de instintos belicosos e sanguinários.”<sup>65</sup>

Os jornais **O Tempo** e **Echo do Sul** responsabilizaram o delegado de polícia pelos fatos e, inocentavam os policiais pois estes estavam agindo sob as ordens daquele. “A culpa inteira, absoluta, tem no indivíduo que exerce aquele cargo sem penetração, sem discernimento de inteligência, com a noção a mais apagada de seu dever, confundindo energia com brutalidade.”<sup>66</sup>

Os fatos ocorridos poderiam ter levado a uma diminuição das tensões, mas isso não se verificou, pois no dia 10 chegaram à cidade, vindos de outras localidades, cerca de 90 praças e um navio de guerra da Marinha Nacional.

Do lado dos grevistas, os bombeiros aderiram ao movimento ao serem intimados a vigiar a população.

Os operários em greve convidavam para reuniões, pois entendiam que o momento era de ação e não de covardia. O Sindicato dos Estivadores afirmava “se a polícia nos violentar com suas armas assassinas, não deveis fazer outra coisa senão responder com a mesma moeda.”<sup>67</sup>

Para acompanhar o desenrolar dos fatos, chegaram em Rio Grande um representante da Federação Operária do Rio Grande do Sul e o vice-presidente da Sociedade União dos Operários Estivadores do Rio de Janeiro, este com o intuito de reconhecer como sucursal a entidade dos trabalhadores rio-grandinos.

---

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> **O Tempo**, 9/5/1919.

<sup>67</sup> **Echo do Sul**, 10/5/1919.

As casas comerciais, acostumadas a ficar abertas até mais tarde, foram intimadas a fechar suas portas mais cedo.

No dia 12, as sedes da União Geral dos Trabalhadores, dos Marinheiros e remadores e da União Operária continuavam guardadas pelas forças policiais e da brigada militar, bem como o Novo Porto, a Usina Elétrica e a Viação Férrea.

O clima de tensão transparecia nos boletins distribuídos à população, tanto pelas forças públicas como pelos grevistas

“AVISO AO POVO!

As autoridades civis e militares hoje reunidas, resolveram pedir e como pedem às pessoas pacíficas e bem intencionadas, se absterem de tomar parte em manifestações externas de qualquer natureza, visto que, cumprindo determinações superiores, não permitirão de forma alguma, a menor alteração da ordem pública, bem como qualquer coação à liberdade de trabalho.

Perfeitamente aparelhadas para a manutenção da ordem e na garantia da lei, as autoridades confiam na índole ordeira da população. “

(Echo do Sul, 12/5/1919)

Por sua vez os grevistas distribuíram os seguintes boletins, pedindo ao operariado que se mantivesse em greve, pois somente através da união conseguiriam a vitória

“TRABALHADORES! POVO!

A polícia massacróu os filhos dessa terra fazendo o batismo de sangue.

A constituição e as leis são um trapo de papel.

A autoridade que desrespeitou a lei é criminosa, não é mais autoridade.

O povo que lutava pacificamente pelos seus direitos foi massacrado. Deverá o povo desistir de suas aspirações? De- verá voltar para trabalhar novamente 10, 11 horas por dia? Deverá voltar a casa tornando inútil o esforço já feito? Não e não!

## DE RIO GRANDE NO INÍCIO DO SÉC. XX

A polícia semeou a vento que colheu a tempestade.

É preciso ir até o fim. Não recuar covardemente.

Ninguém volte ao trabalho, que a vitória será certa.

E que cada um faça o que puder e julgar conveniente para, o triunfo de nossa causa.

Se a constituição é um farrapo e a liberdade de reunião uma mentira, que se reunam os grupos e ajam como puderem.

VIVA A GREVE! VIVA AS OITO HORAS!"

O outro boletim distribuído pelos operários clamava pela união e lembrava a resignação dos mesmos

“Companheiros!

Companheiros do conforto, resignação nos dias amargos porque passa a nossa gente.

Filhos do trabalho predestinados a um futuro de luz e de progresso, seremos vitoriosos na ordem, pela ordem e dentro da ordem, embora queiram levar ao dimedir[?] da amargura.

Nada de desordens, operários.

Fazeis sempre como tendes feito até agora, porque aos homens bons Deus protege.

Na greve continuam resistentes. No frigorífico estão trabalhando somente diversos carneiros, porque dia e noite os companheiros vão abandonando o trabalho.

Na segunda-feira os burgueses da Companhia Francesa e do Frigorífico esperam não para trabalhar, rindo da nossa miséria, pois que eles esperem pela outra segunda-feira, porque o brio do operário não deve satisfazer a vontade da burguesia.

Estejamos firmes companheiros!"

(*Echo do Sul*, 12/5/1919)

Quando o boletim se refere a carneiros, está fazendo alusão aos operários que não aderiram à greve. O termo era uma forma de agredir os que não faziam causa comum com os grevistas.

No dia quatorze algumas categorias começaram a voltar ao trabalho. Muitos operários voltavam a trabalhar, mas não nos locais anteriores, como os funcionários demitidos do Frigorífico Swfit que passaram a trabalhar na Companhia Francesa.

Ainda nesse dia, quatro operários grevistas agrediram funcionários da Barraca Thompsen que não tomaram parte no movimento grevista.

A tensão também se estabeleceu entre os órgãos da imprensa, exemplo disso foi a forma que o jornal **O Tempo** se referiu ao **Rio Grande**, como “papelucho anônimo.”

A imprensa noticiou, no dia 17 de maio, o fim da greve.

Os operários Miguel de Gusmão, secretário da União Geral dos Trabalhadores, e Francisco Calada Iuti, que se achavam presos desde o dia 8, foram postos em liberdade. As chaves das associações operárias foram devolvidas, bem como o estandarte que fora arrebatado das mãos de uma operária durante o préstito do dia 8.

Para os operários a greve trouxe como consequência o atendimento das reivindicações de algumas categorias.

Os funcionários do **Echo do Sul**, mesmo não tendo feito greve, obtiveram a diminuição das horas de trabalho para oito. Algumas padarias passaram a não trabalhar aos domingos.

Nos meses posteriores a tensão ainda se fazia sentir. No mês de julho dois guardas do Frigorífico Swfit agrediram, sem motivo aparente, dois operários.

Como demonstração de desagravo à persistência da situação do trabalhador como elementos desprovido de garantias, a imprensa

continuava a publicar notícias sobre o meio operário. Passou a ser relativamente comum a publicação de acidentes no trabalho. Muitas vezes as vítimas recorriam à Assistência Pública a fim de mover ação indenizatória, uma vez que não havia obrigatoriedade para que os patrões o fizessem.

A perseguição aos elementos tidos como nocivos ao meio operário persistia. No mês de outubro o jornal **Echo do Sul** publicou as ordens do Presidente da República que impediam a entrada de qualquer vapor comandado pelo capitão Signório Foso por ter este permitido o desembarque clandestino no Rio de Janeiro de perigosos anarquistas expulsos de Buenos Aires.

Ainda em 1922 o anarquismo atemorizava as autoridades. É o que demonstra o Processo 159, Maço D (1904-1922) do Processo Crime da cidade de Rio Grande que trata do pedido de habeas-corpus a favor de Reduzindo Colmenoro e Ricardo Pinheiro, espanhóis e Marcos Alves, português, todos operários e residentes em Rio Grande. Os espanhóis eram acusados de ter ofendido, com palavras, a bandeira nacional e Marcos Alves por ter distribuído “uns avulsos” sobre os fatos que se desenrolaram posteriormente ao suposto ataque à nossa bandeira. Segundo o delegado estavam presos por terem ofendido a bandeira nacional, censurado as classes armadas e por se declararem anarquistas.

O ano de 1919 marcou de greves várias cidades além de Rio Grande. Nesta a concentração de forças nos conflitos tomaram vulto nunca antes vivenciado pela população e demonstraram a organização do operariado.

A greve de 1919 possui características anarquistas como: a utilização da greve como instrumento para alcançar as soluções às suas reivindicações, a necessidade de as resoluções serem tomadas pela

entidade representativa e não por um líder. Fica evidenciado a presença de operários adeptos a essa tendência quando há a proibição do desembarque dos tripulantes e passageiros dos navios comandados por Sigmundo Foso. Além disso a presença de anarquistas é demonstrado no processo crime de 1922, logo há fortes indícios de que houve penetração das ideias anarquistas nas mobilizações operárias que se processaram em Rio Grande. Foi nesse período que tais ideias tiveram maior penetração no meio operário.

Por outro lado, não é demais lembrar que no movimento operário houve um amálgama de tendências operárias que agiam conjuntamente, que embora tenha fortes indício da presença de ideias anarquistas, os socialistas agiam em Rio Grande desde o século passado, inclusive com a publicação do **Echo Operário** e com entidade representativa. Outro fato que evidencia a influência das ideias socialistas no movimento operário de Rio Grande é a comunicação entre grevistas e governo estadual, este atuando como mediador. Não é demais lembrar que para os anarquistas o governo deve ser negado e que, portanto, não buscariam seu apoio.

## CONCLUSÃO

Data do século passado o início da industrialização e conseqüentemente do movimento operário em Rio Grande. Por se constituir numa das três cidades com maior importância econômica no período em estudo, a cidade tornou-se um centro atrativo para investidores e também para o operariado.

A partir das transformações resultantes do processo de industrialização, se verificaram mudanças no cotidiano das pessoas, que envolveram novos hábitos e reivindicações por melhorias infra-estruturais urbanas.

No entanto foi a condição operária que estava no centro do nosso interesse e nos levou à realização do presente estudo. O operariado rio-grandino começou a se organizar em movimentos reivindicatórios ainda no século XIX, mas foi nas décadas iniciais do presente século que as manifestações operárias atingiram significados mais expressivos.

A formação de entidades representativas do operariado teve na União Operária de Rio Grande a sua precursora, a ela seguiram-se outras que possuíam interesse similares, embora seguissem orientações diversas.

Em comum podem ser lembradas as preocupações em torno da educação do operariado, o desejo de condições melhores de vida e de trabalho, as reivindicações por oito horas diárias de trabalho e ao aumento salarial.

Foi a partir da organização dos operários que os patrões se organizaram e, por vezes, suas associações se mostraram mais eficientes que a dos operários. Para isso naturalmente foi importante sua condição econômica e o acesso privilegiado com os poderes constituídos.

À medida que Rio Grande presenciava as transformações do início do século, os órgãos de imprensa, operária e não-operária, existentes desde o século anterior, se tornavam os principais veículos de comunicação, transmissores das ideias, como formadores de opiniões.

Assim a imprensa se constituiu no meio através do qual podemos ter parte do cotidiano do operário rio-grandino. A partir das informações veiculadas por ela foi possível remontar parte do cenário em que a sociedade rio-grandina viveu as transformações urbanas e os momentos de tensão resultantes dos confrontos entre operários e poderes público e privado.

As duas primeiras décadas deste século foram marcadas por várias greves cujas reivindicações, de forma geral, eram a diminuição da jornada de trabalho e o aumento salarial. Ocorreram mobilizações operárias em torno de outras questões, como em solidariedade a companheiros perseguidos, em solidariedade a categorias em greve, devido à mudança no meio de transporte dos operários.

Durante os anos da Primeira Guerra Mundial e o ano de 1919 a cidade presenciou manifestações operárias com intensidade nunca vista anteriormente. Do confronto entre grevistas e força policial resultaram atos violentos, inclusive mortes.

Enquanto no estado e no país os operários se mobilizaram com grande intensidade no ano de 1917, os operários de Rio Grande, naquele ano, aderiram às mobilizações estaduais como a da Viação Férrea, mas não deflagraram greves na cidade. Já nos anos de 1918 e 1919, que foram também significativos no contexto operário nacional, a cidade presenciou as manifestações operárias mais expressivas de sua história até então.

Como explicação para isso as fontes nos indicam as experiências acumuladas em mobilizações operárias anteriores, a presença de operários vindos de outras cidades e com vivência em greves anteriores, a comunicação mais eficiente entre operários e mesmo entre entidades operárias, o entusiasmo gerado pela Revolução Russa no meio operário, o aumento do centro industrial da cidade, que a tornou mais atrativa para investidores e operários. Esses operários agregados aos que aí já residiam, ao comungarem seus anseios foram os protagonistas das greves de 1918 e 1919.

Mas, se por um lado os operários estavam melhor organizados ao final da segunda década, os poderes público e privado também possuíam maior conhecimento das ações operárias, dos líderes dos movimentos e possuíam a seu favor a existência do Código Penal e a falta de leis sociais capazes de garantir direitos aos operários.

O trabalho buscou contribuir para o conhecimento parcial da realidade dos operários de Rio Grande. Acreditamos na necessidade de estudar o que ocorria também a nível do interior do estado numa demonstração de que o movimento operário teve aspectos em comum com o que ocorria no estado e no país, mas também apresentou particularidades.

O movimento operário de Rio Grande viveu, desde o final do século XIX, uma ascensão, cujo auge foi atingido nos anos de 1918 e

sobretudo de 1919, quando as experiências anteriores acumuladas acrescidas às reivindicações presentes desencadearam as greves mais expressivas do período.

O conhecimento desses fatos só foi possível através das informações veiculadas na imprensa operária e não-operária e nos dados contidos nos processos crime, que associados à bibliografia permitiu a remontagem de parte da vida de uma categoria social que por muito tempo foi relegada pela historiografia.

O trabalho que aqui se encerra contribuiu também com dados sobre algumas das greves de Rio Grande que se diferenciam dos existentes até então, demonstrando a necessidade de novas pesquisas e de atualização das informações.

Em determinadas passagens do estudo faltou análise mais aprofundada, dando ao trabalho aspecto simplista da realidade. Esse é um dos limites que reconheço. Mas, de forma alguma, o trabalho pretendeu esgotar o estudo do tema. Ao contrário, é um dos primeiros a estudar o assunto em Rio Grande e deseja contribuir para novas abordagens do tema.

## Fontes

### a) Imprensa

a.1) Jornais consultados no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

- **Echo Operário**. Rio Grande, 1º/5/1901, setembro, outubro, novembro, dezembro de 1897, 1º e 2º semestre de 1898, janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro de 1899.

- **Intrépido**, Rio Grande, 1º/5/1910.

- **O Proletário**, Rio Grande, 28/1/1906.
- **A Razão**, Rio Grande, 1º/5/1896.
- **A Lucta**, Rio Grande, 24/2/1924.
- **A Acção Social**, Rio Grande, 25/6/1924.
- **A Voz do Trabalhador**, Rio de Janeiro, 1/5/1913, 15/3/1913, 1/9/1913, 1/1/1914, 15/2/1914, 1/4/1914, 1/12/1914, 7/4/1915.
- **Emancipação**, Bagé, 30/1/1929.
- **A Evolução**, Bagé, 2/2/1902.
- **A Dor Humana**, Bagé, 20/9/1920.
- **Nossa Voz**, Bagé, 7/ 1923.
- **O Ferroviário**, Porto Alegre, 1/6/1927.
- **O Syndicalista**, Porto Alegre, 11/1919, 5/1928.
- **O Sol Nascente**, Porto Alegre, 25/12/1925.
- **O Operário**, Cruz Alta, 1/1/1902, 1/1/1903.
- **O Direito**, Cruz Alta, 2/9/ 1920.
- **O Operário**, Porto Alegre, 20/1/1889, 6/12/1883.
- **A Democracia**, Porto Alegre, 1/5/1905, 22/10/1905.
- **Avante**, Porto Alegre, 24/2/1901, 29/4/1902, 17/7/1908.
- **A Voz do Trabalhador**, Porto Alegre, 11/8/1922.
- **A Luta**, Porto Alegre, 13/9/1906.
- **O Proletário**, Porto Alegre, 5, 12, 18, 26/7/1896, 9/1/1896.
- **A Voz do Operário**, Porto Alegre, 1/4/1899.
- **A Vanguarda**, Porto Alegre, 3/10/1914.

- **O Alfaiate**, Porto Alegre, 12/10/1907.
- **A Defesa**, Bagé, 25/4/1911, 1/5/1911.
- **A Luta**, Pelotas, 14 e 31/5/1916, 15 e 31/7/1916.
- **Democracia Social**, Pelotas, 9, 16, 23, 30/7/1893, 6/8/1893.
- **A Evolução**, Porto Alegre, 30/11/1925.
- **O Exemplo**, Porto Alegre, 1 e 10/1/1909, 9 e 16/4/1911, 1/5/1911, 12 e 19/8/1917.

a.2.) Jornais pesquisados na Biblioteca Rio Grandense de Rio Grande

- **Echo do Sul**, Rio Grande, 1900, 1902, 1903, 1904, 1º semestre de 1906, 2º sem. 1907, 1º sem. 1912, 1º e 2º sem. 1913, 1º sem. 1916, 2º sem. 1917, 2º sem. 1918, 1º e 2º sem. 1919, 1º sem. 1920, 1º sem. 1921, 1º e 2º sem. 1922, 1925.
- **Rio Grande**, Rio Grande, 1º sem. 1916, 1º sem. 1917, 2º sem. 1918, 1º e 2º 1919, 31/12/1925.
- **O Tempo**, 1/12/1906, 1907, 1908, 11/8/1913, 15/12/1913, 2º sem. 1918, 1º sem. 1919, 1925.
- **Opinião Pública**, Pelotas, 26 a 31/7/1917, agosto de 1917
- **A Razão**, 1/5/1896, 16/7/1901.
- **Rio Grandense**, Rio Grande, 7/4/1899, 1º sem. 1900, 20/9/1900, 2º sem. 1901.
- **A Luta**, Rio Grande, 16/2/1901, 3/5/1901, 3/5/1903, 24/2/1924.
- **O Bilontra**, Rio Grande, 25/5/1902.
- **Diário de Rio Grande**, Rio Grande, 1900, 1910.
- **O Intransigente**, Rio Grande, 1/10/1901, 15/11/1901, 1902, 15/11/1905, 1915.

- **AGORA**, Rio Grande, fev. 1987 (Edição Comemorativa).
- **O Artista**, Rio Grande, 1900, 5/2/1901, 1911, 5/2/1912.
- **Corymbo**, Rio Grande, 4/12/1889, 18/3/1901.
- **O Labaro**, Rio Grande, 1/1/1900.
- **Gazeta Mercantil**, Rio Grande, 23/12/1890.
- **Comédia Social**, Rio Grande, 1888, 1901.
- **A Regeneração**, Rio Grande, 1/4/1901, 1/5/1902.
- **O Defensor**, Rio Grande, 4/8/1901, 8/9/1901.
- **O Anúncio**, Rio Grande, 15/12/1902.
- **O Templário**, Rio Grande, 5/7/1903.
- **O Diabo**, Rio Grande, 5/8/1905.
- **O Bohemio**, Rio Grande, 6/1/1913.
- **A Flecha**, Rio Grande, 16/10/1921.
- **Cultura Proletária**, Rio Grande, 1/5/1926.
- **O Intrépido**, Rio Grande, 1/5/1910.
- **A Evolução**, Rio Grande, 15/6/1892, 15/10/1892.
- **Echo Operário**, Rio Grande, 1/5/1901.
- **A Reforma**, Rio Grande, 1904, 1905, 1906.
- **O Diário**, Rio Grande, 1913, 1914.
- **O Bisturi**, Rio Grande, 10/4/1898, 1906.
- **A Violeta**, Rio Grande, 6/6/1897.
- **Cidade do Rio Grande**, Rio Grande, 13/8 e 15/9/1897.
- **A Semana**, Rio Grande, 22/7/1906.

- **O Diário de Rio Grande**, Rio Grande, 16/10/1898.

- **Rio Grande do Sul**, Rio Grande, 20/2/1896.

**b) Processos Crime - Rio Grande**

Pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Maço 1A nº8 (1899-1939).

Maço 1F nº 1-18 (1904-1934).

Maço 1G nº 1-56 (1912-1932) 31/10/1914, 15/10/1919.

Maço 3C nº 45-58 (1901-1904) 30/8/1904.

Maço 4C nº 59-73 (1904-1906).

Maço 2D nº 63-159 (1904-1922) 5/10/1918, 16/1/1922.

Maço 16C nº 232-245 (1920-1921).

**c) Entrevistas arquivadas no Centro de Documentação**

Histórica Professor Hugo A. P. Neves - FURG

- Entrevistado: Alcer da Silva Moraes

Data da entrevista: 8/10/1986

Resumo: O Sindicato dos Estivadores de Rio Grande. A vida dos estivadores. O porto de Rio Grande.

- Entrevistado: Aurora Abreu Dourado

Data da entrevista: 18/10/1980

Resumo: A vida cultural de Rio Grande antigo. Aspectos da sociedade - do início do século à nossa década.

**d) Impressos e textos datilografados**

- Sinopse do Recenseamento realizado em 1/9/1920 - População do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1926.

- Recenseamento do Brasil, realizado em 1/9/1920 - Relação dos Estabelecimentos Industriais, volume II. Rio de Janeiro, Tip. Estatística, 1925.

- Estatutos da Sociedade União Operária de Rio Grande. Rio Grande: Typografia do Diário do Rio Grande, 1903. In: Biblioteca Riograndense; 12177 - Pac.151.

- Estatutos da Sociedade União Operária do Rio Grande do Sul (1911).

- Relatórios das sessões da diretoria da Sociedade União Operária de Rio Grande.

FALCON, Francisco.J.C. “Fim da História? Balanços e Perspectivas” (datilografado).

\_\_\_\_\_. “História e Historiografia” (datilografado).

HESSEL, Lothar. **Pré-Legislação trabalhista** (Especial para o **Correio do Povo**) - Não foi publicado - NPH/UFRGS.

Mansan, Jovino G. **Industrialização e Marginalização na Cidade de Rio Grande**, s.d., s.l.

WERNET, Augustin. “Visão Panorâmica da Ciência Histórica” (datilografado).

\_\_\_\_\_. “Goethe e Luden: um diálogo sobre a História” (datilografado).



## BIBLIOGRAFIA

AGNES, Sílvia Clara. **A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana: análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas, Rio Grande e cidade do México.** Porto Alegre: UFRGS, 1990 (dissertação de mestrado).

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **A Cidade do Rio Grande: Estudos Históricos.** Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995.

ALVES, Paulo. **Anarquismo, movimento operário e o estado: suas relações no contexto capitalista na Primeira República (1906-1922).** São Paulo: PUC-SP, 1981 (dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. “A República e a construção da ordem”. **Revista História.** São Paulo: UNESP, nº especial, 1989.

\_\_\_\_\_. “A Questão Social no discurso parlamentar na Primeira República. O conteúdo político e ideológico dos conflitos de trabalho”. **Revista História.** São Paulo: UNESP, 1982.

ANTONACCI, Maria A. “A Revolução de 1923: As Oposições na República Velha.” IN: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio(orgs.). **RS: Economia & Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ARANHA, Oswaldo. **O Syndicalismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1929.

AREND, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1993.

BAKUNIN, Miguel. **Deus e o Estado**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Federalismo, Socialismo, Antiteologismo**. São Paulo: Cortez, 1988.

BANCAL, Jean. **Proudhon, Pluralismo e Autogestão**. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BATALHA, Claudio H. M. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?" **Revista Brasileira de História**. Vol. 12, set.91/ago.92.

BERTI, Nico. "Per un bilancio storico e ideologico dell'anarchismo". **Rivista Anarchica**. Milano, s.d., s. n.

BLINKHORN, Martin. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Ática, 1994.

BOEIRA, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte." In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOLETIM DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO. São Paulo, Ano 1, nº 1, agosto 1920.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRESCIANI, Maria S. M. "Lógica e dissonância - Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária". **Revista Brasileira de História**. Vol.6, nº 11, set. 85/fev.86.

CAMARGO, Ana M. "A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil." **Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1971.

CANDIDO, Antonio. “Sobre a Retidão.” IN: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

CARDOSO, Alcina M. de L. e outros. “Jornais Operários - Metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República.” In: **História: Questões e Debates**. APAH, Curitiba, 4(6): p. 99-110, jun. 1983.

CARDOSO, Ciro. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. (org./trad.) **Surrealismo e anarquismo - Bilhetes surrealistas de Le Libertaire**. São Paulo: Imaginário, 1990.

CAMPOS, Cristina H. **O sonhar libertário**. Campinas: Pontes - Ed. da UNICAMP, 1988.

CARONE, Edgar. **A Primeira República**. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Bóris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. 2º vol.: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARONE, Edgar. **A Primeira República**. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Operário no Brasil (1877-1930)**.

São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CATTANI, Antonio D. **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: SMCultura - Palmarinca, 1991.

CENSO DE 1900-1920. **Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALMES, Vera Maria. “A Literatura Fora da Lei (Um estudo do folhetim)”. In: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COELHO, Plínio A. (org./trad.) **Os anarquistas e as eleições** Brasília: Novos Tempos, 1986.

CONH, Gabriel. **Crítica e resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber**. São Paulo: TAQ, 1979.

CORRÊA, Norma E. P. **Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. Porto Alegre: UFRGS, 1987 (dissertação de mestrado).

CORREIA, Francisco. “Mulheres Anarquistas”. In: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

COSTA, Caio Túlio. **O que é Anarquismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

COSTA, Francisco Xavier da. “O atual escândalo operário”. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 17/9/1911.

DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DACANAL, José H. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis; por uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DECCA, Edgar de. **1930 - O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. “A ciência da produção: fábrica despolitizada”. **Revista Brasileira de História**. vol.6, ANPUH/Ed. Marco Zero.

DECCA, Maria A. G. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Atual, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cotidiano de Trabalhadores na República - São Paulo 1889/1940**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DIEHL, Astor A. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DUARTE, Regina H. **A imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo**. Campinas: Pontes, 1991.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (180-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FÉLIX, Loiva O. **Coronelismo, Borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FENELON, Déa Ribeiro. “o historiador e a cultura popular: história da classe ou história do povo?” **Revista História e Perspectiva**. nº 6, jan./jun. 1992.

\_\_\_\_\_. “Estado, poder e classes sociais”. **Revista Brasileira de História**. Nº 7. ANPUH/Ed. Marco Zero.

FERREIRA, Maria N. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)** Petrópolis: Vozes, 1978.

FICO, Carlos. “Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil”. **Anos 90**. nº 2. Porto Alegre: CPG em História da UFRGS, maio 1994.

FINLEY, M. I. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FONSECA, Pedro C. D. **RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FURET, François. **A Oficina da História**. (vol.1) Lisboa: Gradiva, s. d..

GAY, Peter. **O Estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GERTZ, René E. (ed.) **Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)**. Porto Alegre: EST, 1989.

\_\_\_\_\_. “Algumas discussões contemporâneas sugeridas pela obra de Max Weber.” **Veritas**, vol. 34, nº 134 Porto Alegre, 1989.

\_\_\_\_\_. (org.) **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GITHAY, Maria L. C. **Ventos do Mar. Trabalhadores do Porto: Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos (1889-1914)** São Paulo/Santos: Ed. da UNESP/Prefeitura de Santos, 1992.

GÓES, Maria C. P. **A formação da classe trabalhadora. Movimento Anarquista no Rio de Janeiro (1889-1911).** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GRUPO ANARQUISTA 1º DE MAIO. **Malatesta: textos escolhidos.** Porto Alegre: L&PM, 1984.

GUÉRIN, Daniel. **Anarquismo.** Rio de Janeiro: Gerninal, 1968.

GURVITCH, Geroges. **Proudhon.** Lisboa: Edições 70, 1983.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense.** Porto Alegre: Editora da Universidade/URFRGS, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** São Paulo, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. “Lyra da Lapa: Acorde Imperfeito Menor.” In: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

HAUPT, Georges. “Por que a história do movimento operário?” **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol.5, nº 10.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- \_\_\_\_\_. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- \_\_\_\_\_. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimtno social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- IGLESIAS, Francisco. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JARDIM, Jorge L.P. **Comunicação e Militância. A Imprensa Operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Porto Alegre, PUCRS, 1990 (dissertação de mestrado).
- JOYEUX, Maurice. **Reflexões sobre a Anarquia**. São Paulo: Arquipelago, 1992.
- KLIEMANN, Luíza H. S. “Convergência de interesses, governo autoritário e movimentos operários.” **Estudos Ibero Americanos**. Porto Alegre, VI, dez 1980.
- KROPOTKIN, Peter Alexeyvitch. **Textos Escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- \_\_\_\_\_. “O comunismo anarquista”. **A conquista do pão**. Lisboa: Guimaráes e Cia., 1975.
- LAGEMANN, Eugenio. “Imigração e Industrialização”. In: DACANAL, José H. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- LEFORT, Claude. **As Formas da História**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes 1993.
- LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOURENÇO Jr., Adhemar. “Anarquismo e movimentos sociais: uma tipologia de suas relações”. **Cadernos de Estudos - Curso de Pós-Graduação**, Porto Alegre/UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. “**Povo! Trabalhadores!**” - **Tumultos e Movimento Operário (estudo centrado em Porto Alegre 1917)**. Porto Alegre/UFRGS, 1994 (dissertação de mestrado).

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCAS, Fábio. “A Lição Libertária de 'Vulcões.'” In: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

LUCAS, Maria E. e outras. **A Imprensa Operária Como Fonte Histórica**. Porto Alegre: Gaudério, 1979.

LUIZZETTO, Flávio. **Utopias Anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALATESTA, Errico. **Textos Escolhidos**. Porto Alegre: L&PM 1984.

\_\_\_\_\_. **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

\_\_\_\_\_. **Anarquistas, socialistas e comunistas**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Anarquia e outros escritos**. Brasília: Novos Tempos, 1987.

MALATO, Carlos. “La anarquia en la familia - la unión y el amor libres”. **Filosofia del anarquismo**. Madrid: Jucar, 1978.

MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARÇAL, João Batista. “Como nasceu a comemoração do Primeiro de Maio no Rio Grande do Sul.” **Revista Sul**, Porto Alegre, nº 9, maio 1986.

\_\_\_\_\_. **Comunistas Gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária.** Porto Alegre: Tchê!, 1986.

\_\_\_\_\_. **Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985.

\_\_\_\_\_. “Tudo começou com a social-democracia”. **CooJornal**, Porto Alegre, jul. 1980.

\_\_\_\_\_. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1995.

MENDONÇA, M. Curvello de. “O Movimento Socialista no Brasil”. In: **Almanaque Brasileiro Garnier**, Rio de Janeiro: Livraria Americana, 1905.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recen-seamento do Brasil - 1/9/1920.** Rio de Janeiro, Typografia da Estatística, 1925.

MÜLLER, Helena I. **Flores aos Rebeldes que falharam (Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília).** São Paulo: FFLCH-USP, 1989 (tese de doutoramento).

NORTE, Sérgio A. Q. **Bakunin: sangue, suor e barricadas.** Campinas: Papyrus, 1988.

NEVES, Hugo A. P. **A importância do Porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930).** Curitiba/UFPr, 1980 (dissertação de mestrado).

NIEMEYER, Waldir. **Movimento Sindicalista no Brasil.** Rio de Janeiro: s.e., 1933.

NOZICK, Robert. **Anarquia, estado y utopia.** México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

O RIO GRANDE INDUSTRIAL. Publicação destinada a distribuição gratuita nas exposições de propoganda dos produtos riograndenses, pelos Estados do Norte. Porto Alegre: Typografia a vapor de Echenique Irmãos & Cia, 1907.

PANIÁGUA, Xavier. “Sindicalismo frente ao anarquismo”. **La societá libertária. Agrarismo e industrialización em el Anarquismo español 1930-1939**. Barcelona: Crítica, 1982.

PAOLI, Maria C. e outros. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico.” **Revista Brasileira de História**, São Paulo, set. 1983.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.) **História da Vida Privada**. vol.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS/FAPERGS, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os pobres da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

\_\_\_\_\_. “República Velha Gaúcha: Estado Autoritário e Economia.” In: DACANAL José H. & GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

\_\_\_\_\_. “Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920)”. **Anos 90**. nº2. Porto Alegre: CPG em História da UFRGS, maio 1994.

PETERSEN, Sílvia R. F. “As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio(org) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_. **Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)**. Porto Alegre; Editora da Universidade UFRGS/FAPERGS, 1989.

\_\_\_\_\_. “O Anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República”. **Revista do IFCH**. Porto alegre, vol.5, 1991 -1992.

\_\_\_\_\_. “Os conflitos coletivos de trabalho no Rio Grande do Sul nos primórdios da industrialização”. **Revista do IFCH**, Porto Alegre, vol.6, 1978.

\_\_\_\_\_. **Origens do 1º de Maio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1981.

\_\_\_\_\_. “Formas de Organizacion y Actuacion del Proletariado Urbano R S Latino America”. **Anuário de Estudos Latinoamericano**, México: UNAM, 1978.

\_\_\_\_\_. “O Movimento Operário Brasileiro: bibliografia (livros, artigos, revistas, folhetos). **Revista do IFCH/UFRGS (8)**, Porto Alegre, 1979/1980.

\_\_\_\_\_. “O Movimento Operário Brasileiro: bibliografia (livros, revistas, artigos, folhetos) - II. **Revista do IFCH/UFRGS (9)**. Porto Alegre, 1981.

\_\_\_\_\_. “Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana”. Curso de Pós-Graduação, nº 3. Porto Alegre, maio 1993.

\_\_\_\_\_ & LUCAS, Maria E. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Tchê!, 1992.

PIMENTA, Eli. “As leis trabalhistas brasileiras na perspectiva da luta de classes: da Primeira República ao Estado Novo”. **Revista História**. Vol. 5-6. São Paulo; UNESP, 1986/87.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais do Município de Rio Grande**. Porto Alegre: Of. Gráf. da Imprensa Oficial, vol. 1, 1944.

PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael. **A classe operária no Brasil (1889-1930)**. Documentos, vol.1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. **A classe operária no Brasil (1889-1930)**. Documentos, vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. “Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle.” In: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

PINHEIRO, Paulo S. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: BORIS, Fausto (dir.) **O Brasil Republicano** Tomo III, vol.2. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

PINTO, Céli R. **Positivismo: um projeto alternativo (RS:1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

\_\_\_\_\_. “A ciência política na atualidade”. **Anos 90**. nº2. Porto Alegre: CPG em História da UFRGS, maio 1994.

PORTINI, Archymedes. “A campanha pelas oito horas de trabalho”. In: **Revivendo o Passado**. Porto Alegre: Sulina, 1953.

PRADO, Antonio A. (org.). **Libertários no Brasil: Memórias, Lutas, Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Antonio A. “Outra face da revolta: Ricardo Gonçalves” In: **Remate de Males**, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

PROST, Antonie. “fronteiras e espaços do Privado:. In: **História da Vida Privada. Da Primeira Guerra a nossos dias**. vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PROUDHON, Pierre J. **Textos Escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

RAGO, Margaret. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar no Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1985.

RAGO, Luzia Margareth. “As marcas da Pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”. **Anos 90**. vol. 1, nº 1 . Porto Alegre: CPG em História da UFRGS, maio 1993.

REICHEL, Heloísa. “A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha.” In: DACANAL, José H. & Gonzaga Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

RESENDE, Paulo E. A. & PASSETI, Edson (orgs.). **Proudhon: Política**. (Grandes Cientistas Sociais) São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, Alfredo F. (org.). **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul**. s.l.: editores Carlos Pinto & C., sucessores, 1897.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e cultura social (1913-1922)**. Rio de Janeiro: Lammert, 1972.

\_\_\_\_\_. **Os libertários - ideias e experiências anárquicas**. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Lammert, 1969.

\_\_\_\_\_. “Trajetória do Anarquismo no Brasil”. In: **Remate de Males**. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1985.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: CULTRIX, 1993.

SADER, Eder & PAOLI, Maria C. “Sobre as classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas recentes de acontecimentos recentes)”. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLES, Iraci Galvão. “República: a civilização dos excluídos”. **Revista História e Perspectiva**. Vol.8, jan./Jun., 1993.

SANTO, Miguel F. do E. **A abertura da Barra do Rio Grande**. s.l.: Editado por Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SEGATTO, José A. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e Anarcossindicalismo**. São Paulo: Ática, 1987.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. Discutindo a História. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

THADEU, Vera Lúcia. **Transcrição das notícias compiladas no Correio do Povo no período 1920-1923 sobre a organização e as greves de operários rio-grandenses**. Porto Alegre: UFRGS, 1981 (trabalho de conclusão da graduação).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa. I - a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRABALHADORES. Campinas: Publicação do Fundo de Assistência à Cultura, 1989.

TRINDADE, Hégio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

TUNON DE LARA, Manoel, et. al. **La Guerra Civil Española: 59 años despues**. Barcelona: Labor, 1985.

VARES, Luiz P. **O Anarquismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

VASCO, Neno. **Concepção anarquista do sindicalismo**. Porto: Afrontamentos, 1984.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del analisis histórico**. Barcelona: Editorial Crítica, 1980.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**.(vol.2) São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, 1989.

WOODCOCK, George. **Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários**. Vol.1. Porto Alegre:L&PM, 1983.

\_\_\_\_\_. **Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários**. Vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 1984.

\_\_\_\_\_. **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1990.

ZANDWAIS, Ana. **Formações discursivas da classe operária brasileira na Primeira República**. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (tese de doutoramento).

Mesmo que Eliana tenha publicado alguns textos derivados de sua dissertação, coloca à disposição, aqui, o resultado integral da pesquisa. Ela trata de operários e movimento operário na cidade de Rio Grande, nos primeiros 30 anos da República.

A cidade estava entre as três economicamente mais importantes do estado, naquele momento, com uma economia urbano-industrial crescente e uma população também em expansão. Com base em pesquisas praticamente exaustivas na imprensa local, complementadas por outras fontes, além da leitura de estudos pertinentes de âmbito gaúcho e nacional, então disponíveis, foi possível traçar um quadro das situações e das características comuns, mas também das diferenças.

Assim, por exemplo, chamou a atenção da autora o fato de que se a greve de 1917 tivera repercussão e adesão inferiores àquelas verificadas em Porto Alegre e em outras partes do país, na de 1919 verificou-se, ao menos em parte, uma inversão.

A procedência social e étnica do operariado local também apresentava peculiaridades: enquanto em Porto Alegre a presença de empresários e trabalhadores de origem alemã era significativa, a situação em relação aos primeiros não era muito diferente em Rio Grande, mas naquilo que tangia aos segundos, outras “etnias” – como a espanhola – predominavam.

